

LAC-EUROPA

**Relações entre a América Latina,
o Caribe e a União Europeia:**
fortalecendo uma aliança estratégica



BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA AMÉRICA LATINA
E CARIBE

LAC-EUROPA

**Relações entre a América Latina,
o Caribe e a União Europeia:**
fortalecendo uma aliança estratégica





Serie LAC-EUROPA © CAF 2023

Autores

Relações entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia: Reforçando uma Parceria Estratégica

Germán Ríos e Erika Rodríguez com contribuições de Efrén Rodríguez e Alejandro Sabarich.

Desafios da Política Social na América Latina e no Caribe: Análise e Políticas

Lucila Berniell, Dolores de la Mata, Ernesto Schargrodsky e Adriana Arreaza - Gestão do Conhecimento da CAF, com a colaboração de Santiago Levy - Brookings Institution.

Caminhos Inovadores de Investimento, Cooperação e Aliança Digital

Gustavo Beliz, Ángel Melguizo e Víctor Muñoz.

Ação Climática Conjunta entre a Europa e a América Latina e o Caribe: Uma Agenda Comum de Desenvolvimento

Mauricio Cárdenas e Pierpaolo Cazzola.

Coordenação Editorial

Diretoria de Comunicação Estratégica da CAF.

Design GOOD;)

Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável.

Impressão sustentável em papel ecológico Earth Pack, 100% fibra de cana-de-açúcar, 0% fibra de árvore, 0% produtos químicos de branqueamento.

Esta e outras publicações digitais estão disponíveis na biblioteca virtual da CAF em **scioteca.caf.com**



Acesso aberto sob a licença Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0) Creative Commons.”

Contenido

04

Prólogo do
Presidente da CAF

06

Proposta de Valor da
CAF para a Europa: de
Santiago a Santiago

08

Agenda de
Investimentos UE-CAF

11

Resumo

13

Introdução

17

Avaliação das
relações entre a União
Europeia e a América
Latina e Caribe

33

Propostas de
políticas públicas

43

**Nota setorial sobre
desenvolvimento
humano.**

Desafios da Política
Social na América
Latina e Caribe:
Análise e Políticas

61

**Nota setorial sobre
transformação digital.**

Evolução e obstáculos
da transformação
digital na América
Latina e Caribe

79

**Nota setorial sobre
transição verde.**

Um plano estratégico
para colaboração em
sustentabilidade e
meio ambiente entre
ALC e UE

93

Considerações finais



Fortalecendo vínculos transatlânticos em tempos de desafios globais



SERGIO DÍAZ-GRANADOS

Presidente Executivo
CAF -banco de desenvolvimento
da América Latina e Caribe-

Nas intrincadas malhas das relações internacionais, América Latina e Caribe e a União Europeia conservaram uma relação histórica, enriquecida por profundos laços culturais, econômicos e políticos ao longo dos séculos. Atualmente, este relacionamento tem se remodelado diante de três desafios globais iminentes: a digitalização, as mudanças climáticas e a contínua batalha contra a pobreza e a desigualdade. Tais desafios não têm fronteiras e clamam por uma cooperação transatlântica para arquitetar soluções verdadeiramente efetivas.

A digitalização permeou todos os setores da sociedade, redefinindo a forma como vivemos, laboramos e nos comunicamos. Com sua vasta diversidade cultural e geográfica, a América Latina e o Caribe têm se

apropriado da tecnologia como uma alavanca vital para fomentar a inclusão socioeconômica. Contudo, obstáculos à conectividade e os abismos digitais ainda são persistentes em diversas regiões e entre certos grupos da população. A União Europeia, em contrapartida, tem consolidado sua liderança em inovação tecnológica e na regulamentação de tecnologias emergentes.

Ao somar esforços, ambas as regiões podem compartilhar saberes e recursos para potencializar a digitalização. A cooperação no desenvolvimento de competências digitais e na instauração e robustecimento de ecossistemas de startups pode ampliar oportunidades econômicas na América Latina e Caribe, resultando em intercâmbios comerciais produtivos e de elevado padrão, que contribuem para o bem-estar social. O know-how europeu na formulação de políticas de regulamentação de novas tecnologias, proteção de dados e cibersegurança pode oferecer um arcabouço valioso para moldar políticas públicas que respaldem a revolução digital na América Latina e Caribe. Juntas, as duas regiões podem colher os louros da digitalização, assegurando que todos sejam inclusivamente beneficiados. A atuação do setor privado, tanto latino-americano quanto europeu, é decisiva para intensificar investimentos e capitalizar as oportunidades oriundas da digitalização.

Paralelamente, América Latina, Caribe e União Europeia estão resolutamente comprometidos em combater o aquecimento global, desafio este que requer a ação concertada de todas as nações. Com sua imensa biodiversidade e recursos naturais, a América Latina e o Caribe estão particularmente expostos aos efeitos do aquecimento global, constituindo-se também como uma das regiões com o mais significativo potencial em energias

renováveis. A Europa, protagonista na diminuição de emissões globais e na valorização das energias limpas, tem sido inovadora ao conceber políticas que visam atenuar os graves impactos das alterações climáticas.

Uma cooperação vigorosa nessa direção poderia resultar na implementação conjunta de políticas ambientais efetivas, incentivo a uma infraestrutura sustentável e proteção de ecossistemas vitais, a exemplo da Amazônia e outras florestas tropicais. A transferência de tecnologias sustentáveis e o investimento em energias limpas podem ser catalisadores para uma transição rumo a economias mais verdes na América Latina e no Caribe. A União Europeia, ao partilhar suas experiências na diminuição de emissões e na adaptação ao cenário de mudanças climáticas, tem muito a contribuir no desenho de uma trajetória mais verde e sustentável.

Erradicar a pobreza e atenuar a desigualdade são pilares dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e demandam ações coordenadas em todas as frentes regionais. A América Latina e o Caribe lidam com desafios relacionados à justa distribuição de riqueza, elevadas taxas de pobreza e dificuldades no acesso a serviços essenciais. Com uma vasta experiência em políticas sociais, a União Europeia pode oferecer insights para a formulação de sistemas mais robustos de seguridade social e estratégias assertivas para mitigar tanto a pobreza quanto a desigualdade. A excelência dos intercâmbios comerciais e produtivos entre as regiões pode ser uma alavanca para transformações significativas, consolidando avanços no mercado de trabalho e na segurança social.

O combate à pobreza e à desigualdade pode se beneficiar do intercâmbio

de práticas exemplares em políticas de inclusão financeira, programas de transferências condicionadas, políticas de geração de empregos e abordagens para contrapor a marginalização de certos grupos. A União Europeia pode dividir seu know-how na consolidação de sistemas de proteção social, na luta contra a pobreza infantil e na defesa de grupos mais vulneráveis. Por outro lado, a América Latina e o Caribe destacam-se por abordagens inovadoras que lograram êxito na mobilização comunitária e em projetos sociais pioneiros.

O CAF, com sua expertise, surge como uma peça-chave, não apenas liderando alianças regionais, mas também orquestrando iniciativas que visam transformar os sistemas produtivos e laborais. Esta entidade também tem uma atuação determinante nas pautas que norteiam as relações birregionais. O CAF percebe as transições ecológica e digital oportunidades de superar obstáculos estruturais, apostando em mudanças eficazes, pragmáticas e duradouras.

Neste panorama globalizado, América Latina, Caribe e União Europeia encontram-se diante de uma janela histórica para entrelaçar uma robusta rede transatlântica de cooperação, enfrentando conjuntamente os desafios da contemporaneidade. Avançando lado a lado na revolução digital, na luta contra as alterações climáticas e na erradicação da pobreza e desigualdade, estas regiões têm o potencial de coevoluir, desenhando um horizonte mais inclusivo, sustentável e pujante para todos os seus cidadãos. ■



Proposta de Valor da CAF para a Europa: de Santiago a Santiago



Santiago do Chile
Assembleia da CAF / CAF-CEPAL
6 a 9 de março de 2023

Participantes
Ministros da Economia e Finanças e Presidentes de Bancos Centrais de 21 países membros; diretoria da CAF.

MARCO

- Desafios e propostas para a incorporação da perspectiva de gênero no desenho e implementação de políticas públicas, e na cooperação regional.
- Debate sobre desafios na área fiscal devido à descentralização regional. Melhoria das capacidades dos governos subnacionais (arrecadação de impostos, execução de gastos, etc.).
- Desenho de uma organização mais eficiente nas relações entre diferentes níveis de governo, que permita fomentar o desenvolvimento local, a inovação e a consequente geração de oportunidades.
- Impacto, desafios, oportunidades da indústria de venture capital no desenvolvimento sustentável.
- Apresentação do Relatório de Economia e Desenvolvimento da CAF (RED) “Desigualdades herdadas: O papel das habilidades, do emprego e da riqueza nas oportunidades das novas gerações”.
- Liderança juvenil: Conversa com jovens da América Latina e do Caribe.
- Lançamento da Estratégia CAF de inclusão de pessoas com deficiência e diversidade étnico-racial.



Bruxelas
Cúpula Empresarial UE-ALC / Comissão Europeia-BID-CAF
17 a 18 de julho de 2023

Participantes
Líderes políticos, diretores executivos de empresas, diretores de instituições financeiras de desenvolvimento e associações industriais; diretoria da CAF.

MARCO

- A União Europeia anunciou um investimento de 45 bilhões de euros na região através do Global Gateway.
- A Agenda de Investimentos Europeia identificou 136 projetos nos quais tanto a UE quanto os organismos multilaterais da região estarão envolvidos.
- Dos 136 projetos, a CAF identificou 70 iniciativas nacionais e regionais para concretizar o investimento europeu em projetos focados na redução da pobreza e desigualdade, impulso à transição verde e justa, e transformação digital.
- Oportunidades de investimento em energia renovável e hidrogênio verde, matérias-primas críticas, descarbonização, projetos de infraestrutura de transporte, 5G e conectividade de última milha, digitalização para serviços públicos, finanças sustentáveis, títulos verdes, entre outros.



Santiago de Compostela
Primeiro encontro de ministros de economia e finanças da UE e América Latina e Caribe/ Comissão Europeia-BID-CAF
Santiago de Compostela,
15 de setembro de 2023

Participantes
33 ministros de finanças latinoamericanos y caribeños, 27 ministros de hacienda de la UE; directiva de CAF.

MARCO

- Agenda de cooperação e investimentos baseada na transição verde, na transformação digital e no desenvolvimento humano.

Notas de discussão setoriais preparadas pela CAF

- Desenvolvimento humano**
Os desafios globais não podem ser superados sem uma sociedade em que existam oportunidades de progresso através do acesso equitativo e de qualidade à educação, sistemas adequados de proteção social e de saúde, condições de trabalho dignas e formais, e igualdade de gênero.
- Transformação digital**
Transformação digital Análise dos problemas de conectividade, o papel da educação e treinamento digital para o futuro do trabalho, regulamentação digital inteligente, o papel da tecnologia diante das mudanças climáticas, sem esquecer a igualdade de gênero e a inclusão social.
- Transição verde**
A América Latina e o Caribe são uma das regiões mais afetadas pela emergência climática, daí a urgente necessidade de uma transição verde, responsável e justa. Possui recursos energéticos e matérias-primas determinantes para a transição para a descarbonização das economias globais. Os investimentos europeus nessas tecnologias podem reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE), alcançando uma menor dependência de produtos importados derivados de combustíveis fósseis.



Agenda de Investimentos UE-CAF



UE-CAF

Compromissos na Agenda de Investimentos Global Gateway, com a participação ou interesse do CAF





Resumo

As constantes oscilações na geopolítica global levam diversos atores a revisar e reestruturar suas alianças estratégicas. A recente pandemia da COVID-19, o fortalecimento da presença chinesa na América Latina contrapondo-se à redução da influência dos Estados Unidos na área, o Brexit e a invasão da Ucrânia pela Rússia compõem um cenário internacional em contínua transformação. O artigo discute como a União Europeia (UE) e a América Latina e o Caribe (ALC), entrelaçados historicamente e com valores comuns, bem como múltiplos acordos de associação, comércio e cooperação, possuem os estímulos certos para reacender o diálogo em diversos níveis. Juntos, podem enfrentar os desafios da transição digital verdes e socioeconômica, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030. Em um mundo que exige cada vez mais relações de qualidade e confiança, a liderança da Espanha no Conselho da União Europeia desempenha um papel vital nas relações UE-ALC. ■



Introdução

Em 17 de julho de 2023, a União Europeia (UE) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) optaram por intensificar a construção de uma relação estratégica entre as duas regiões. A reunião de Chefes de Estado realizada em Bruxelas buscou reativar um diálogo e fortalecer a cooperação política em alto nível. A participação de representantes e dignitários dos 60 países que compõem ambas as regiões, a assinatura de uma declaração conjunta e o lançamento de projetos de investimento de grande relevância evidenciam o interesse e a significativa oportunidade histórica para ambas as regiões.

Desde a primeira Cúpula entre a América Latina, Caribe (ALC) e UE, ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 1999, o cenário global sofreu transformações marcantes. Atualmente, as pautas que predominam a agenda internacional abordam a recuperação dos impactos da pandemia de COVID-19, o reforço da presença chinesa na América Latina diante da perda de influência dos Estados Unidos na região, o Brexit e a invasão da Ucrânia pela Rússia e suas implicações na economia global. Em sequentes cúpulas, sendo nove até o momento, e com uma reconfiguração de nome desde o encontro em Santiago do Chile em 2013 devido à criação da CELAC como entidade interlocutora com a UE, os assuntos discutidos mudaram, porém todos possuem significativa relevância no panorama das relações UE-ALC.

Eventos recentes, como a crise do Brexit e a retórica antieuropeia de certos líderes, tanto europeus quanto latino-americanos, evidenciam os desafios que marcam e marcarão as relações entre esses dois blocos regionais. Entretanto, destacam-se também as oportunidades surgidas em meio às contínuas crises. Este artigo explora os incentivos que UE e ALC têm para consolidar relações que possibilitam



SÃO CONSIDERADAS PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS, ALGUMAS DELAS VINDAS DE BANCOS DE PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES MULTILATERAIS, COMO O CAF BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, CENTROS DE PESQUISA OU PARCERIAS PÚBLICO- PRIVADAS.

uma verdadeira aliança estratégica, transcendendo meras declarações e adotando a flexibilidade oferecida pelos diversos instrumentos de interação euro-latino-americana: bilaterais, sub-regionais e birregionais.

A aguardada ratificação do Acordo de Associação entre UE e Mercosul, após mais de vinte anos de diálogos, juntamente com os acordos de modernização com Chile e México, e as assembleias da EUROLAT, sublinham a complexidade dessa dinâmica e a importância das conversações em múltiplos níveis.

Na recente Cúpula UE-ALC, que ocorreu em Bruxelas em julho de 2023, a Comissão Europeia e o Alto Representante introduziram uma Nova Agenda de investimentos para as Relações UE-ALC. Esta agenda visa a estabelecer uma parceria estratégica renovada e fortalecida, promovendo um diálogo político enriquecido, incentivando o comércio e investimentos, e alavancando sociedades mais sustentáveis, equitativas e interligadas graças ao aporte financeiro da estratégia *Global Gateway*.

A iniciativa europeia *Global Gateway* tem como meta estabelecer conexões

inteligentes, limpas e seguras em setores-chave globalmente. Concentrando-se na ALC, a agenda de investimentos enfatiza: uma transição verde e equitativa, digitalização inclusiva, desenvolvimento humano, resiliência em saúde e vacinação.

Estão sendo promovidos investimentos inteligentes em infraestruturas de alta qualidade, observando as mais rigorosas normas sociais e ambientais, em sintonia com os interesses e valores da UE: direitos humanos, Estado de Direito e padrões internacionais. Para concretizar seus objetivos, a UE reservou até 300 bilhões de euros para investimentos globais, através da abordagem Equipe Europa (*Team Europe*), que congrega a UE, seus Estados-Membros e instituições financeiras e de desenvolvimento. Na ALC serão canalizados 45 bilhões de euros até 2027. A Espanha, especificamente, mobilizará 9,4 bilhões de euros. Para os anos vindouros, foram identificados 136 projetos por toda a região.

O CAF identificou 70 iniciativas da *Global Gateway* com potencial de colaboração junto a entidades europeias nos seus respectivos países membros. Algumas destas iniciativas já contam com sua participação, seja através de estudos ou

mediante financiamento. Esta estratégia se revela uma ferramenta robusta para identificar projetos conjuntos e potencializar esforços entre diferentes entidades, ampliando seu impacto no desenvolvimento dos países envolvidos.

Em 2022, o Banco Europeu de Investimento (BEI) assinou quinze contratos do programa *Global Gateway*, totalizando 1,7 bilhão de euros. Ademais, junto ao financiamento direto de investimentos, a estratégia fomenta outros modelos de financiamento (BEI, 2023): o principal deles é a garantia *Global Gateway* para financiar setores como energias renováveis, infraestruturas sustentáveis e saúde. Essa garantia terá impacto significativo nos investimentos da *Global Gateway* em países parceiros onde os riscos da dívida soberana e outros desafios do setor público dificultam o acesso ao financiamento. Dentro da estrutura aberta do Fundo Europeu de Desenvolvimento Sustentável (FEDS+), a UE disponibilizará uma cobertura de garantia de até 13 bilhões de euros até 2027. Tal medida será realizada em conjunto com diversos parceiros de implementação, tais como instituições financeiras internacionais (incluindo o BEI) e instituições europeias de financiamento ao desenvolvimento, visando atrair investimentos privados que apoiem a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelos países parceiros.

A luz destes avanços e oportunidades, o presente artigo aborda a evolução e as características centrais das relações UE-ALC em duas dimensões primordiais:

(a) no âmbito político-institucional e de cooperação ao desenvolvimento; e

(b) na perspectiva econômico-financeira, esmiuçando os desafios das transições digital, ecológica e socioeconômica de ambos os lados do Atlântico. Visa-se traçar um mapa estratégico para consolidar o processo de integração europeia e estreitar seus laços com a ALC.

São também propostas políticas públicas, algumas integrando bancos de projetos de entidades multilaterais, centros de investigação e alianças público-privadas. Destaca-se, ainda, a continuidade e expansão de iniciativas, como o projeto EU-LAC Focus, focado na Educação Superior, que promete ser vital para rejuvenescer as relações UE-ALC. Tais temáticas prometem estar em destaque nos próximos meses, sobretudo com a presidência da Espanha à frente do Conselho da União Europeia no segundo semestre de 2023, figura de diálogo primordial com a América Latina. ■



01 Avaliação das relações entre a União Europeia e a América Latina e Caribe

Este capítulo analisa o estado das relações comerciais, econômicas, financeiras e de cooperação entre a Europa e a América Latina e o Caribe, e propõe uma série de políticas que contribuiriam para impulsioná-las e acelerar a Agenda 2030 em ambas as regiões.



A vertente político-institucional e a cooperação ao desenvolvimento

Antes da inclusão da Espanha e Portugal nas instituições europeias, as relações político-institucionais entre Europa e América Latina e Caribe se ancoravam, sobretudo, nos interesses perante as antigas colônias dos países da Comunidade Europeia, em especial no Caribe, com pouco foco nas demais nações da região.

Diversos estudos e análises buscam compreender o tímido relacionamento entre Europa e América Latina e Caribe. Contudo, há um consenso sobre certos fatores determinantes:

(a) a falta de uma política externa unificada da UE em relação à região, dada a pluralidade de interesses dos seus membros;

(b) a variabilidade política, econômica e social dos países latino-americanos e caribenhos;

(c) o avanço tímido e resultados aquém do esperado nos processos de integração regional; e

(d) a postura marcante dos Estados Unidos como parceiro primordial da região (referenciando Muñiz de Urquiza, M. 1989; e Najera Ibañez, A. 1986).

Com a ratificação dos Tratados de Adesão em 1986, Espanha e Portugal integraram-se à UE e seu aparato institucional. O legado histórico, os valores compartilhados, o idioma, a cultura e os laços político-econômicos que ambas as nações têm com a ALC foram cruciais para uma aproximação mais intensa e diversificada da UE à região, solidificando uma relação baseada em pilares robustos. No

entanto, a despeito dos relevantes avanços e da evidente disposição política manifestada nas Cúpulas ALC-UE, nas reuniões entre chanceleres de ambas as regiões, nos frequentes contatos parlamentares e nos variados planos e mecanismos de desenvolvimento instaurados pelos países da UE – tanto de forma bilateral quanto por intermédio das instituições europeias –,¹ a ALC viu sua importância decrescer dentro das prioridades políticas das instituições e ferramentas da UE no cenário externo.

No âmbito do Programa Indicativo Plurianual 2021-2027 da UE, foi instituído o novo “*Neighbourhood, Development and International*

Cooperation Instrument – Global Europe” (NDICI – *Global Europe*). Este combina os diversos mecanismos de financiamento do Programa Indicativo Plurianual 2014-2020, visando aprimorar a coesão, simplificar processos e conferir maior flexibilidade ao suporte em ações externas promovidas pela UE. Este programa reflete uma abordagem estratégica frente aos desafios e obstáculos globais, tendo como pilar central a filosofia do “*Policy First*” (Política em Primeiro Lugar) e “*Shared Values*” (Valores Compartilhados), reiterando o comprometimento com a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentro deste escopo, a ALC recebeu

OS LAÇOS HUMANOS QUE AMBOS PAÍSES MANTÊM COM A ALC FORAM FUNDAMENTAIS PARA AUMENTAR A APROXIMAÇÃO DA UE À REGIÃO, DE UMA FORMA MAIS AMPLA E DIVERSIFICADA.

1. Iniciativas da UE voltadas para a ALC:

- Latin American Investment Facility (LAIF) e Caribbean Investment Facility (CIF): desde sua inauguração em 2010, co-financiaram mais de 50 projetos com uma contribuição de cerca de 450 milhões de euros, alavancando um investimento total aproximado de 12 bilhões de euros (representando um retorno estimado de 26 euros para cada euro aportado pela UE via LAIF e CIF).
- Programa EUROCLIMA: desde 2010, tem auxiliado a ampliar o entendimento dos tomadores de decisão na América Latina e Caribe sobre os desafios e impactos das alterações climáticas. Com o EUROCLIMA+, introduzido mais recentemente, passou a respaldar a execução de ações estratégicas em conformidade com as Contribuições Nacionalmente Determinadas.
- Programa de Cooperação entre América Latina, Caribe e União Europeia em Políticas Antidrogas (COPOLAD): estabelecido desde 2011, funciona como mecanismo de colaboração no combate às drogas. Já conta com três edições e mobilizou investimentos superiores a 30 milhões de euros.
- Programa de Assistência Europa-América Latina contra o Crime Organizado Transnacional (EL PACCTO): desde seu início em 2017, tem fomentado a troca de expertises e a oferta de assistência técnica visando reforçar habilidades e estimular a cooperação internacional.
- Programa EUROFRONT: visa aprimorar a segurança, o respeito e a proteção dos direitos humanos e o desenvolvimento socioeconômico, concentrando esforços no aperfeiçoamento da gestão fronteiriça, sobretudo em: (i) Gestão Integrada de Fronteiras; e (ii) combate à exploração e ao tráfico ilícito de migrantes.
- Programa EUROsocial: ativo desde 2005, concentra-se na redução das disparidades, no aprimoramento da coesão social e no fortalecimento das instituições latino-americanas. Seu trabalho é pautado no suporte ao desenvolvimento, revisão e aplicação de políticas públicas, com especial enfoque em igualdade de gênero, governança e políticas sociais.
- Além disso, é essencial mencionar o Banco Europeu de Investimento (BEI) e as Instituições Europeias de Desenvolvimento (EDFIS, sigla em inglês) pela significativa destinação de fundos para projetos de desenvolvimento na região. O Programa BELLA, que fomenta a interconexão entre Europa e América Latina, junto às relevantes contribuições feitas pelos países europeus em cooperação para o desenvolvimento e aquelas canalizadas pela UE através do mecanismo COVAX e assistência direta à saúde – particularmente durante a pandemia de COVID-19 – assim como programas como Erasmus+, Horizon Europe e Copernicus, são dignos de destaque.



OS PLANOS DA UE SÃO CLAROS: SEU COMPROMISSO COM A AGENDA 2030, OS IMPORTANTES ACORDOS ALCANÇADOS ATRAVÉS DO PACTO VERDE EUROPEU E DO NEXT GENERATION EU, E A INICIATIVA GLOBAL GATEWAY.

uma alocação de aproximadamente 3,4 bilhões de euros, um montante inferior quando comparado aos 30 bilhões de euros destinados à África ou aos 8,5 bilhões de euros alocados para a Ásia e o Pacífico. Esta distribuição sinaliza uma reorientação do foco europeu em direção à África e ao Oriente Médio (Jung Altrogge. T, 2021).

Historicamente, a UE tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento dessa região, sendo a principal fonte de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) continua a ser um parceiro fundamental nos esforços da ALC em cumprir os ODS. A atual conjuntura geopolítica, econômica e social, somada aos desafios do século XXI, delineia um novo horizonte de cooperação. Nele, temas como a recuperação após a pandemia, crises alimentar e energética, mudanças climáticas, fragilização dos sistemas institucionais

e democráticos, direitos humanos e a ordem multilateral emergem como prioridades na agenda.

A posição da UE é transparente. Seu engajamento com a Agenda 2030, os acordos firmados através do Pacto Verde Europeu² e do Next Generation EU³, além da iniciativa *Global Gateway* ilustram o foco da UE em impulsionar a recuperação pós-pandemia através de uma revolução verde, digital e social em sua economia, fortalecendo sua relação e presença global através de substanciais compromissos políticos e financeiros. Isso representa uma significativa oportunidade de renovar e intensificar as relações com a ALC: (i) aprofundando o diálogo político; (ii) modernizando, atualizando e ampliando a rede de acordos comerciais e parcerias entre ambas as regiões; (iii) cooperando e investindo de forma pragmática em prioridades e interesses mútuos, tais como a transição verde e digital e a coesão

2. O Pacto Verde Europeu contará com o financiamento de um terço dos €1,8 trilhões do Next Generation EU, através do qual a UE visa reduzir suas emissões líquidas de gases de efeito estufa em, pelo menos, 55% até 2030, almejando alcançar a neutralidade carbônica em 2050.
3. A *Next Generation EU* é a estratégia da UE não sómente para superar a crise provocada pela Covid-19, mas também para reformular sua economia e sociedade, delineando a Europa dos próximos anos.

social; e (iv) fomentando a paz, a democracia e os direitos humanos (Borrell, J. 2022). Tais medidas que a UE precisa executar em sinergia com organizações e entidades regionais, bem como com seus parceiros multilaterais.

Ao longo das últimas décadas, a China tem expandido sua influência na região, superando a Europa e os Estados Unidos em termos de relações políticas e iniciativas de integração e financiamento de infraestrutura. Um reflexo disso é a realização de mais de 77 encontros entre chefes de Estado nos últimos 12 anos (Dourado, L. 2021)⁴, sua aceitação como observador permanente na Organização dos Estados Americanos (OEA), sua integração ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sua intensa colaboração e planos conjuntos com a CELAC, a criação do Fundo de Cooperação China-ALC, o Programa Especial de Financiamento para Projetos de Infraestrutura China-América Latina, a adesão de 20 países da ALC à Iniciativa do Cinturão e Rota⁵ (BRI),

além do significativo suporte prestado durante as fases mais críticas da pandemia, por meio de doações de insumos e vacinas⁶ (Roy, D. 2022).

A China possui metas claras para a região e tem ativado programas de financiamento em setores que apresentam expressiva demanda por recursos na ALC. Contudo, um estudo recente da *Fundação Friedrich Ebert* revelou que os latino-americanos e caribenhos enxergam a UE como seu principal aliado e parceiro. Este dado sinaliza que a UE tem uma oportunidade valiosa de estreitar laços com a região, especialmente num momento em que seus interesses convergem de maneira tão expressiva (Schulz, M. 2022). A ALC será essencial na transição energética e digital global, tendo em vista suas vastas reservas de elementos cruciais para tecnologias avançadas, seu potencial agrícola para alimentar boa parte do mundo, a presença de vastas áreas de florestas primárias e biodiversidade e, ainda, por ser uma das regiões menos poluentes. Isso posiciona a

A UE ESTÁ FOCADA EM AVANÇAR NA RECUPERAÇÃO PÓS-PANDEMIA POR MEIO DE UMA TRANSFORMAÇÃO VERDE, DIGITAL E SOCIAL DE SUA ECONOMIA.

4. Ao todo, lideranças da China e dos países da ALC se encontraram ao menos 191 vezes desde a fundação da Aliança Popular Chinesa. Nos primeiros 40 anos (1949-1989), aconteceram 18 reuniões, em sua maioria impulsionadas pela ALC; entre 1990 e 1999, registraram-se 46 encontros, incluindo a primeira visita de um presidente chinês à região; entre 2000 e 2009, totalizaram 51 encontros; e finalmente, entre 2010 e 2019, ocorreram 77 reuniões.
5. A "Iniciativa do Cinturão e Rota" (anteriormente denominada "Um Cinturão, Uma Rota" - OBOR) foi inaugurada em 2013 pela China, sob a liderança do presidente Xi Jinping, como seu principal programa de política externa. Inicialmente, a iniciativa tinha como objetivo conectar modernamente a China aos seus vizinhos do sul da Ásia. Contudo, seu alcance ampliou-se, abrangendo várias partes do mundo e financiando o desenvolvimento de infraestruturas tradicionais, como estradas, usinas de energia, ferrovias, portos, infraestrutura de telecomunicações,

6. Durante a pandemia, a UE implementou planos de apoio significativos para a região. Contudo, estes enfrentaram atrasos devido às complexidades burocráticas da UE em aprovar rapidamente tais pacotes de auxílio. Ainda assim, a UE consolidou-se como um ator crucial no cenário internacional para impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas, sendo uma das principais apoiadoras da iniciativa multilateral COVAX, que visa assegurar solidariedade global em relação à vacinação. No contexto da ALC, a UE destinou aproximadamente 3 bilhões de euros para suprir necessidades humanitárias e de saúde em situações de emergência. Por meio do COVAX, e também através de exportações e doações diretas, foram distribuídas mais de 80 milhões de doses de vacinas à região.



ALC como foco para iniciativas como *friend-shoring*, *near-shoring* e *green-shoring*, que podem ser estratégias para o desenvolvimento regional nos próximos anos.

O estresse em uma relação ancorada em valores comuns não é mera retórica. Os latino-americanos reafirmam essa convergência de valores em sua percepção sobre a UE. Conforme pesquisa acerca da visão da ALC sobre a UE, 64% dos participantes veem a UE como um parceiro mais alinhado em temas ambientais do que a China e os EUA. A UE também se destaca na luta contra a pobreza e desigualdade (54%), em cultura e educação (46%), e na promoção da democracia.

Além disso, a UE é vista por latino-americanos como uma defensora da paz, com 63% dos respondentes endossando essa visão. Uma maioria de 48,1% considera a UE como a melhor região para estreitar laços, enquanto 19% optariam pelos Estados Unidos. (Barômetro Latino, FES, 2023). Outro aspecto crucial na relação entre ambas as regiões e seus valores compartilhados é a valorização da democracia e o respeito ao estado de direito. Mesmo diante de certos retrocessos, pesquisas sinalizam que, na ALC, a predileção pela democracia, enquanto regime político, supera outras alternativas, sendo que 67% afirmam que “apesar dos problemas, a democracia é o melhor sistema de governo”. Igualmente, como observado na UE, mesmo com o crescimento de propostas políticas mais extremadas, essa radicalização não é refletida na autoimagem ideológica dos cidadãos, que majoritariamente se mantém moderados: 68% do eleitorado identifica-se como centrista, centro-



esquerda ou centro-direita (Malamud, Ruiz, Talvi, 2023).

É imperativo considerar, ainda, as conexões interpessoais com a ALC. Os latino-americanos priorizam a América do Norte e a Europa como as regiões com as quais estabelecem as interações sociais mais significativas. Isso indica que são os destinos preferidos da maioria dos estudantes internacionais, os locais mais atrativos para emigrar e os principais emissores de remessas (Malamud, Ruiz e Talvi, 2023). Essa proximidade social impulsiona, ainda, o turismo, o intercâmbio cultural e a inovação. Os cidadãos de ambas as regiões demonstram grande empatia e entendimento mútuo, facilitando e minimizando custos, tanto econômicos quanto sociais, em trocas de diversas naturezas.

A UE e a ALC consolidam-se como parceiras estratégicas na promoção e fortalecimento de um sistema

internacional pautado por regras. Em suma, as nações dessas regiões juntas compõem quase um terço dos membros da ONU. A ALC, mesmo frente às fragilidades de seus mecanismos de integração regional, sempre valorizou o multilateralismo e o emprego de suas vias, tanto para alavancar uma perspectiva de desenvolvimento quanto para a governança do sistema internacional, sua normatização e resolução de impasses. É notável que é a região global com menos conflitos entre nações.

No diálogo estabelecido entre as duas regiões sobre o multilateralismo e a imperativa promoção do desenvolvimento a partir deste prisma, os bancos de desenvolvimento assumem protagonismo. Para a América Latina, são pilares da política anticíclica, disponibilizando três suportes vitais: Em primeiro lugar, financiam, a médio e longo prazos, os setores público e privado em países com mercados financeiros ainda

incipientes e com acesso limitado ao mercado global. Em segundo, através deste financiamento, suplementam divisas numa região com balanços de pagamentos negativos. Por fim, atuam como mananciais de assistência técnica, ou seja, fornecem expertise para a resolução de problemas, elaboração de políticas mais eficientes e para assegurar a excelência nas operações (Poli, 2020).

A UE destaca-se na vanguarda de estratégias de desenvolvimento regional e na geração de instrumentos financeiros. Mesmo com a palpável discrepância entre os países latino-americanos e europeus, identifica-se uma profícua sinergia e oportunidades mútuas de colaboração entre seus sistemas regionais. O CAF, enquanto banco de desenvolvimento, possui um papel estratégico ao colaborar na governança das iniciativas de transições verde e digital, fornecendo sua expertise e habilidade de atuar com eficácia no cenário latino-americano. ■

A UE E A ALC SÃO ALIADOS-CHAVE NA HORA DE DEFENDER E REFORÇAR UM SISTEMA INTERNACIONAL BASEADO EM NORMAS.





Dimensão econômica e financeira

De 2001 a 2021, o volume de negociações comerciais entre a UE e a ALC saltou de US\$ 98,5 bilhões para US\$ 245,3 bilhões. Ao longo deste intervalo, o fluxo comercial entre essas regiões teve uma taxa de crescimento anual composta de 4,7%. Contudo, a UE viu sua relevância enquanto parceira comercial da região diminuir, sobretudo devido à ascensão da China. Esta, por sua vez, registrou uma taxa de crescimento anual composta de 18% em suas

relações comerciais com países latino-americanos e caribenhos no mesmo período. Em 2014, a China se estabeleceu como o segundo principal parceiro comercial da ALC, deixando a UE em terceiro lugar, atrás dos EUA e da própria China. Em 2001, a UE era destino de 25% das exportações da ALC, índice que reduziu para 8,3% em 2021. No tocante às importações, a UE representava a origem de 22,9% das importações da ALC em 2001, caindo para 11,8% em 2021 (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1. Evolução comercial bilateral de mercadorias entre UE, China e EUA com ALC

Fonte. International Trade Centre, Trademaps.

— UE
— China
— Estados Unidos

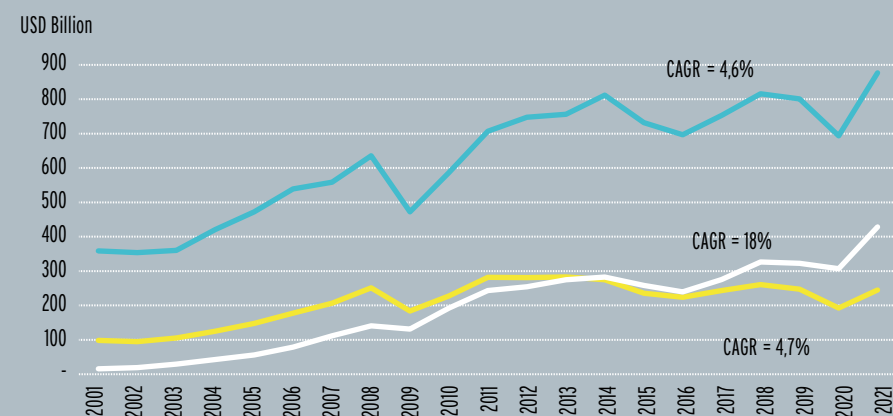
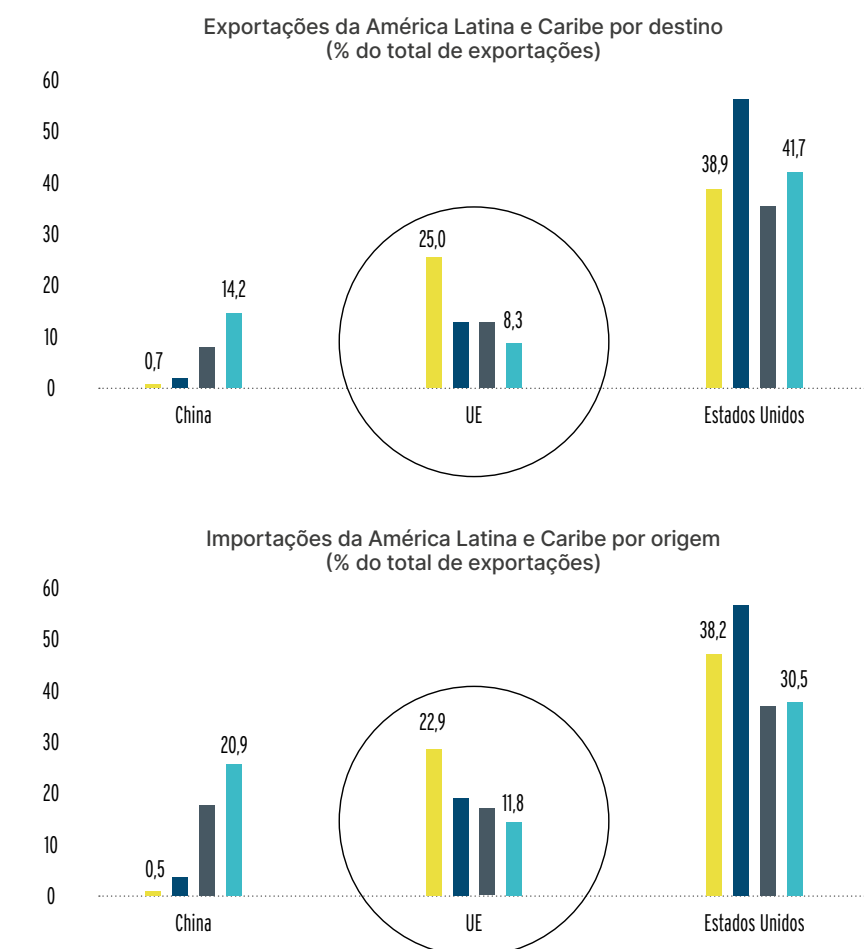


Gráfico 2. Exportações e importações de bens da ALC, discriminadas por destino e origem em percentual.

Fonte. International Trade Centre, Trademaps.

● 1990
● 2001
● 2011
● 2021

● 1990
● 2001
● 2011
● 2021





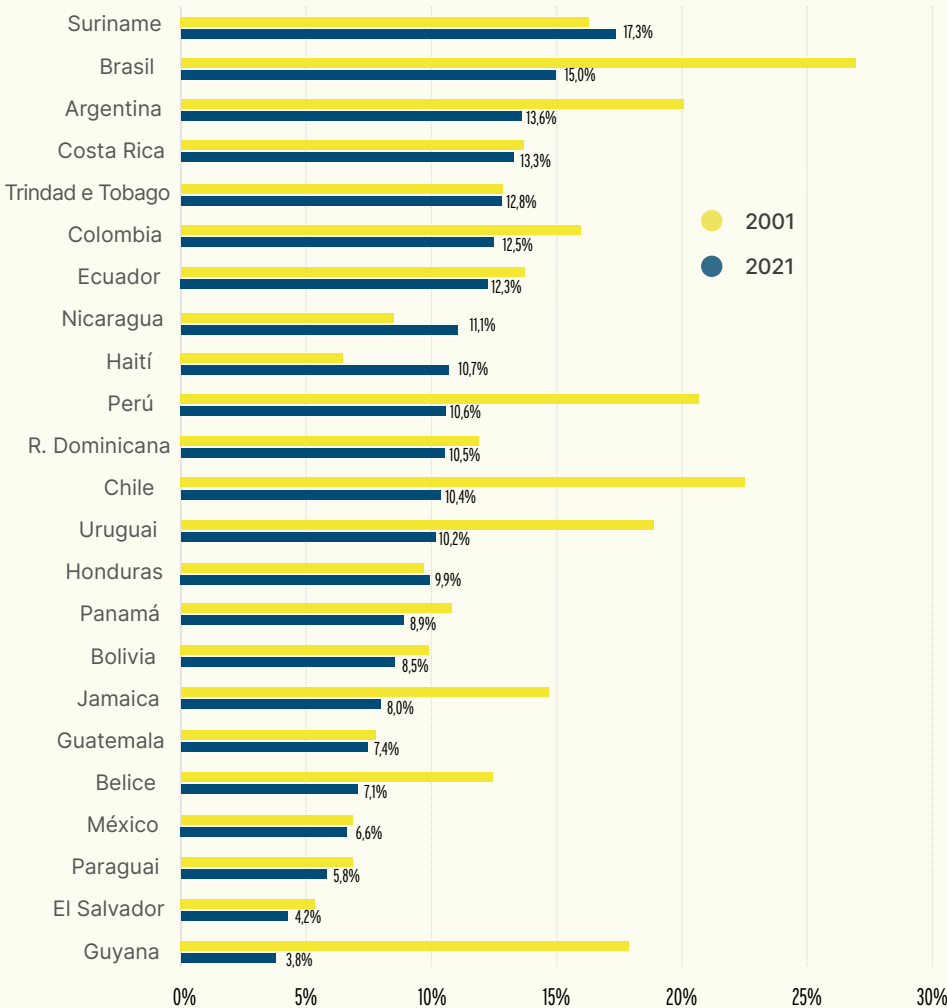
Apesar da perda de destaque no cenário comercial, a UE permanece como um parceiro comercial significativo para a região e em ascensão em termos absolutos:

(a) Mantém acordos comerciais ativos com 27 dos 33 países da ALC, finalizou recentemente tratativas visando modernizar o acordo já existente com o Chile e encontra-se em diálogo similar com o México. Adicionalmente, está em plena fase de renegociação e ratificação do tratado com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Se concretizado, estenderia seus acordos comerciais a 31 dos 33 países da região (Comissão Europeia, 2022).

(b) A ALC representa de 15% a 8% do volume total de negócios para a maioria dos países da área (Gráfico 3). Ao analisarmos os principais parceiros comerciais por nação, nota-se que, para grande parte dos países da ALC, a UE permanece como o segundo ou terceiro maior parceiro comercial (Anexo 1).

Gráfico 3.
Comércio de bens com a UE em percentagem do comércio total de bens dos países da ALC em 2001 e 2021.

Fonte. International Trade Centre, Trademaps.



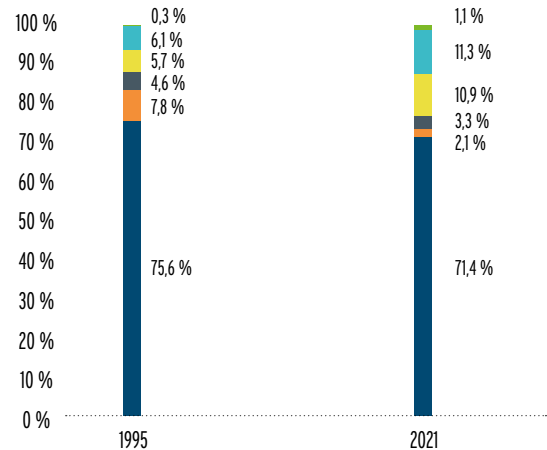
(c) No que tange ao comércio de serviços, a tendência é ascendente. Em 2019, estimam-se transações na ordem de US\$ 90 bilhões. A UE figurou como destino de 19,7% das exportações de serviços da ALC (contra 18,5% em 2012) e origem de 31,2% de suas importações (contra 24,3% em 2012). A UE primordialmente exporta para a região serviços de transporte e financeiros, enquanto suas principais importações são de serviços turísticos e profissionais (Gayá R, 2022).

(d) Há um vasto potencial para intensificar as relações comerciais ao se gerenciar matrizes de exportação que se complementam e são amplamente diferenciadas. As exportações da ALC para a UE focam majoritariamente em matérias-primas, representando 71,4% do volume total exportado (menos concentrado do que as direcionadas à China, onde elas correspondem a 94% das exportações totais da região para o país; porém mais do que para os EUA, onde as matérias-primas somam apenas 23% do total exportado pela região à nação norte-americana). Por outro lado, da UE para a ALC, 87,5% das exportações são produtos manufaturados, em sua maioria com forte componente tecnológico e de média-alta qualificação (Gráfico 4).

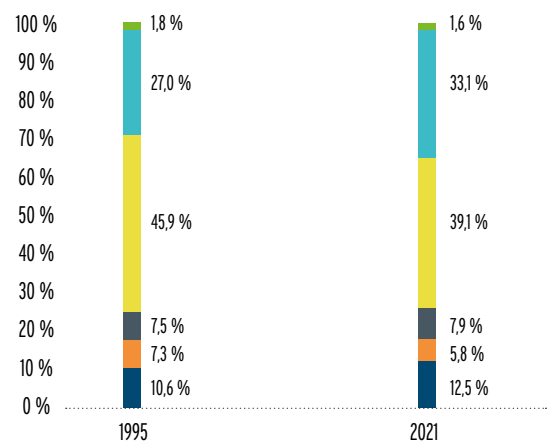
Gráfico 4.
Matriz de exportações da UE e da ALC conforme grau de especialização e componente tecnológico

Fonte. UNCTAD.

Exportações da América Latina e Caribe para a União Europeia por componente tecnológico e habilidade



Exportações da União Europeia para a América Latina e Caribe por componente tecnológico e habilidade



● Bens primários
● Intensivo em mão de obra e recursos
● Baixa destreza e tecnologia
● Habilidades e tecnologia de nível médio
● Alta habilidade e tecnologia
● Outros

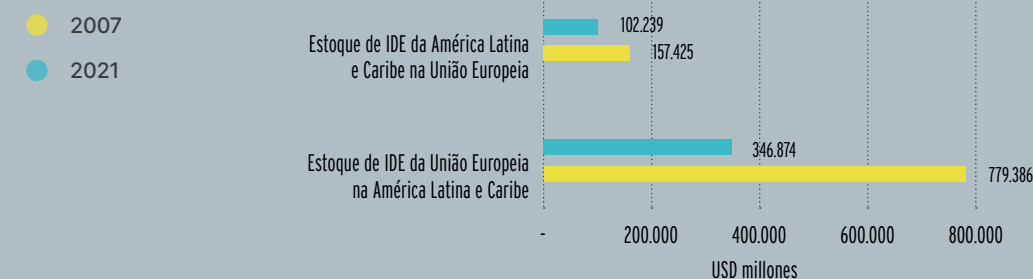


No campo do Investimento Estrangeiro Direto (IED), em 2020, a ALC recebeu US\$ 2,07 trilhões vindos do exterior, sendo a UE a principal responsável, com US\$ 779.386 milhões, o que representa

37,6% do total. A ALC, por sua vez, tem US\$ 707.618 milhões investidos internacionalmente, dos quais US\$ 157.425 milhões encontram-se na UE, configurando 1,3% do total de IED na UE (Gráfico 5).

Gráfico 5.
Fluxos de IED entre UE e ALC em 2007 e 2020

Fonte. EUROSTAT.



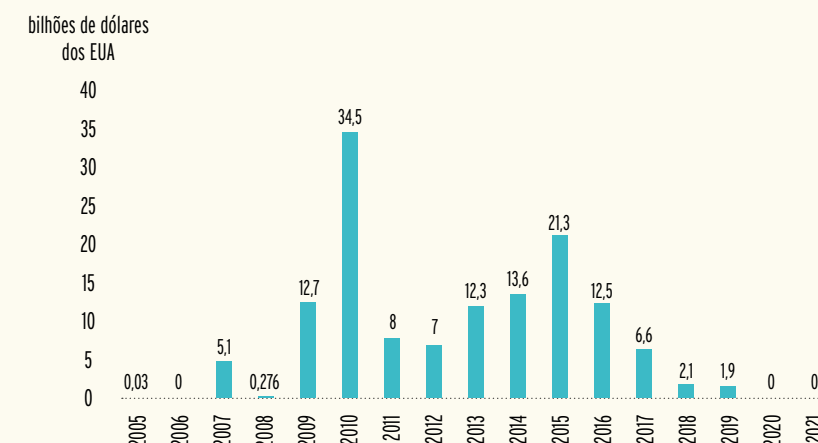
Os investimentos oriundos da UE são reconhecidos pela excelência e inovação tecnológica, sendo majoritariamente alocados em setores como tecnologia da informação, infraestrutura, energias renováveis, indústrias automobilística, aeronáutica, química e farmacêutica. Também marcam presença em áreas mais convencionais como mineração, serviços financeiros, transporte e logística (Fierro, L. 2022).

Por sua vez, a China estabeleceu-se como uma relevante fonte de financiamento para a região, não somente em termos de Investimento Estrangeiro Direto (IED), mas também através da concessão de empréstimos aos governos da América Latina e Caribe pelos bancos estatais chineses. Destacam-se, principalmente, o Banco de Desenvolvimento da China (BDC) e o Banco de Exportação e Importação da China, somando um total de financiamento de US\$ 137,906 bilhões entre 2005 e 2021⁷ (Gráfico 6). Os bancos comerciais chineses também ampliaram seus aportes na região, focando majoritariamente em projetos de energia e infraestrutura. Essa presença dos bancos comerciais intensificou-se com a implementação da iniciativa BRI da China.

7. A título de comparação, no mesmo período, os principais bancos multilaterais de desenvolvimento da região aprovaram montantes da ordem de: CAF, US\$ 177,766 milhões; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 170,136 milhões; e Banco Mundial, US\$ 155,557 milhões.

Gráfico 6.
Atuação da China como investidora em projetos na região

Fonte. The Dialogue, China – Latin America Finance Database..





Contudo, esse cenário econômico e financeiro enfrenta o colossal desafio das mudanças climáticas, instigando a necessidade de reformulação de um modelo de desenvolvimento compatível com as demandas atuais e futuras em termos de sustentabilidade. Dados científicos, endossados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, indicam que a temperatura média da superfície terrestre elevou-se em torno de 1,0°C comparado aos níveis pré-industriais. Além disso, cada uma das últimas quatro décadas superou as anteriores em termos de aquecimento.

Tal tendência resulta em fenômenos como a desertificação de territórios áridos, precipitações intensas em regiões pluviais e acidificação dos oceanos. Isso exige uma consciência coletiva em que a UE e a ALC já têm demonstrado comprometimento, como visto no Acordo de Paris de 2015, delineando uma agenda birregional focada em aspectos ecológicos, digitais e socioeconômicos, considerando a natureza abrangente dessa tríade de transformações.

Assim, as decisões atuais devem ponderar não somente a viabilidade econômica, mas também seu caráter sustentável. Felizmente, há indícios positivos de que é possível conciliar essas duas vertentes, embasados na experiência acumulada tanto pela UE

A ALC É UMA REGIÃO VITAL PARA O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO DO PLANETA, UMA VEZ QUE ABRIGA MAIS DE 50% DA BIODIVERSIDADE MUNDIAL.

quanto pela ALC nos anos recentes. A América Latina e Caribe (ALC) são fundamentais para o equilíbrio ecológico global, abrigando mais de 50% da biodiversidade mundial. Além disso, a região se destaca como uma das principais produtoras de alimentos, contribuindo com 14% da produção global e 45% do comércio internacional de produtos agroalimentares. A ALC também se posiciona como líder em energias renováveis; de fato, em 2021, 61% de sua matriz energética provinha de fontes renováveis.



O vasto depósito de minerais e outros recursos naturais torna a ALC estrategicamente importante para o desenvolvimento mundial. Isso é evidenciado, por exemplo, na produção de lítio, onde o chamado “triângulo do lítio” - Argentina (24%), Bolívia (15%), Chile (14%) e Peru (14%) - é responsável por dois terços das reservas globais e metade do fornecimento global deste mineral (Ruano, 2023). Contudo, para que a riqueza da ALC se traduza em desenvolvimento equitativo para seus habitantes, é imprescindível uma gestão eficiente e um comprometimento político robusto. É essencial evitar a intensificação de um modelo econômico primário e de práticas extrativistas predatórias.

Para otimizar o aproveitamento de seus recursos, a ALC precisa estabelecer sinergias robustas. Isso inclui transferências de tecnologia, desenvolvimento de cadeias de valor agregado e um marco regulatório claro e coerente que facilite acordos e investimentos internacionais. Nesse contexto, propomos a seguir políticas públicas alinhadas à ecologia, digitalização e desenvolvimento socioeconômico. Estas se contrapõem às abordagens de atores como a China, cuja presença na ALC tem incentivado práticas econômicas primárias e causado significativos impactos ambientais negativos. ■

A RIQUEZA EM MINERAIS E OUTROS RECURSOS NATURAIS FAZ DA ALC UMA DAS REGIÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL.

8. Es probable que el calentamiento global llegue a 1,5 °C entre 2030 y 2052 si continúa aumentando al ritmo actual (nivel de confianza alto). Ver “Calentamiento global de 1,5 °C, resumen para responsables de políticas”: <https://www.ipcc.ch/sr15/download/>



02 Propostas de políticas públicas

Esta seção analisa como a geração de sinergias nas políticas públicas em áreas-chave do desenvolvimento pode contribuir para transformar as relações entre a UE e a América Latina e o Caribe.



Existe um potencial imenso para ampliar e fortalecer as relações entre a UE e a ALC. As condições atuais são propícias para impulsionar iniciativas nos campos político, econômico, institucional, ambiental, bem como em autonomia estratégica, direitos humanos e segurança. A concretização desse potencial passa pela busca de sinergias e integração, culminando em planos conjuntos para o futuro. Isso envolve a colaboração entre instituições europeias, entidades regionais da ALC e instituições financeiras multilaterais, sempre aproveitando as ferramentas e mecanismos de financiamento já existentes. Sugestões para consolidar esta parceria birregional incluem:

Cidades sustentáveis

Tanto a UE quanto a ALC figuram entre as regiões mais urbanizadas do mundo, com índices urbanos de 74% e 81%, respectivamente⁹. Com uma trajetória consolidada em regeneração urbana, as cidades europeias se apresentam como aliadas estratégicas para fomentar um desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas e caribenhas e para maximizar iniciativas como o Rede Rede Biodiversidades, da CAF Considerando o impacto concreto na vida dos cidadãos, uma aliança entre a União Europeia (UE)

e a América Latina e Caribe (ALC) focada em cidades sustentáveis, delineada nas transições verde, digital e socioeconômica, evidencia a importância das relações qualitativas e de confiança entre ambos os blocos. Essa aliança supera o paradigma extrativista e concentra suas iniciativas em áreas vitais, tais como: espaços públicos, qualidade da água e do ar, gestão de resíduos, mobilidade, infraestrutura sustentável, economia circular, entre outros aspectos cruciais para o enfrentamento de desafios compartilhados.

9. As regiões mais urbanizadas incluem: América do Norte: 82 %, América Latina e Caribe: 81 %, Europa: 74 %, Oceania: 68%. Por sua vez, a Ásia, mesmo com um grau de urbanização inferior (próximo a 50%), abriga 54% da população urbana global, seguida por Europa e África, ambas com 13%. A África tem uma predominância rural, com 43% de sua população residindo em áreas urbanas. Para mais informações, consulte: <https://www.un.org/development/desa/es/news/population/2018-world-urbanization-prospects.html> (acessado em 19 de janeiro de 2023).

Proteção à biodiversidade e defensores do meio ambiente

Em alinhamento com a proposta de políticas públicas voltadas para cidades sustentáveis, é fundamental considerar a biodiversidade em sua totalidade. É essencial analisar com rigor os riscos enfrentados por regiões naturais como a Amazônia e por aqueles que arriscam suas vidas denunciando práticas ilegais, como o desmatamento e a mineração. Segundo a organização Global Witness, a ALC registrou cerca de 1.200 ativistas ambientais assassinados na última década. Esta situação clama pela intervenção dos Estados, enquanto guardiões dos direitos humanos, e pelo desenvolvimento de políticas efetivas que visem a proteção da biodiversidade e dos defensores ambientais.

Conversão de dívida em ações climáticas

No contexto da mais recente Cúpula do Clima, realizada no Egito em novembro de 2022, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) sugeriu a conversão de parte de sua dívida em projetos voltados para o clima. Tendo como exemplo o bem-sucedido “Projeto Araucária”, através do qual a Espanha perdoou uma dívida bilateral com o Uruguai, no valor aproximado de 10 milhões de euros, para a criação de um parque eólico em 2005, essa proposta surge como uma solução promissora. Isso se dá especialmente ao considerarmos os desafios financeiros enfrentados por muitos países da região e os incentivos proporcionados pela participação de empresas dos países envolvidos no desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis. Estas iniciativas de troca de dívida por ações climáticas se alinham ao objetivo de direcionar fundos de dívida (juros e capital) para projetos em conformidade com a Agenda 2030.

AS CONDIÇÕES ESTÃO DADAS PARA QUE, DO PONTO DE VISTA POLÍTICO, ECONÔMICO, INSTITUCIONAL, AMBIENTAL, DE AUTONOMIA ESTRATÉGICA, DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA, SE PASSE À AÇÃO.





Habilidades digitais

Ainda que a cooperação digital entre UE e ALC possua sólidos pilares, como workshops de cooperação digital promovidos pela Comissão Europeia e programas de capacitação em competências digitais pela cooperação espanhola, há um potencial latente para expandir essa cooperação através do ensino online e da possível instauração de um portal conjunto UE-ALC. Este portal abrangeria cursos, oficinas, conferências e certificações, sob o amparo do quadro europeu de competências digitais (DIGCOMP), almejando uma integração euro-latino-americana por meio de um diálogo constante e especializado. O DIGCOMP, idealizado para integrar a nova economia e prevenir a exclusão laboral, define 21 competências digitais distribuídas em cinco domínios: informação e letramento digital, comunicação e colaboração, produção de conteúdo digital, segurança e resolução de problemas. Representa, assim, uma janela para capacitação massiva de ambos os lados do Atlântico, estabelecendo uma conexão palpável com uma opinião pública por vezes alheia às questões birregionais.

**ISSO PODE SER
ALCANÇADO POR
MEIO DA BUSCA DE
SINERGIAS E
UMA MAIOR
INTEGRAÇÃO QUE SE
TRANSFORMEM
EM PLANOS
COMPARTILHADOS
PARA O FUTURO.**

Produção de conteúdo

Em uma era permeada por fake news e pós-verdade, torna-se crucial estabelecer ações comunicativas conjuntas entre UE e ALC. Estas devem elucidar projetos, investimentos, valores e estratégias compartilhadas, sem perder de vista as transformações nos hábitos de consumo informativo das novas gerações, que veem nas redes sociais seu principal ponto de informação e compartilhamento. Estratégias comunicativas adequadas para alcançar os mais de 1,1 bilhão de cidadãos demandam inovações em sua abordagem.

Legislação de cooperação

A Espanha, parceira natural da ALC, está no processo de conceber um modelo renovado de cooperação com o projeto de Lei de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e a Solidariedade Global. A normativa proposta, que revisita a lei de 1997, harmoniza-se com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os acordos climáticos de Paris e outros dispositivos internacionais. Tais dispositivos enfatizam a importância de sustentar e ampliar a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para países de renda média, considerando as disparidades e a concentração de pobreza em determinados territórios. Esta legislação eleva o compromisso da Espanha, no contexto da ONU e da União Europeia, de alocar 0,7% da Renda Nacional Bruta para a Assistência Oficial ao Desenvolvimento até 2030, posicionando-a como instrumento chave para revitalizar as relações UE-ALC, além de projetar uma cooperação coordenada entre diversos níveis de governança.



Acervo institucional

A UE destaca-se globalmente no panorama de governança democrática. Para alcançar essa harmonização, os países membros necessitaram ajustar suas normativas, alinhando práticas tributárias, sistemas de previdência social e mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro, dentre outras questões inerentes ao seu acervo institucional. Em contrapartida, a ALC frequentemente enfrenta críticas quanto à sua segurança jurídica precária, altas taxas de evasão fiscal e predominância da economia informal. Desse modo, programas cooperativos focados no reforço institucional e na troca de experiências poderiam beneficiar não só os países latino-americanos e caribenhos de forma individual, mas também impulsionar o desafiador processo histórico de integração regional.

Educação superior

No espectro das relações UE-ALC, destaca-se positivamente a cooperação acadêmica. Iniciativas como o programa Erasmus+ 2023, dotado de um orçamento anual de 4,2 bilhões de euros, e o BELLA (Building the Europe Link with Latin America), que atende demandas de interconexão de longo prazo entre comunidades de pesquisa e educação europeias e latino-americanas, sinalizam um caminho promissor. Esses programas representam oportunidades de expansão em outros segmentos educacionais, intensificando a abordagem de temas de interesse mútuo e enfrentando os desafios da tríplice transição.



Projetos de investimento

O alinhamento global recente em torno de uma visão de desenvolvimento voltada à transição ecológica, digital e socioeconômica sinaliza o momento propício para elaborar planos e pacotes de investimento em conjunto, que não só beneficiem localmente, mas também gerem impactos positivos para outros setores, mercados, países e regiões. Nas relações UE-ALC, percebe-se a possibilidade de avançar em programas de investimento, inspirando-se na proposta “Global Gateway” da UE para a África, mas com nuances específicas para atender às peculiaridades da ALC. Neste contexto, apresentam-se algumas recomendações para que o plano possa ser desenvolvido e implementado com sucesso:

1. Consolidar esforços e sinergias desde o começo: é fundamental envolver no planejamento e estruturação do plano de investimentos tanto as instituições europeias quanto as financeiras multilaterais atuantes na ALC, os mecanismos de integração regional e o setor privado. O propósito é conceber projetos voltados para benefícios de longo prazo, considerando as demandas e particularidades de cada país. Estes devem superar o paradigma extrativista, integrando-se às cadeias de valor, alinhando-se às expectativas do setor privado e contando com o respaldo dos principais investidores de projetos de desenvolvimento na região.

2. Priorizar a fase de pré-investimento: Priorizar a fase de pré-investimento: é crucial definir e estruturar mecanismos de identificação, avaliação e hierarquização de investimentos e políticas. O propósito é otimizar a utilização dos recursos disponíveis, garantindo a correta elaboração, execução e acompanhamento dos projetos.

3. Conceber projetos com uma perspectiva holística: os planos devem contemplar estratégias de dinamização local e a salvaguarda do patrimônio histórico, cultural e natural. O propósito é assegurar que os projetos sejam ambiental e socialmente sustentáveis.



Impulsionar o *friend-shoring*¹⁰ como ferramenta de política externa e para fortalecimento dos laços político-econômicos

A pandemia e a invasão da Ucrânia por parte da Rússia revelaram a profunda dependência da economia global em relação ao funcionamento harmonioso de todas as engrenagens das cadeias produtivas internacionais e os significativos impactos econômicos e sociais quando eventos inesperados e imprevisíveis desestabilizam sua operação. Modalidades de friend-shoring, como near-shoring ou power-shoring, podem representar estratégias valiosas para reforçar as relações entre a UE e a ALC.

A América Latina e o Caribe destacam-se por suas inegáveis

vantagens em termos de proximidade geográfica, custos, afinidade política, além de contar com matrizes energéticas sustentáveis e um vasto potencial para o desenvolvimento de energias renováveis. Entretanto, se almejam atrair mais investimentos provenientes da União Europeia, é fundamental superar desafios como garantir a estabilidade jurídica, minimizar a burocracia e fortalecer os compromissos ambientais. Um exemplo notório é o Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) em análise pela UE, que busca igualar o preço do carbono entre produtos locais e importados. A intenção é assegurar que os compromissos climáticos da UE não sejam comprometidos pela transferência de produção para países com políticas ambientais mais lenientes (Arbache, J. 2022a e 2022b). ■

10. O *friend-shoring* emerge como uma tendência de regionalização comercial, favorecendo a transferência de parte da produção para economias aliadas e estáveis. Essa abordagem ganhou destaque durante a pandemia, devido à fragilidade das cadeias logísticas mundiais. A filosofia por trás dela defende que nações alinhadas em valores comuns sobre comércio internacional e conduta econômica global devem diversificar suas fontes de suprimentos, evitando a dependência excessiva de produtos essenciais oriundos de países com os quais existam divergências ou tensões geopolíticas.



**Notas
setoriais**





Nota setorial sobre desenvolvimento humano.

Desafios da Política Social na América Latina e Caribe: análise e Políticas



Este capítulo explora as sinergias entre a Europa e a América Latina e o Caribe para reduzir os níveis de pobreza, desigualdade ou informalidade no trabalho e, ao mesmo tempo, impulsionar um crescimento econômico sustentável a médio e longo prazo.



Versão digital completa



Déficits em mobilidade social

A ALC enfrenta dois desafios predominantes. Primeiramente, destaca-se como uma das regiões com maior desigualdade em escala global. Não se restringindo apenas à distribuição de renda, essa desigualdade permeia outras esferas como a educação e saúde, dentre outras. Adicionalmente, há um abismo considerável de renda per capita quando comparado aos países mais avançados. Existe uma interconexão palpável entre elevada desigualdade e a restrita mobilidade social, tanto absoluta quanto relativa. Tal vínculo perpetua os índices exacerbados de desigualdade regional, fazendo com que o bem-estar individual esteja intrinsecamente atrelado à origem socioeconômica.

A ALC se destaca por possuir uma das maiores taxas de mobilidade educacional absoluta mundialmente; no século XX, 6 de cada 10 indivíduos ultrapassaram o grau educacional de seus progenitores. Contudo, em uma observação paradoxal, a região figura entre as zonas com menor mobilidade relativa educacional: a quantidade de anos de estudo dos filhos correlaciona-se intensamente com a dos seus pais. Tais desafios em mobilidade podem ser segmentados em quatro categorias:

1.

A mobilidade educacional é intrinsecamente influenciada pela qualidade do ensino. Existe uma lacuna persistente que esclarece, parcialmente, o porquê do crescimento da inclusão educacional não resultar em uma ampla melhoria das competências para ingresso em empregos qualificados.

2.

A mobilidade profissional, outro vetor de desigualdade, manteve-se relativamente estática nas últimas cinco décadas. Proles de genitores com funções de baixa complexidade possuem somente 11% de probabilidade de ascender a cargos de elevada complexidade, contrapondo-se aos 60% para aqueles oriundos de famílias com profissões complexas.

3.

A informalidade laboral é intrínseca à desigualdade.

Variações nas trajetórias de formalização laboral ao longo da carreira impactam decisivamente em dois eixos: na inclusão em sistemas de seguridade social, incluindo a capacidade de contabilizar tempo suficiente em regime formal para a concessão de aposentadoria; e na oportunidade de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

4.

Na ALC, a renda que as novas gerações alcançam está intrinsecamente ligada à renda dos seus progenitores,

mais do que em qualquer outra região global. A diferença de rendimentos entre gerações é transferida em 90% para os descendentes, uma discrepância gritante quando comparada aos 40% observados na Europa ou América do Norte. ■

Grupos específicos

Adicionalmente a estes entraves, pesquisas conduzidas pelo CAF identificaram três segmentos com agravantes em mobilidade:



Gênero

A participação feminina no mercado de trabalho é 30% inferior à masculina, representando uma das maiores disparidades globais. Além disso, os rendimentos de trabalho das mulheres são 35% mais baixos. Embora parte destas disparidades possa advir das diferenças produtivas entre gêneros, elas persistem e se intensificam quando analisadas sob aspectos como idade, formação educacional e localização residencial.

Etnia

Dentro destes grupos, as deficiências em mobilidade educacional tornam-se ainda mais acentuadas. Aliadas a outras barreiras no mercado de trabalho, elas resultam em um cenário onde a cor da pele é diretamente relacionada a indicadores negativos, como desemprego, trabalho autônomo, chances de administrar um negócio que empregue terceiros, e o acesso a uma posição formal de trabalho.

População em áreas desfavorecidas

Aproximadamente um quarto dos latino-americanos reside em comunidades informais, sendo os mais afetados por serviços precários em saúde, educação e transporte, e também os mais vulneráveis à poluição ambiental. Esta segregação nas cidades dificulta o acesso diário a áreas que oferecem vagas de emprego de qualidade, frequentemente distantes das regiões mais desprovidas. A probabilidade das novas gerações viverem mais perto de áreas urbanas com empregos formais diminui entre trabalhadores provenientes de famílias com menor status socioeconômico. Ademais, conforme estudos, o local de moradia pode se tornar um empecilho na busca por uma colocação profissional. ■



Fatores institucionais que perpetuam a desigualdade e a baixa mobilidade social

O FRACO DESEMPENHO NÃO SE DEVE A UM VIÉS NA ESTRUTURA ECONÔMICA EM DIREÇÃO A SETORES POUCO PRODUTIVOS, MAS É TRANSVERSAL A TODA A ATIVIDADE ECONÔMICA.

O cenário de marcante desigualdade e limitada mobilidade contrapõe-se ao incremento nos investimentos em políticas sociais (GPS, na sigla original), cuja parcela no Produto Interno Bruto (PIB) duplicou nas últimas três décadas, saltando de 7% para 14%, padrão que segue a média observada nos países da OCDE. No entanto, ao se comparar a OCDE com a região latino-americana, nota-se um alarmante quadro: a efetividade moderada do GPS em atenuar as desigualdades salariais originadas pelo mercado. Para além de sua representatividade percentual no PIB, o GPS apresenta significantes desafios estruturais. Não alcançando

de maneira satisfatória aqueles em maior vulnerabilidade, e não auxiliando efetivamente na promoção da mobilidade social.

Em grande parte das nações, o crescimento nos gastos foi direcionado à ampliação de programas de transferências condicionais de renda, previdência e saúde para trabalhadores informais. No entanto, este acréscimo no GPS nas últimas três décadas não obteve expressivo sucesso na mitigação da desigualdade. Dentre as múltiplas razões para tal cenário, sobressai a inabilidade do mercado laboral em promover a mobilidade social. ■



Baixa produtividade

A América Latina e o Caribe apresentam um quadro de estagnação na produtividade, resultando em um crescimento econômico aquém do esperado. Desde 1960, o PIB per capita médio da ALC em comparação com o dos Estados Unidos permanece estagnado. Em contraste, a Espanha viu sua proporção saltar de um terço para dois terços, enquanto a Coreia do Sul avançou de 7% para impressionantes 67%. Esse fraco desempenho não se origina de um direcionamento econômico para setores de baixa produtividade. Ele é um reflexo amplo que permeia toda a atividade econômica, caracterizado pela produtividade limitada de inúmeras empresas em seus respectivos setores e pela falha em priorizar as mais produtivas.

Esta realidade é destacada em dois aspectos: a predominância do autoemprego e o tamanho reduzido de grande parte das empresas. Na região, mais da metade dos trabalhadores é autônoma ou está em empresas com até 5 colaboradores. Além disso, cerca de metade desses trabalhadores está em empresas com menos de 10 colaboradores. A raiz deste problema reside em uma infraestrutura institucional que incentiva práticas à margem das normativas fiscais, trabalhistas e financeiras, limitando a escala de operação e desestimulando a inovação ou adoção de novas tecnologias. Apesar de diversas instituições contribuírem para esta conjuntura, é notório o impacto dos mercados de trabalho ineficientes, que não conseguem converter os avanços em capital humano dos grupos mais vulneráveis em oportunidades de emprego formais e produtivos.



O mercado de trabalho é, indiscutivelmente, a conexão mais vital entre processos produtivos e desenvolvimento social. Quando há falhas nesse segmento, a consequência é a persistência de alta desigualdade, baixa mobilidade social relativa e produtividade estacionária. Os desafios do mercado de trabalho decorrem, principalmente, de lacunas no acesso, qualidade e relevância da formação educacional e de um sistema de seguridade social fragmentado, que diferencia trabalhadores formais dos informais.

Essa estrutura penaliza sutilmente o emprego formal e fomenta o informal. A discrepância na qualidade educacional entre diferentes grupos, juntamente com incentivos que desvalorizam a formalidade e estimulam a informalidade, solidifica o mercado de trabalho como um obstáculo sistemático à mobilidade social e a uma ascensão econômica mais ágil. ■

AS PRINCIPAIS CAUSAS DAS FALHAS NO MERCADO DE TRABALHO SÃO AS DEFICIÊNCIAS JÁ MENCIONADAS NO ACESSO, QUALIDADE E RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO.

Propostas de políticas

São sugeridas duas vertentes de políticas para abordar deficiências no capital humano e na capacidade dos mercados de trabalho da região em estimular a mobilidade social. Primeiramente, temos as políticas sistêmicas, que visam atender a população como um todo. Adicionalmente, são destacadas políticas focadas em grupos em situação de vulnerabilidade. ■

Políticas sistêmicas

Relevância e qualidade do capital humano

Embora questões de qualidade e pertinência permeiem todo o ciclo educacional, as intervenções que trariam impactos mais imediatos encontram-se na educação de nível médio ou secundário e nos programas voltados à capacitação profissional. É imprescindível reconhecer o impacto do déficit em qualidade e abrangência desde a primeira infância durante todo o ciclo educacional. Para tal, são essenciais cinco categorias de políticas.

● **A infraestrutura física precisa de melhorias:** Em algumas cidades, tornam-se imprescindíveis investimentos em abastecimento de água, saneamento e energia elétrica, entre outros, para criar espaços inclusivos e com viés de sustentabilidade ambiental. Em todas as regiões, é crucial investir em tecnologia digital: conectividade, dispositivos e acesso à computação em nuvem, como catalisadores do ensino, seja ele presencial, à distância ou em modelo híbrido.

● **Ajustar o conteúdo dos currículos:** Priorizando competências digitais, línguas estrangeiras e um foco reforçado em ciências naturais, engenharias e matemática. Isso exige valorizar habilidades ligadas à manipulação e gestão de dados, raciocínio lógico ou computacional e uma aprendizagem pautada na resolução de problemas.

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA (ETE) NA REGIÃO PODE ABRIR NOVOS CANAIS DE MOBILIDADE SOCIAL MAIS EFICAZES E CONTRIBUIR PARA FORMAR UMA FORÇA DE TRABALHO MELHOR PREPARADA.



● **É essencial capacitar professores para ministrar novos conteúdos:** Bem como desenvolver habilidades digitais, e isso também se aplica à equipe gestora e administrativa das instituições educacionais. Isso exige políticas e programas robustos de infraestrutura digital, uma reestruturação curricular visando a inclusão tecnológica e aprimoramento de competências digitais, consolidando conteúdos e aferindo resultados.

● **Estratégias para combater e reverter o abandono escolar:** Uma ideia seria ampliar os benefícios financeiros até os 18 ou 20 anos, condicionados à conclusão dos estudos. Programas de detecção precoce poderiam focar em apoio direcionado ao aluno, garantindo a continuidade de sua trajetória acadêmica.

● **Outra proposta seria reforçar métodos que recuperem defasagens de aprendizado:** Por exemplo, aumentando a carga horária diária através de jornadas escolares estendidas.

No âmbito do ensino superior, propõe-se:

Com os atuais recursos direcionados à formação profissional (equivalentes a entre 0,1 e 0,2% do PIB), existem margens significativas para aprimorar a sintonia entre oferta e demanda, aproveitando de forma mais estratégica as informações dos mercados de trabalho locais e assegurando a atuação ativa de entidades empresariais na construção dos currículos e na validação de competências. É crucial diferenciar de forma clara as funções de planejamento, gestão e avaliação, prevenindo que uma única instituição seja responsável pelas três tarefas. Além disso, é imperativo robustecer e diversificar as propostas de requalificação e atualização (*upskilling* e *reskilling*), estabelecendo mecanismos de financiamento que não afetem negativamente as contratações formais.

A expansão da Educação Técnica Especializada (ETE) na região pode facilitar vias de mobilidade social mais eficientes, fortalecendo uma mão de obra mais apta para mercados de trabalho em constante evolução tecnológica.

Investimentos sociais que minimizem as desigualdades, preservando a produtividade

Analisar os estímulos relacionados ao trabalho autônomo, e os desafios da microempresa e da informalidade. Uma estratégia recomendável é a transição gradual para sistemas onde o financiamento não esteja atrelado ao regime laboral do indivíduo, proporcionando uma cobertura mais “universal” para desafios que todos os trabalhadores enfrentam, independentemente de seu vínculo empregatício. É fundamental promover a qualidade dos empregos, impulsionar a mobilidade social em âmbitos como acesso ao crédito e auxílio às empresas, otimizar a política fiscal e incentivar a pesquisa e a inovação tecnológica. ■



Políticas direcionadas a grupos específicos

Gênero

A meta principal visa ampliar a inserção feminina em posições formais no mercado de trabalho, que ofereçam melhores salários e perspectivas de ascensão profissional. Para atingir os objetivos propostos:

- **Diminuir o impacto pessoal e econômico de cuidar de dependentes. Isso envolve:** ampliar a oferta de serviços de creches sem intensificar a informalidade e discriminação; estender a duração da jornada escolar na educação fundamental; e incentivar políticas de assistência aos idosos, considerando o acelerado processo de envelhecimento da população.
- **Revisar a legislação trabalhista e previdenciária visando eliminar a discriminação. Isso inclui:** reavaliar as licenças maternidade e paternidade para o cuidado com recém-nascidos e efetuar uma avaliação profunda da legislação trabalhista para garantir que não prejudique a contratação formal de mulheres.
- Fomentar o planejamento familiar através de iniciativas integradas de saúde sexual e reprodutiva, considerando a diferença entre a taxa de fertilidade atual e a desejada, bem como a gravidez na adolescência.
- Implementar reformas curriculares e pedagógicas ao longo de toda a trajetória educacional, visando incentivar a presença feminina em funções de alta qualidade e em setores tecnológicos. Além disso, promover medidas afirmativas para estimular a participação feminina em posições de liderança.

PROMOVER A PRESENÇA DE MULHERES EM OCUPAÇÕES DE MELHOR QUALIDADE E EM SETORES TECNOLÓGICOS.

Grupos étnicos

- Estratégias focadas no desenvolvimento humano e no investimento em infraestrutura e acesso a serviços urbanos nas áreas onde estas populações se encontram.
- **Adotar políticas contra a discriminação,** propondo normativas que assegurem que etnia e raça não influenciem negativamente durante o processo de contratação. Encarar as raízes sistêmicas da discriminação: incentivar alianças em prol da equidade racial e a inclusão como pilares do desenvolvimento; fortalecer as capacidades institucionais, aprimorando sistemas de informação para coletar e divulgar dados que reforcem o monitoramento da situação racial nos países do continente.

População em áreas desfavorecidas

- Priorizar a melhoria da mobilidade, ampliando a infraestrutura de transporte público e garantindo sua eficiência e sustentabilidade financeira. A política habitacional precisa contemplar a regularização de propriedades, garantir documentação de posse, desenvolver regulamentos inovadores que facilitem o acesso à moradia para a população de baixa renda, e estabelecer mecanismos de financiamento, como mercado de terras e crédito imobiliário.
- Há uma urgente necessidade de maior investimento em infraestrutura para serviços essenciais relacionados à moradia, além de fortalecer a segurança e revitalizar espaços públicos em comunidades vulneráveis. ■

ABORDAR OS ASPECTOS SISTÊMICOS DA DISCRIMINAÇÃO: PROMOVER ALIANÇAS PELA EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL E A INCLUSÃO COMO ATORES DO DESENVOLVIMENTO.





Colaboração UE-ALC em temas sociais

As possibilidades de cooperação entre ALC e UE em matérias sociais são vastas, englobando diversos setores. As duas regiões possuem experiências e estratégias distintas ao lidar com temas sociais, e ambas podem se beneficiar ao compartilhar conhecimento, recursos e práticas de excelência. Dentre as áreas de colaboração, podemos destacar:



● **Desenvolvimento Social:** A parceria pode se focar na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) através de cooperação técnica e projetos sociais segmentados. Juntas, as regiões podem enfrentar desafios como pobreza, fome, saúde, educação, e garantir acesso à água limpa e saneamento básico.

● **Melhores Práticas:** Incentivar reformas que absorvam experiências em progressividade fiscal e que apliquem os gastos sociais de maneira eficaz e com real impacto.

● **Direitos Humanos:** A defesa e a promoção dos direitos humanos representam um pilar crucial para essa cooperação. É possível compartilhar abordagens para reforçar a justiça, promover a igualdade de gênero, combater a discriminação e celebrar a diversidade.

● **Educação e Capacitação:** Programas de intercâmbio acadêmico e de capacitação podem potencializar habilidades em ambas as regiões. Iniciativas como mobilidade estudantil, trocas entre professores e colaborações em pesquisas têm o poder de enriquecer os sistemas educacionais e catalisar a inovação. Tais ações podem refinar a preparação para o mercado de trabalho, elevar a produtividade e atenuar a pobreza e a marginalização.

● **Saúde:** A parceria em saúde pode englobar desde investigações médicas até o gerenciamento de crises sanitárias e a administração de sistemas previdenciários em sociedades que envelhecem. A troca de expertise sobre sistemas de saúde, enfermidades transmissíveis e não transmissíveis, bem como o acesso a medicamentos, trará benefícios mútuos.

● **Desenvolvimento Rural e Agricultura Sustentável:** Neste âmbito, as colaborações podem abordar temas como segurança alimentar, gestão sustentável de recursos e fortalecimento das comunidades rurais.

● **Qualidade dos mercados laborais, do emprego e da proteção social:** Através tanto da cooperação quanto dos acordos de associação, ambas as regiões têm potencial para estabelecer uma sinergia robusta, apoiando essas três dimensões cruciais para que a ALC consiga superar seus desafios estruturais.

A UNIÃO EUROPEIA TEM SIDO UM DOS MAIORES PROMOTORES DO DIÁLOGO SOCIAL NA REGIÃO.

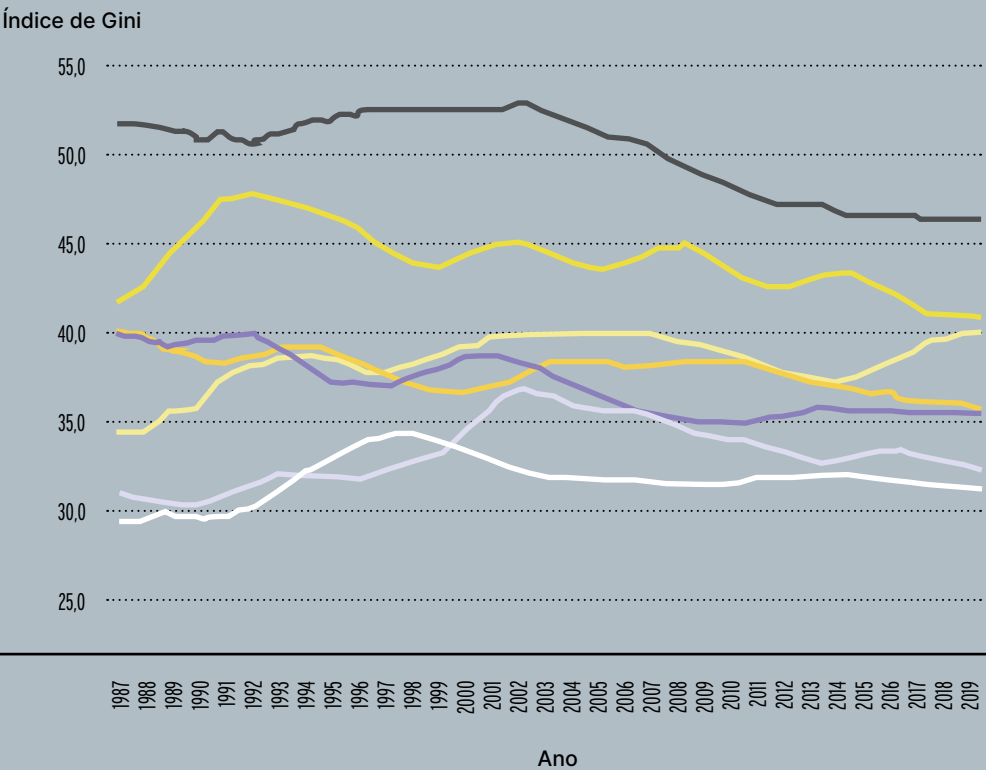
Para uma cooperação efetiva, é crucial definir mecanismos específicos de coordenação, diálogo e financiamento voltados para a área social. Ademais, é fundamental reconhecer e respeitar as divergências culturais, políticas e econômicas, visando uma cooperação que seja equânime e propicie vantagens a todas as partes envolvidas.

A interação birregional é marcada por um conjunto valioso de boas práticas, experiências acumuladas e estreitos laços entre entidades públicas e privadas. Comprovando isso, a União Europeia emergiu como uma das maiores incentivadoras do diálogo social na região, e, paralelamente, a vibrante sociedade civil da América Latina tem desempenhado um papel crucial no reforço desse relacionamento. ■



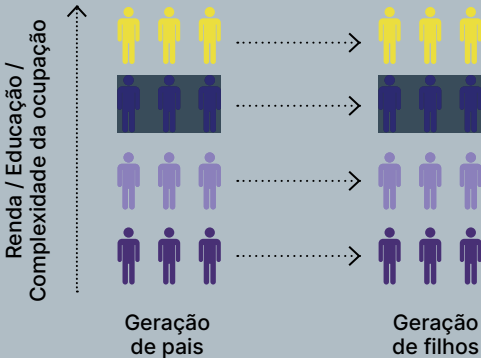
Desigualdade de renda entre as regiões

- América Latina e Caribe
- África Subsaariana
- América do Norte
- Leste Asiático
- Oriente Médio e Norte da África
- Sul da Ásia
- Europa e Ásia Central

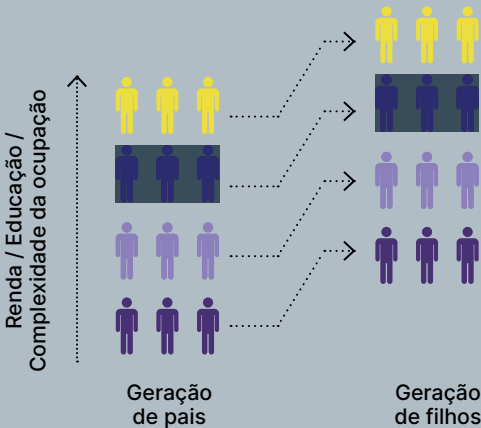


Cenários de mobilidade absoluta e relativa

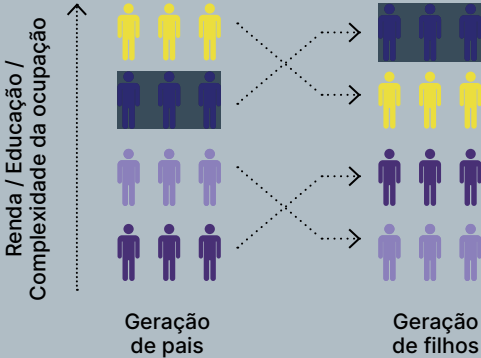
Cenário 1:
Mobilidade relativa nula com mobilidade absoluta inexistente



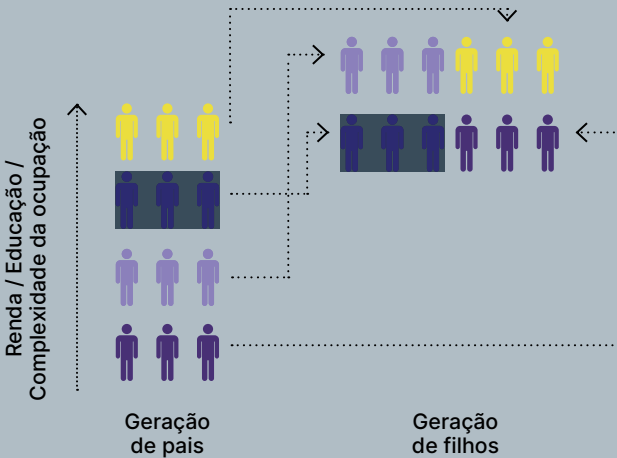
Cenário 2:
Mobilidade relativa nula com mobilidade absoluta ascendente



Cenário 3:
Mobilidade relativa com mobilidade absoluta ascendente e descendente

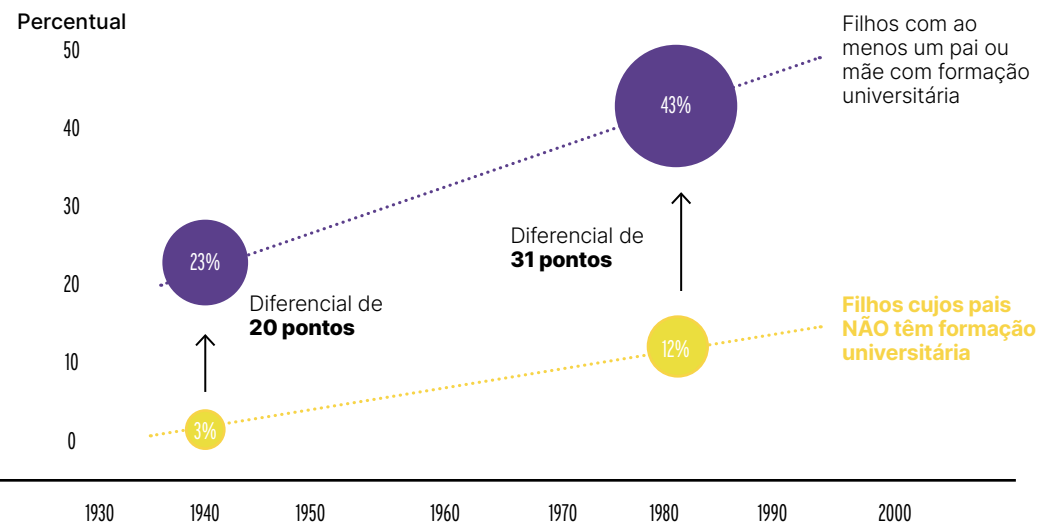


Cenário 4:
Mobilidade relativa com mobilidade absoluta ascendente



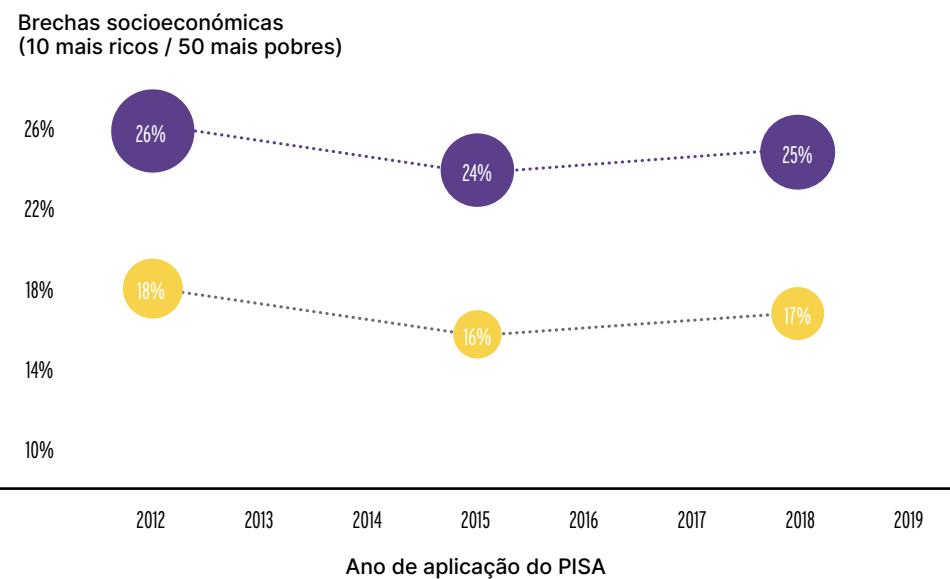


Probabilidade de finalizar o ensino superior antes dos 24-25 anos



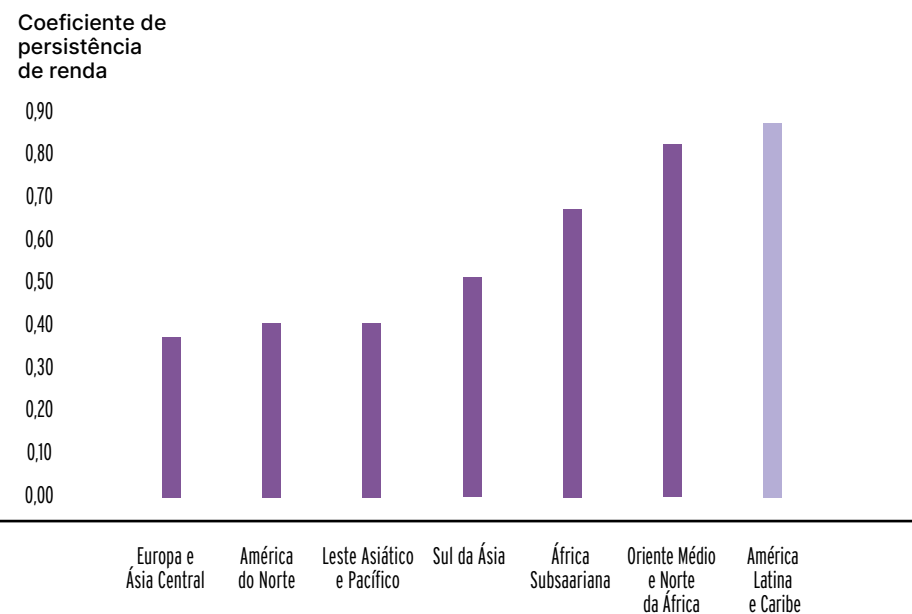
Desigualdades socioeconômicas em qualidade educacional: América Latina vs. países da OCDE

- América Latina
- OCDE (sem incluir os países da América Latina)



Persistência de renda intergeracional

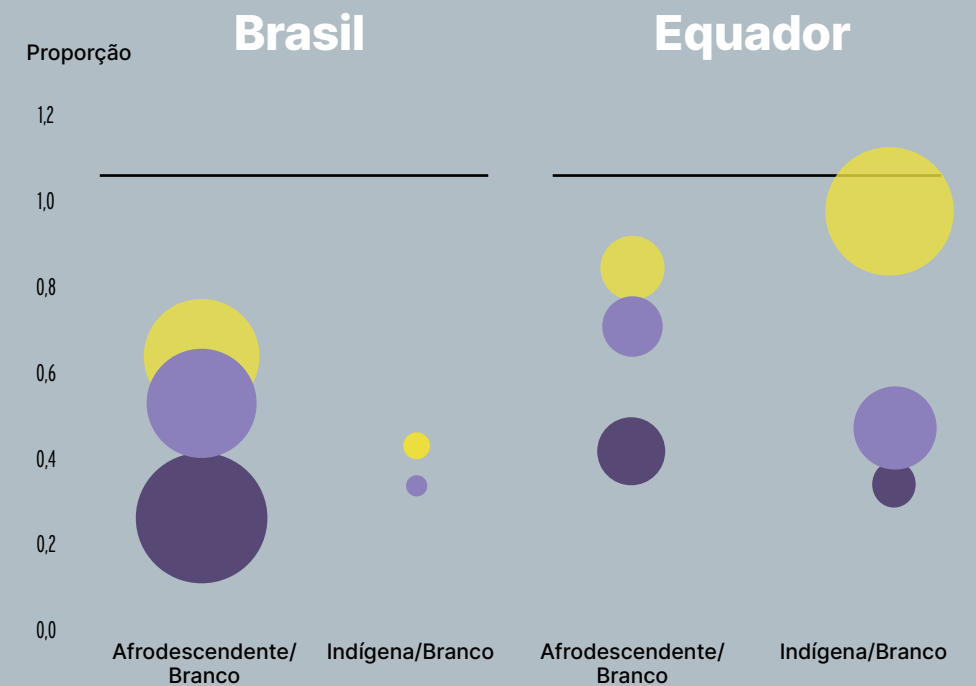
Observação: Médias simples entre os países de cada região. Foram consideradas as gerações nascidas nas décadas dos sessenta e dos setenta. A média relativa à América Latina e Caribe engloba países como Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Panamá e Peru.



Disparidades de mobilidade educacional ascendente absoluta

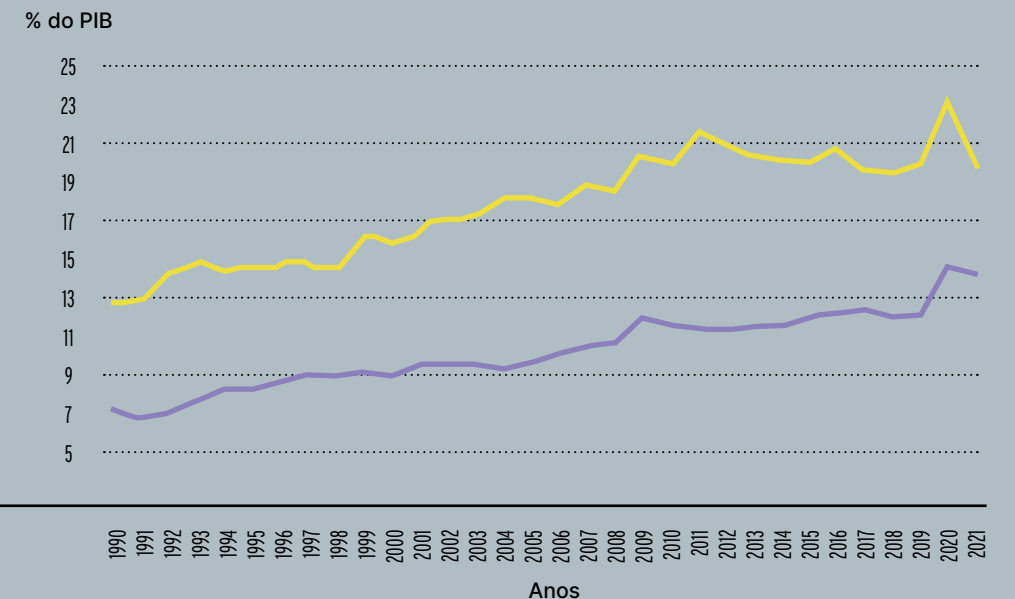
Observação: O centro de cada círculo simboliza a proporção da mobilidade educacional absoluta de cada grupo étnico em relação à população branca. O tamanho do círculo indica a representatividade de cada grupo na população total. No Brasil, a dimensão da amostra não permite identificar diferenças étnicas entre indígenas e brancos no que tange à mobilidade educacional no Ensino Superior.

- Mobilidade no Ensino Fundamental
- Mobilidade no Ensino Médio
- Mobilidade no Ensino Superior



GPS como % do PIB na América Latina, Caribe e países da OCDE (governo central)

- América Latina e Caribe
- Países da OCDE





Políticas visando
menor desigualdade e
acelerado crescimento





**Nota setorial sobre
transformação digital.**

Evolução e obstáculos da transformação digital na América Latina e Caribe



Este capítulo apresenta diversas oportunidades de colaboração entre a UE e a América Latina e o Caribe para impulsionar uma transformação digital que ajude a fechar as lacunas existentes em conectividade, infraestrutura, capacitação, regulamentação e inovação, e que também se una a esforços para impulsionar a transição verde, a igualdade de gênero e a inclusão social.



Versão digital completa



Conectividade Inclusiva e Segura

O USO DA INTERNET ENTRE AS MULHERES ERA QUASE 12 PONTOS PERCENTUAIS INFERIOR AO DOS HOMENS. ALÉM DISSO, ELAS TÊM UMA PRESENÇA MENOR NA ATIVIDADE DO SETOR DE TIC. APENAS 10% DAS INICIATIVAS INOVADORAS QUE BUSCAM FINANCIAMENTO FORAM FUNDADAS POR MULHERES.

O panorama da conectividade digital na ALC apresenta contrastes notáveis. A internet trouxe enormes oportunidades para as economias locais se tornarem mais produtivas, ampliando as fronteiras do empreendedorismo e promovendo um crescimento econômico que envolve diversos segmentos da sociedade. Conforme dados da CEPAL, a quantidade de latino-americanos com acesso à banda larga fixa atingiu 62% em 2021, uma triplicação da cobertura em comparação a 2020. No entanto, este índice ainda se encontra aquém dos 100% observados na América do Norte e dos 90% da Europa. Já as assinaturas de banda larga móvel alcançaram 78%, índice ainda menor que os 105% registrados na Europa e os 150% na América do Norte. No que tange à conectividade móvel, a adesão ao 4G chegou a 65% da população em

2022, com expectativas de que o 5G atinja 11% até 2025. Além da busca por velocidades mais altas para atividades produtivas e sociais, enfrentamos desafios relacionados à latência e à robustez das redes de conectividade.

O aspecto geográfico ressurgue como elemento-chave para compreender as disparidades em conectividade. Apesar dos avanços, persiste um marcante déficit digital na ALC, sobretudo em áreas rurais e entre comunidades de menor renda, com índices de conectividade à internet aquém do desejado. Aproximadamente 70 milhões de habitantes de áreas rurais da ALC ainda não contam com conexões que atendam padrões mínimos de qualidade.

Os déficits de conectividade digital, assim como as desigualdades em



liderança e financiamento de iniciativas inovadoras, são particularmente acentuados quando se trata do público feminino. A conectividade para as mulheres apresenta lacunas em quase todas as vertentes da economia digital. O uso da internet por mulheres é cerca de 12 pontos percentuais menor do que pelos homens. Ademais, elas têm uma representação limitada no setor de TIC. Apenas 10% dos projetos inovadores em busca de financiamento são liderados por mulheres e, quando conseguem, recebem 23% menos recursos. Ademais, as perspectivas mostram-se cautelosas, dado que, apesar de um número crescente de mulheres concluindo ensino superior, apenas 25% das formadas em áreas como engenharia e infraestrutura de telecomunicações são do gênero feminino.

Frequentemente, as operadoras de telecomunicações justificam os altos custos de implantação da infraestrutura para focar seus esforços predominantemente em zonas urbanas e de elevada densidade populacional, deixando áreas rurais em desvantagem. No tocante à fibra óptica, apesar de chegar a muitas sedes municipais, não alcança os domicílios das populações mais vulneráveis. A solução para tais desafios passa por um mix de inovação tecnológica, abrangendo tecnologias como 5G, 4G, fibra óptica, LPWAN e conexões via satélite. É crucial, ainda, a realização de investimentos, tanto do setor público quanto privado, bem como políticas inclusivas que garantam igualdade no acesso digital.

A despeito da redução de seus preços, os custos associados à conectividade continuam a ser um impedimento considerável para cidadãos de menor poder aquisitivo. A ampliação da conectividade móvel se vê desafiada pela inacessibilidade



de planos de dados e dispositivos com acesso à internet para as camadas mais carentes da região. Em termos financeiros, um plano de dados de 1GB custa, em média, 2,7% da renda familiar mensal, superando o limite de 2% estabelecido como acessível pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). Somam-se a esse custo os valores de smartphones, que, em determinados países da ALC, representam de 31% a 34% da renda média familiar, podendo chegar a exorbitantes 84% em situações extremas. Diante deste cenário, surgem propostas como o pacote básico digital, composto por um notebook, smartphone e tablet.

O imperativo investimento em infraestrutura física, incentivos à demanda e capacitação digital representa um desafio que a ALC não pode superar sem colaboração externa. Segundo a UIT, seriam necessários US\$ 51 bilhões até 2030 para superar as barreiras digitais em termos de infraestrutura, capacitação e regulamentação. Por outro lado, a ASIET, um centro de estudos da associação regional de operadoras de telecomunicações, estima que a ALC necessitaria do triplo desse montante, US\$ 161 bilhões, para alcançar os padrões de conectividade

APROXIMADAMENTE 70 MILHÕES DE HABITANTES DE ÁREAS RURAIS DA ALC NÃO TÊM ACESSO A SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE COM PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE.



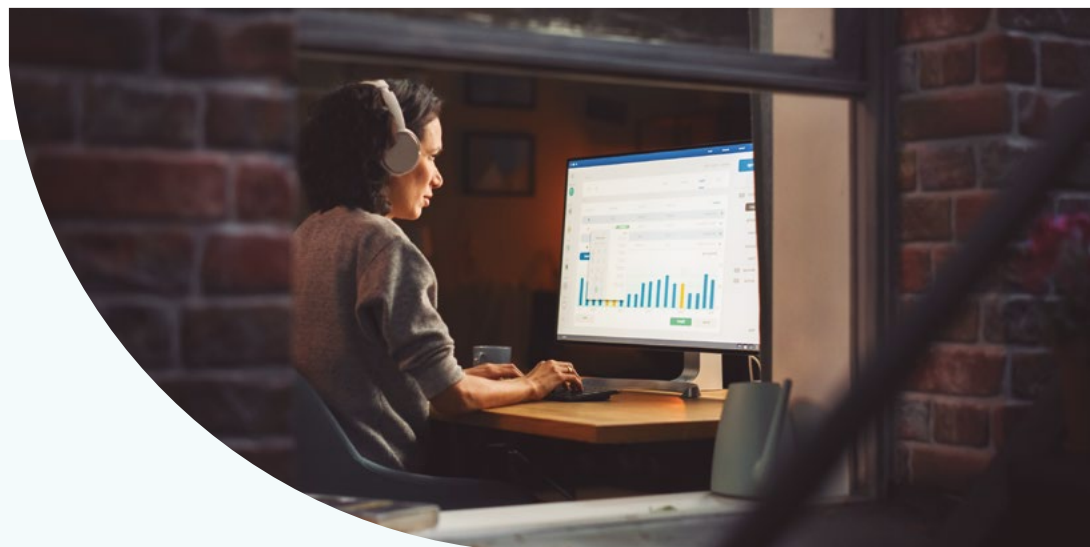
ESSES INVESTIMENTOS PODEM MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS POR MEIO DO ACESSO A SERVIÇOS DIGITAIS, IMPULSIONAR A ECONOMIA DIGITAL E FACILITAR A INCLUSÃO DIGITAL.

da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) até 2025.

É imperativo que o avanço em conectividade seja paralelo ao aprimoramento em segurança digital. A garantia de uma conectividade segura é inquestionavelmente a única agenda sustentável e viável para a ALC. Com a crescente dependência de tecnologias digitais, os crimes cibernéticos seguem em ascensão. No período entre 2018 e 2022, de 52% a 62% das organizações reportaram um aumento nos ataques cibernéticos em relação ao ano anterior. Apesar do surgimento de estratégias nacionais de cibersegurança em cerca de um terço dos países da região, as competências técnicas estatais e o nível de conscientização dos atores públicos permanecem insatisfatórios. A incompatibilidade das plataformas estatais e a carência de legislação

de proteção de dados industriais cibernéticos destacam-se entre os desafios do setor.

Uma análise multidimensional de custo-benefício respalda a importância de uma conectividade inclusiva e protegida. Investimentos em fibra óptica, ampliação das redes 4G e 5G, e elevados padrões de qualidade e cibersegurança são processos intrincados e onerosos sob uma ótica econômica, dada a necessidade de alocações em hardware, software, serviços, formação e assistência. Contudo, tais aportes têm o potencial de elevar a qualidade de vida dos cidadãos ao propiciar acesso a serviços digitais, impulsionar a economia digital, fomentar a inclusão digital, criar oportunidades de desenvolvimento social com foco em saúde e educação e fortalecer o crescimento econômico através do comércio e inovação de serviços. ■



Talento digital: vislumbrando o futuro do trabalho

O déficit em talento digital específico ameaça o progresso futuro da região. No cenário mundial, os países da América Latina e Caribe posicionam-se no terço mais baixo quanto à capacidade em habilidades tecnológicas. Lamentavelmente, mesmo com a proliferação de programas de capacitação, pouco mudou; a grande maioria dos países da região está classificada abaixo dos 50% em capacitação digital. Este déficit em competências tecnológicas manifesta-se em uma demanda empresarial não atendida por profissionais. Trinta e dois por cento das corporações da América Latina e Caribe enfrentam dificuldades para recrutar profissionais habilitados, um percentual expressivamente superior ao global e ao da UE. Há uma demanda por competências técnicas em diversas áreas especializadas e por habilidades mais básicas e intermediárias (conhecidas como “soft skills”). Neste contexto, entre as habilidades interpessoais, destacam-se trabalho em equipe e capacidade de comunicação; já no âmbito organizacional, ressaltam-se o foco em atendimento e a detecção de oportunidades de negócio; no espectro pessoal, a resolução de problemas e a adaptação a mudanças

são primordiais, enquanto na esfera tecnológica, o gerenciamento da informação é crucial.

A capacitação e a certificação emergem como pilares para adaptar programas e alavancar a requalificação e atualização da força de trabalho. Prevê-se que, até 2030, a procura por profissionais atualizados e certificados em tecnologias da informação cresça exponencialmente. Essa demanda se justifica porque 70% das empresas latino-americanas já iniciaram sua jornada de transformação digital, e 59% investiram em infraestrutura em nuvem até 2024, intensificando a busca por profissionais de TI especializados em inteligência artificial (IA), computação em nuvem, Internet das Coisas (IoT) e ciência de dados.

Para se preparar adequadamente para o futuro laboral, é imperativo estabelecer um plano robusto de habilidades desde as fases mais precoces. Isto implica introduzir às crianças os fundamentos de programação, impulsionar a formação STEM+A (ciência, tecnologia, engenharia, matemática e arte) e valorizar a análise de dados nas instituições de ensino. É imperativo investir maciçamente em formação técnica fora do ambiente universitário, priorizando áreas como cibersegurança, *cloud computing*, automação e análise de dados, bem como habilidades intrínsecas ao pensamento crítico, adaptabilidade, gestão de informações e trabalho colaborativo. Esse processo formativo deve ser inclusivo, abarcando tanto alunos quanto docentes, assegurando uma perspectiva integrada e holística. ■

A CAPACITAÇÃO E A CERTIFICAÇÃO SÃO FUNDAMENTAIS PARA ADAPTAR PROGRAMAS E IMPULSIONAR A REEDUCAÇÃO (UPSKILLING E RESKILLING) DA FORÇA DE TRABALHO EXISTENTE.



Governos ágeis e interconectados

A burocracia se apresenta como um entrave ao desenvolvimento. Dependendo do país, as administrações centrais gerenciam de 1.000 a 5.000 diferentes processos, e um adulto latino-americano realiza, em média, cinco desses trâmites anualmente. Dentre estes, sobressaem-se os trâmites para obtenção da carteira de motorista, processos migratórios e aqueles vinculados ao registro mercantil. Para metade desses processos administrativos, são exigidas duas ou mais visitas a órgãos públicos, implicando longas esperas. Essa burocracia pode constituir obstáculos ao acesso a serviços essenciais, diminuir a arrecadação pública, intensificar a informalidade e induzir custos desproporcionais. Migrar tais procedimentos para plataformas digitais surge como solução eficiente, econômica e de potencial alcance até mesmo nas regiões mais distantes.

A incorporação de tecnologias digitais na oferta de serviços públicos torna mais acessível a informação, simplifica a burocracia e otimiza a eficiência da gestão governamental. Assim, a digitalização emerge como ferramenta potencial para ampliar a transparência e a prestação de contas, reforçando a confiança dos cidadãos nas entidades governamentais. Os serviços públicos digitais de custo reduzido tornam mais eficientes a coleta, o tratamento da informação e a sua distribuição para as pessoas. Em termos gerais, serviços públicos oferecidos digitalmente são 74% mais ágeis que os presenciais e custam 95% menos para o erário público.

Tecnologias como Inteligência Artificial (IA), Blockchain, Internet das Coisas (IoT), Metaverso, Big Data, Realidade Virtual (RV) e Realidade Aumentada

(RA) também se apresentam como promissoras alternativas. A IoT tem o poder de otimizar a eficácia dos serviços públicos e fomentar a evolução de cidades e regiões mais inteligentes. Blockchain habilita o emprego de contratos públicos automatizados e assegura a integridade das informações. A IA fortalece a automação de processos e aprimora o processo decisório. O Metaverso sinaliza novos horizontes para métodos de ensino e pesquisa acadêmica. O Big Data se destaca na análise detalhada e na identificação de padrões que embasam a criação de políticas mais assertivas. A RV e a RA emergem como instrumentos valiosos para enriquecer treinamentos, simulações e na representação gráfica de dados para uma decisão mais fundamentada. Ao se alinhar com tais tecnologias vanguardistas, os governos não só se tornam mais ágeis e eficazes, mas também mais inclusivos e visionários, pavimentando o caminho para o crescimento sustentável e a competitividade nacional.

Para que os avanços propostos pelas tecnologias 4.0 se concretizem plenamente, é imperativo que os governos enfrentem os desafios regulatórios inerentes. A rápida evolução tecnológica frequentemente supera as regulamentações vigentes, demandando mecanismos ágeis de regulamentação. Os sandboxes, por exemplo, oferecem um ambiente controlado de teste, permitindo que novas soluções tecnológicas sejam implementadas e seus impactos avaliados antes de serem disseminadas em larga escala. Esse processo não apenas estimula a inovação, mas também garante a utilização responsável e segura das tecnologias, sempre visando o bem-estar social. ■



Reindustrialização 4.0

Os mercados digitais da ALC tornam-se progressivamente mais relevantes para o desenvolvimento regional. No entanto, a economia digital permanece de certa forma passiva, e não majoritária. A integração de novas tecnologias pelas empresas, aliada a investimentos complementares em competências digitais, organizacionais e em outras formas de capital intangível, tem o potencial de impulsionar a competitividade e acelerar o crescimento da produtividade. A pandemia acelerou a incorporação tecnológica, mas somente o uso de computadores é prevalente entre as empresas exportadoras das principais nações. Enquanto isso, o uso de “big data” e plataformas móveis registra apenas 40%, a inteligência artificial marca 35%, e a crucial cibersegurança não ultrapassa 29%.

Empreendimentos focados em setores de alta densidade tecnológica têm potencial para alavancar a inovação, originar novos mercados e disseminar benefícios para ramos diversos. Os serviços financeiros digitais podem otimizar e facilitar pagamentos, tornando-se fundamentais para o avanço do e-commerce e modelos de negócios digitais. Estima-se que até 2030, a transformação digital poderá impulsionar as exportações a representar mais de 2% do PIB de seis países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai). O valor da indústria digital teve um crescimento de 14% entre 2010 e 2022. Embora essa expansão seja menos expressiva quando comparada ao crescimento global de 329%, ela ganha destaque

diante da retração de 29% nos setores tradicionais no mesmo intervalo. Este ímpeto na economia digital é impulsionado principalmente pelo crescimento robusto das plataformas de e-commerce e serviços online, projetando um aumento de 248% e 200% respectivamente entre março de 2019 e março de 2022.

Startups fundamentadas em tecnologias de ponta são catalisadores essenciais deste progresso digital. De cada dez startups, cerca de nove se fundamentam em tecnologias digitais ou atuam neste segmento. A maior parcela de startups digitais se localiza no Brasil (57%) e no México (13%). No contexto regional, essas empresas estão ancoradas nas tecnologias de informação e software, oferecendo soluções respaldadas em inteligência artificial (7%), tecnologia voltada a serviços financeiros (fintech), educação (edtech) e agricultura (agritech). A despeito dos progressos da última década, a ALC encontra-se defasada frente a outras regiões e países à vanguarda tecnológica.

Contudo, a transformação digital não ocorre de forma homogênea em todos os setores, havendo segmentos com desfasamentos notáveis. Evidenciam-se notáveis discrepâncias no grau de digitalização, com marcante insipiência em setores como agricultura, mineração e manufatura, pilares do PIB regional. A título ilustrativo, a adoção de tecnologias digitais em etapas de fornecimento, manufatura e distribuição se encontra distante do padrão observado em nações mais avançadas. ■

A IA APOIA A AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS E A TOMADA DE DECISÕES. O METAVERSO ABRE A PORTA PARA NOVAS FORMAS DE ENSINO E PESQUISA.



Oportunidades de investimento europeu na América Latina e Caribe com impacto socioeconômico

Conectividade, confiança e segurança digital

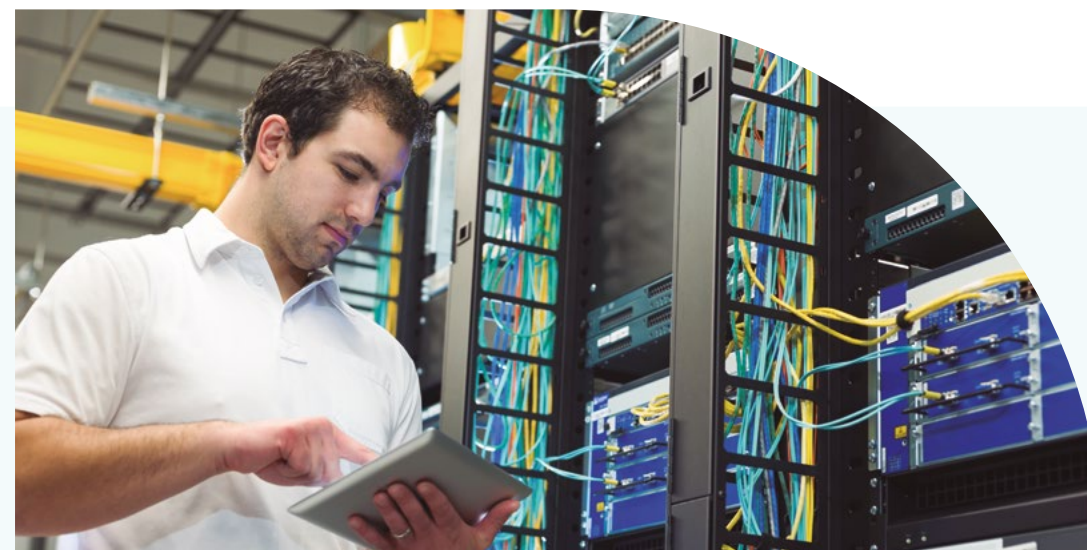
Uma das maiores barreiras é prover conectividade para a população, seja em áreas rurais e isoladas ou em zonas urbanas habitadas por famílias de baixa renda. Embora os países da América Latina tenham se esforçado para modernizar seus frameworks regulatórios e implementar políticas digitais, soluções em larga escala ainda não foram concretizadas devido à exigência expressiva de investimentos em infraestrutura. Desafios recorrentes envolvem restrições ao uso de fundos de acesso universal, déficits em infraestrutura elétrica e viária, elevados custos de investimento, e rentabilidade reduzida para empresas atuantes em zonas rurais.

Para contornar esses obstáculos, é imperativo investir em diversas infraestruturas, como redes 4G e 5G, ampliação de fibra óptica, redes LPWAN (Rede de Longo Alcance de Baixa Potência), serviços satelitais via parcerias público-privadas, e incentivos fiscais que estimulem o investimento privado em infraestruturas, educação digital e capacitação. Dinamarca, Holanda e Espanha lideram a conectividade na Europa, com índices superiores a 95%, segundo o *Índice de Economia e Sociedade Digital* da Comissão Europeia. Nesta perspectiva, o programa UNICO,

voltado à ampliação da banda larga e promovido pela Espanha com apoio do NextGenerationEU, poderia inspirar estratégias para melhorar a conectividade nas áreas mais afastadas da ALC, através da cooperação técnica, capacitação, disseminação de melhores práticas, estabelecimento de padrões e criação de agências especializadas em cibersegurança.

Em termos de cibersegurança, a UE tem o potencial de fortalecer as estratégias nacionais da ALC. Mediante a troca de conhecimentos, capacitação, desenvolvimento de melhores práticas e padrões, e estabelecimento de agências e hubs de cibersegurança. É imperativo também ponderar sobre investimentos em segurança de redes, proteção de dados, gestão de identidades e respostas rápidas a incidentes. A estratégia europeia, proposta pela recente *Lei de Solidariedade Cibernética*, que organiza e amplifica as medidas para identificar e reagir

DESENVOLVER CAPACIDADES SUSTENTÁVEIS E REPLICÁVEIS EM OUTROS SETORES, QUE INCLUAM A POSSIBILIDADE DE LIDAR COM TECNOLOGIAS DE PONTA EXPONENCIAIS.



a incidentes de cibersegurança com uma defesa regional e mecanismos de emergência aos quais os Estados Membros podem recorrer, surge como uma valiosa referência para a ALC.

Estado ágil e talento

Cooperações nesse domínio podem abarcar a troca de melhores práticas e vivências na concretização de soluções digitais no setor público, respaldando a instauração de marcos regulatórios e diretrizes que alavancem inovação e investimento no segmento digital, além da capacitação de servidores públicos em destrezas digitais essenciais diante dos desafios da revolução digital. É crucial, neste contexto, fomentar sinergias entre os sistemas científico-tecnológicos da ALC e da UE, visando criar capacidades sustentáveis e replicáveis em diversos setores. Isso engloba a abordagem de tecnologias emergentes, como a computação quântica e a integração de semicondutores em etapas cruciais da cadeia de valor.

Um modelo de governança dessa transição em direção a Estados mais ágeis e interconectados pode se inspirar nos ecossistemas de govtech, que promovem a colaboração entre governos e startups. A parceria entre Europa e ALC é uma consequência lógica neste contexto, considerando os exemplos bem-sucedidos de inovação e empreendedorismo digital em metrópoles ibero-americanas como Barcelona, Bogotá, Buenos Aires, Cidade do México, Madri e São Paulo. As startups govtech da ALC têm mostrado vigor especial devido à crescente urbanização em megacidades, o que intensifica os desafios de suas administrações municipais. Contudo, também amplia as oportunidades, graças ao vasto potencial humano e criativo, além dos investimentos concentrados nesses grandes centros urbanos. Na Europa, programas como o GovTech Catalyst no Reino Unido, GovTech em Portugal, GovTech Program na Dinamarca, e similares na Polônia, Lituânia e Estônia ganham destaque nacional, enquanto, em um contexto subnacional e local, destacam-se Smart Dublin, CivTech na Escócia e STIR em Amsterdã.

LEI DE SOLIDARIEDADE CIBERNÉTICA QUE ESTRUTURA E REFORÇA AS AÇÕES PARA DETECTAR E RESPONDER A INCIDENTES EM MATÉRIA DE CIBERSEGURANÇA, COM UM ESCUDO REGIONAL E MECANISMOS DE EMERGÊNCIA.



Reindustrialização e setores 4.0

A colaboração entre ALC em matéria de reindustrialização 4.0 pode abarcar o desenvolvimento de políticas e estratégias de reindustrialização, transferência de tecnologias e saberes, além da capacitação e formação do capital humano essencial para incentivar a adoção de tecnologias 4.0 na região. Este direcionamento para segmentos mais focados em tecnologia e conhecimento pode priorizar áreas como energias renováveis, indústria farmacêutica, fabricação de dispositivos médicos ou exportação de serviços. A digitalização 4.0 no setor turístico se mostra uma oportunidade singular para uma região detentora de tão vasto patrimônio histórico e biodiversidade. Este segmento, precursor na digitalização através da gestão online de transporte aéreo e reservas de hotéis, pode evoluir significativamente com *facilitações inteligentes para viagens* (como vistos e registros), *destinos turísticos inteligentes* que empregam análise de dados para gestão estratégica, e a criação de postos de trabalho ancorados em programas de capacitação.

A aplicação digital no fornecimento de energia, transporte e mobilidade, gestão de água e saneamento, bem como na construção e manutenção de infraestruturas, ancorada na expertise

de grandes corporações europeias, configura-se como uma oportunidade ímpar. Um incremento de 5% na eficiência dos serviços, advindo de uma maior produtividade (impacto da digitalização na minimização de perdas, eficiência energética e automatização de processos), poderia traduzir-se num acréscimo de US\$ 200 bilhões ao PIB ao longo de uma década.

A DIGITALIZAÇÃO APLICADA À PROVISÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, TRANSPORTE E MOBILIDADE, COM BASE NA EXPERIÊNCIA DE GRANDES EMPRESAS EUROPEIAS, REPRESENTA UMA ENORME OPORTUNIDADE.



Diplomacia financeira global Impulsionando uma economia digital competitiva, justa e sustentável

A agenda europeia se destaca principalmente pelo lançamento da iniciativa Global Gateway. No âmbito digital, esta se traduz em regras de competição claras e empenho em equidade, preservação ambiental, ética e direitos humanos. Há anos, a UE se destaca na condução de inovações regulatórias e tributárias visando assegurar um cenário competitivo ao setor digital, tanto continental quanto globalmente. A ALC deveria seguir não somente os moldes de textos reguladores, mas também se inspirar em processos e projetos-piloto já concretizados, visando estabelecer padrões de proteção de dados, responsabilidade e transparência das grandes plataformas digitais, incentivando, assim, a concorrência, segurança e preservação de direitos fundamentais na aplicação da IA.

É crucial estabelecer sistemas tributários digitais ágeis, adaptados à contemporânea economia de serviços e produtos digitais, certificando que multinacionais recolham um tributo justo nos países onde atuam. *O Marco Inclusivo sobre BEPS, proposto pela OCDE/G20*, deve ser implementado de maneira coordenada, e tão rapidamente quanto permitido pelos tratados internacionais e as capacidades regulatórias. A necessidade é evidente, uma vez que as economias latino-americanas e caribenhas já estão adotando ou avaliando diferentes tributações sobre receitas de serviços digitais, impulsionadas principalmente pela demanda por recursos.

No contexto social da transformação digital, é fundamental integrar a perspectiva de gênero. Para sanar desigualdades de conectividade, investimento e ascensão profissional, programas voltados às mulheres em uso e desenvolvimento de serviços digitais são imprescindíveis, incluindo financiamento de empreendimentos, liderança empresarial feminina em iniciativas digitais, formação, e investimentos com perspectiva de gênero. No mundo digital, o programa *Women TechEU* surge como uma referência para incentivar o financiamento e aceleração de negócios liderados por mulheres.

Um aspecto notável da digitalização europeia é o foco nos direitos digitais, exemplificado pela *Carta de Direitos Digitais* (Governo Espanhol, 2021), a *Declaração Europeia sobre Direitos e Princípios Digitais para a Década Digital* (Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho da Europa, 2022) e a *Carta Ibero-Americana de Princípios e Direitos em Ambientes Digitais* (SEGIB, 2023). Ao ser adotada na regulamentação digital nacional, essa abordagem assegura que a digitalização centrada no indivíduo não seja apenas um ideal, mas uma prática. Estes princípios éticos para inteligência artificial harmonizam-se com as diretrizes da UNESCO e da OCDE. Eles complementam os esforços da CAF na América Latina e Caribe, que busca estabelecer marcos éticos, governança e capacitação relacionados à IA, assim como diretrizes para sua aplicação

A ALC PODERIA SE INSPIRAR NÃO APENAS NOS TEXTOS REGULATÓRIOS, MAS TAMBÉM NOS PROCESSOS E PILOTOS IMPLEMENTADOS PARA AVANÇAR EM DIREÇÃO A PADRÕES DE PROTEÇÃO DE DADOS.



A GLOBAL GATEWAY ESTÁ EM CONDIÇÕES DE ALAVANCAR INICIATIVAS DIGITAIS DE MAIOR IMPACTO AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE.

em setores como saúde, educação, justiça e emprego. Em iniciativas como essas, o CAF trabalha na formulação de políticas integradas de talentos, na criação de laboratórios de ética em IA, comitês éticos municipais em IA, mecanismos confiáveis para compartilhamento de dados e ambientes regulatórios experimentais em IA e privacidade. Juntando-se a esse movimento, um Conselho Regional sobre IA e Ética será estabelecido, sob a liderança conjunta com a UNESCO.

Para aprofundar a convergência entre sustentabilidade e digitalização, é crucial desenvolver estatísticas mais precisas e incentivar tecnologias de informação e comunicação alinhadas à preservação ambiental, buscando a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. A *Global Gateway* encontra-se estrategicamente posicionada para potencializar iniciativas digitais com profundo

impacto ambiental e sustentável. O desenvolvimento de IoT voltado para a gestão urbana, mobilidade das pessoas, consumo de energia, reciclagem de resíduos e gestão de complexos industriais destaca-se como uma das principais soluções desse conjunto. O emprego de *big data* e armazenamento em nuvem para monitorar a temperatura dos oceanos é, sem dúvida, um avanço animador. A combinação da inteligência artificial com a tecnologia 5G possui potencial significativo para a proteção da biodiversidade, possibilitando a captação de informações de áreas remotas em risco e o georreferenciamento em tempo real de maquinários pesados, combatendo o desmatamento. Existe, ainda, um vasto campo exploratório na biomimética, que são inovações tecnológicas inspiradas na natureza.

A cooperação e o investimento europeu na América Latina e Caribe

devem focar a formação de um mercado digital regional, promovendo maior conectividade, acesso a serviços digitais e fomento ao comércio eletrônico. As iniciativas da UE têm sido cruciais para ampliar a integração dos mercados de bens e serviços na região, promovendo maior mobilidade de pessoas e incentivando o comércio digital. No contexto ALC, a integração digital tende a enfrentar menos obstáculos que a física, evitando a necessidade de infraestruturas para transpor barreiras geográficas. Nesse sentido, a proposta de um mecanismo de coordenação contínua entre a UE e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é primordial.

Resumidamente, a Global Gateway da UE simboliza uma oportunidade singular para parcerias financeiras, técnicas, empresariais e regulatórias na transição digital da América Latina, alinhada às transições ambiental e socioeconômica. A *Alianza Digital* UE-CELAC destaca-se como um dos projetos-chave para alcançar os objetivos da estratégia de investimento no setor digital. A parceria financeira, técnica, empresarial e normativa entre a União Europeia e a América Latina e Caribe em vertentes como a reindustrialização 4.0, cidades e territórios inteligentes e Estados ágeis e conectados, pode gerar um impacto substancial no desenvolvimento

sustentável e na inclusão digital na região. Essas estratégias se complementam e potencializam os esforços voltados à conectividade e segurança digital, fornecendo uma oportunidade singular de estabelecer alianças robustas e produtivas que catalisam a transformação digital na América Latina e Caribe. Torna-se essencial que iniciativas como cabos submarinos, fibras ópticas, implementação de redes neutras, desenvolvimento de centros de cibersegurança, infraestrutura de processamento de dados para clouds privadas de Categoria IV e financiamento para digitalização de setores como saúde, justiça, transporte, migração e tributação se intensifiquem na região. ■

AS AÇÕES DA UE CONTRIBUÍRAM PARA AUMENTAR A INTEGRAÇÃO DOS MERCADOS DE BENS E SERVIÇOS NA REGIÃO, FACILITANDO OS FLUXOS DE PESSOAS E O COMÉRCIO DIGITAL.



Armadilhas do desenvolvimento na América Latina e Caribe



Fonte. CAF/OECD/CEPAL/UE (2019) e autoria própria.

Eixos da parceria de investimento e cooperação digital entre a União Europeia e a ALC

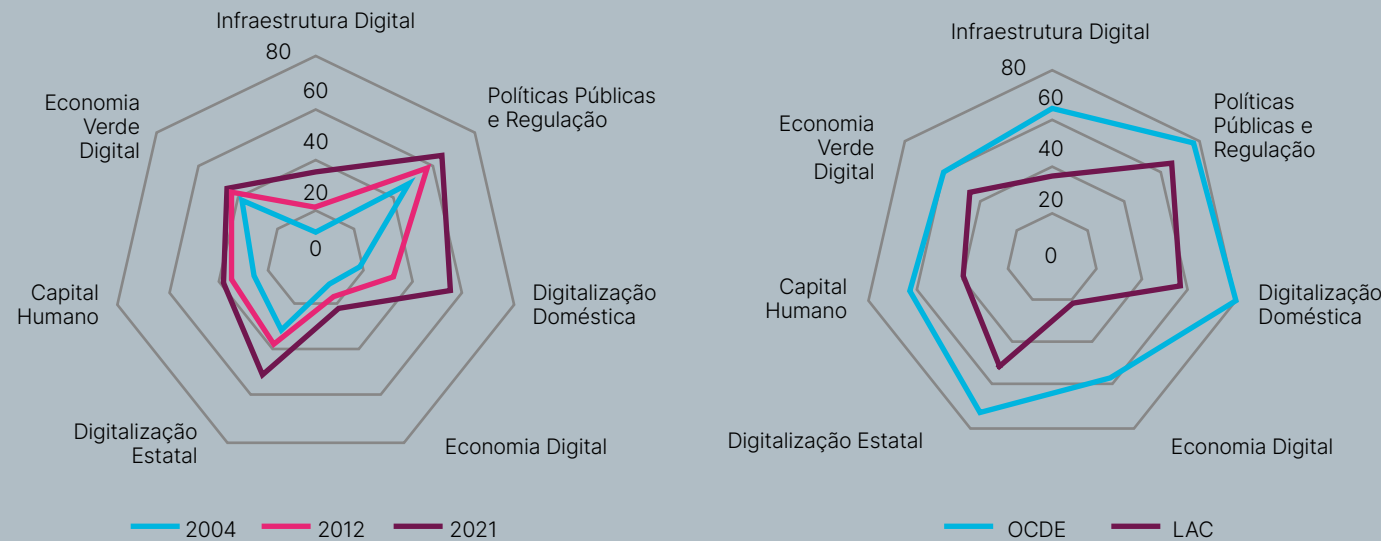
REINDUSTRIALIZAÇÃO 4.0:

Incremento em exportações (agricultura, turismo, mineração, energia); emergentes exportações de serviços (biotecnologia, produções audiovisuais); cadeias de valor nas Américas (semicondutores); GreenTech (sustentabilidade e biomimética).



Fonte. Autoria própria

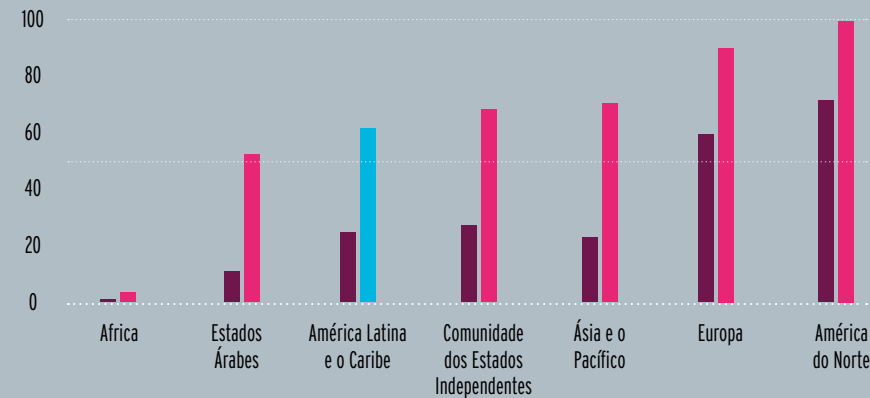
AEvolução da economia digital na ALC e OCDE



Fonte. Índice de digitalização elaborado pela Telecom Advisory Services para o CAF. Valor Máximo: 100. (2022).

Assinaturas de banda larga fixa (Em porcentagem de domicílios)

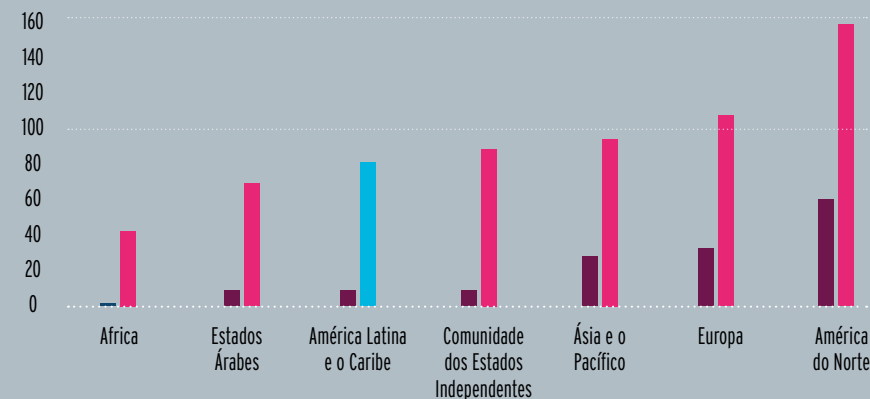
2010
2021



Assinaturas de banda larga móvel (Em porcentagem da população)

2010
2021

Fonte. CEPAL (2022b) com dados da ITU.





Estratégias de cibersegurança na América Latina e Caribe, 2020

Fonte. BID e OEA (2020)

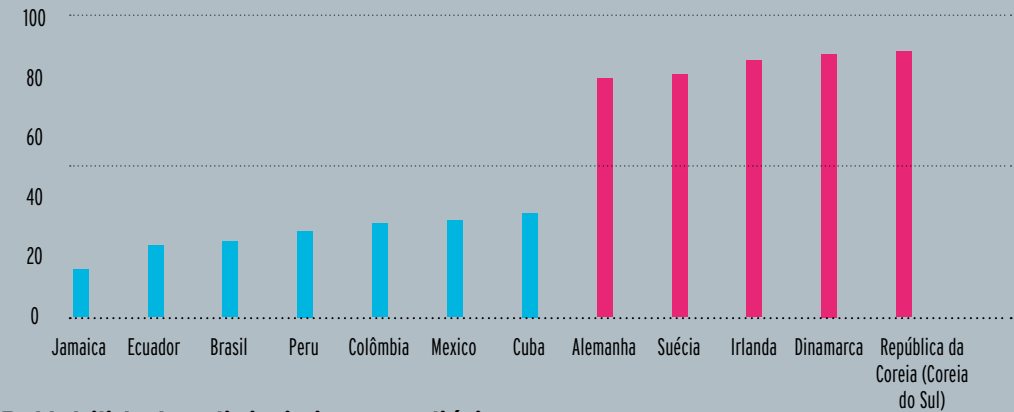
- Países com estratégia estabelecida de segurança cibernética
- Países desenvolvendo uma estratégia de segurança cibernética



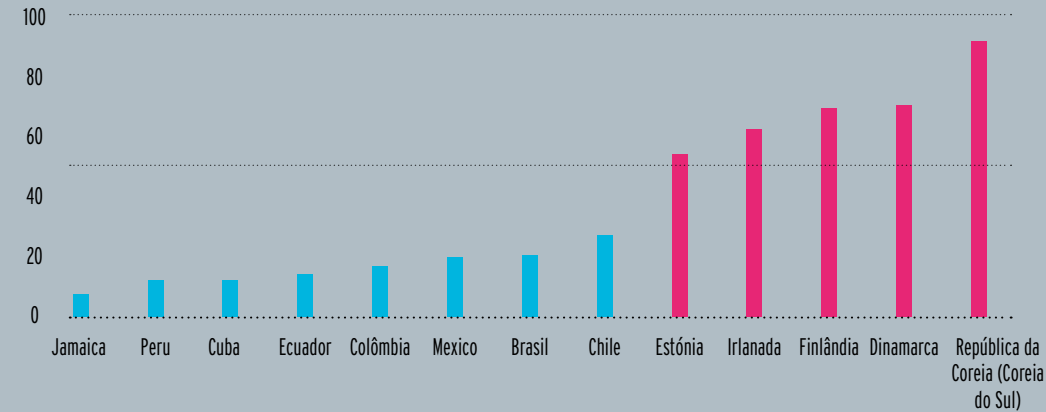
Principais habilidades digitais da população com mais de 15 anos.

Fonte. CEPAL (2022b)

A. Habilidades digitais básicas



B. Habilidades digitais intermediárias



Utilização de tecnologias na Argentina, Brasil, Colômbia e México (Em porcentagens, n=500)

Fonte. CEPAL (2022b) com base em dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



Nota: n é o número de empresas pesquisadas (100 empresas nos setores com maior potencial de exportação - agroindústria; química, petroquímica e farmacêutica; máquinas e ferramentas; indústria automobilística; mineração e metalurgia; e instrumentos ópticos e médicos; serviços baseados em conhecimento).



**Nota setorial sobre
transição verde.**

Um plano estratégico para colaboração em sustentabilidade e meio ambiente entre ALC e UE

Sob a ótica da ALC, estabelecer uma parceria climática sólida com a Europa emerge como uma estratégia promissora para reindustrialização, priorizando produtos sustentáveis. Captar recursos visando a proteção eficaz da biodiversidade da ALC pode também ser uma consequência valiosa dessa associação. Há oportunidades de benefícios recíprocos, porém, sua concretização não é garantida a menos que ambas as partes adotem medidas resolutas.



Versão digital completa



Disparidades entre a ALC e a UE

A MENSAGEM-CHAVE É QUE A ALC É MUITO MAIS VULNERÁVEL E TEM MENOR CAPACIDADE PARA ENFRENTAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

A geografia retoma sua relevância ao explicar as variações no desenvolvimento econômico, sobretudo por ser uma influência crucial na exposição às mudanças climáticas. De fato, um índice que avalia a exposição às mudanças climáticas, ponderando riscos exógenos a partir das características físicas de desastres naturais, aponta que países mais próximos ao equador, como os da ALC, encontram-se em maior vulnerabilidade climática. As temperaturas médias na maioria dos países da ALC são superiores quando comparadas à Europa, intensificando os efeitos adversos do aquecimento global.

A distribuição das emissões revela outras disparidades entre as regiões. No contexto energético (abrangendo geração de eletricidade, transporte e combustíveis em processos industriais), 43% das emissões totais de CO₂ na ALC contrastam com os 72% na UE. Em contrapartida, o segmento

de Agricultura, Florestas e Outros Usos do Solo corresponde a 40% das emissões totais da ALC, enquanto na UE observa-se uma tendência de emissões negativas nesse setor desde 2020.

Outro ponto de destaque relaciona-se ao investimento em adaptação, essencial para contrapor retrocessos econômicos gerados pelas mudanças climáticas. Países com maior vulnerabilidade tendem a mostrar uma capacidade adaptativa reduzida, especialmente nações de menor renda e economias em ascensão. Os riscos inerentes à geografia são amplificados por fatores institucionais que restringem a capacidade adaptativa. Os países europeus, além de apresentarem menor grau de vulnerabilidade, ostentam uma capacidade de adaptação significativamente superior em relação aos países da ALC. A mensagem central é que a ALC são significativamente mais vulneráveis e possuem uma menor capacidade de enfrentamento às



mudanças climáticas, mesmo com um nível per capita de emissões de gases de efeito estufa bem inferior ao da UE.

Esta limitada capacidade de adaptação é exacerbada por fatores fiscais e financeiros. A título de exemplo, o elevado custo de capital da ALC diminui a quantidade de projetos climáticos que podem ser financiados e colocados em prática (quando comparados aos da UE). As discrepâncias nos gastos com juros da dívida pública (expressos em percentagem do PIB) elucidam esta questão. Enquanto os países europeus possuem dívidas públicas proporcionalmente maiores (em percentagem do PIB), eles desembolsaram, em média, 1,26% do PIB com juros em 2020 (contra uma média de 5,02% do PIB em 1993), quase metade do que foi pago pelos países da ALC (2,54% do PIB em 2022). Os mais elevados pagamentos de juros impõem rigidez orçamentária, dificultando o financiamento de ações climáticas.

Adicionalmente, países mais vulneráveis às alterações climáticas têm uma maior probabilidade de default de suas dívidas quando comparados com nações mais resilientes às adversidades climáticas. Ainda que a vulnerabilidade climática

não exerça um impacto expressivo sobre as avaliações de crédito das economias mais desenvolvidas, ela se correlaciona negativamente com as classificações de crédito soberano de países emergentes e em desenvolvimento. Para as nações da ALC, isso desencadeia um ciclo vicioso: torna-se árduo financiar projetos voltados ao meio ambiente, porém os riscos associados ao clima degradam as avaliações de crédito e elevam o custo de captação, limitando ainda mais as ações climáticas efetivas.

Apesar de tais desafios, uma aliança entre a UE e a ALC pode se consolidar como um marco de colaboração entre economias consolidadas e países do Sul Global. ■

OS PAÍSES COM MAIOR EXPOSIÇÃO TAMBÉM MOSTRAM UMA MENOR CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO, ESPECIALMENTE OS PAÍSES DE BAIXA RENDA E AS ECONOMIAS EMERGENTES.



Ação climática entre a UE e ALC

Políticas Ambientais da UE

Em 2019, a UE definiu uma estratégia para enfrentar as alterações climáticas, principalmente por meio do Pacto Verde Europeu e da Lei Climática. Esta legislação obriga a UE a atingir a neutralidade de carbono até 2050 e a diminuir as emissões de gases de efeito estufa em 55% até 2030, em relação aos níveis de 1990. Trata-se de um compromisso robusto, que se antecipa como irreversível.

Um marco significativo na legislação europeia voltada para a mitigação das mudanças climáticas foi a introdução do Regime de Comércio de Direitos de Emissão (RCDE) em 2005. Este regime exige que mais de 10.000 centrais elétricas e indústrias possuam

uma licença para cada tonelada de CO2 que emitam, com a intenção de motivar o setor privado a direcionar investimentos para tecnologias com menor pegada de carbono. Tal como outros mecanismos de precificação de carbono, este regime é apropriado para incentivar investimentos em eficiência energética e cortar emissões de forma eficaz em termos de custos.

Para intensificar as iniciativas climáticas através de políticas industriais, a UE implementou o pacote “Fit-for-55”. Uma das revisões cruciais visa assegurar a eficiência do RCDE, incorporando novas cláusulas, tais como:

- **Abrangência para emissões oriundas do transporte marítimo, terrestre e construções.**
- **Plano de redução de emissões para aviação.**
- **Aceleração na redução de licenças no sistema, abrangendo, especificamente, uma eliminação progressiva e, finalmente, a exclusão de licenças gratuitas em certos setores (incluindo diversas indústrias de grande porte).**
- **Implementação de uma “Reserva de Estabilidade do Mercado”, um mecanismo criado para controlar a volatilidade do preço do CO2, reforçando a robustez do RCDE perante perturbações futuras.**

Um outro instrumento de destaque é a implantação do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM, em sua sigla em inglês), que almeja diminuir o “escape de carbono” para fora das fronteiras da UE, onde políticas mais brandas poderiam permitir que empresas continuassem a emitir elevadas quantidades de CO2 através da produção de bens intensivos em carbono. Espera-se que o CBAM esteja em pleno funcionamento até 2026, sendo concebido para assegurar uma precificação de carbono equiparável entre importações e produtos locais. A finalidade também é encorajar produtores de países externos que negociam com a UE a adotar tecnologias mais eficientes na redução dos gases de efeito estufa, culminando em menos emissões. Este instrumento foi estrategicamente pensado para estar em consonância com as normas estipuladas pela Organização Mundial do Comércio.

Políticas Ambientais da ALC

Os países da América Latina e do Caribe, como signatários do Acordo de Paris, determinaram compromissos em nível nacional, propondo-se a reduzir consideravelmente as emissões de gases de efeito estufa até 2030. Em determinados casos, almejam atingir a neutralidade carbônica até 2050. Nos três anos mais recentes, 28 dos 33 países que compõem a ALC — dentre eles as seis economias mais robustas, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru (frequentemente referidos como ALC-6) — revisaram ou propuseram novos compromissos, demonstrando um claro engajamento na questão climática. Tais compromissos emergem em um cenário de crescentes riscos climáticos, e evidenciam a iminente

necessidade de uma transição agroecológica, considerando a matriz de emissões na região.

A longo prazo, os países ALC-6 desenvolveram metas para redução de emissões em harmonia com seus compromissos nacionais, voltando sua atenção primordialmente para o setor de Agricultura, Florestas e Outros Usos do Solo. Dentre as ações mais significativas, destaca-se a iniciativa de combater o desmatamento. No setor energético, o foco recai sobre a adoção de fontes de energia renovável, excluindo-se a hidrelétrica, aliado à implementação de medidas para eficiência energética. Argentina, Chile e Colômbia têm priorizado a ampliação da capacidade de geração de energia a partir de fontes renováveis. Brasil e Uruguai surgem como líderes na área, com avanços notórios. Transportes, biocombustíveis e a eletrificação, especialmente no transporte público, são pilares dos planos futuros. A produção de hidrogênio verde figura como objetivo para países como Brasil, Chile e Colômbia.

A busca por uma economia com menores índices de carbono demandará expressivos investimentos na região. Contudo, essa necessidade esbarra em desafios consideráveis, como a estabilidade política, nuances institucionais, preocupações reputacionais e a gestão econômica. Para o bloco ALC-6, a transição para uma economia mais sustentável representa um investimento médio de 7 a 11% do PIB anualmente, entre 2021 e 2050. Em contraste, a União Europeia e os Estados Unidos estimam um investimento médio de aproximadamente 6% do PIB anual durante o mesmo período.

NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, 28 DOS 33 PAÍSES DA ALC, INCLUINDO AS SEIS MAIORES ECONOMIAS (ARGENTINA, BRASIL, CHILE, COLÔMBIA, MÉXICO E PERU, TAMBÉM CONHECIDAS COMO ALC-6), ATUALIZARAM OU APRESENTARAM NOVAS CONTRIBUIÇÕES.



Áreas de colaboração entre a UE e a ALC

Tanto a ALC quanto a UE demonstram um profundo comprometimento com o combate às mudanças climáticas e a transição para práticas mais sustentáveis. Contudo, a UE tem demonstrado maior capacidade em consolidar seus compromissos por meio de políticas públicas específicas sob um enquadramento legal vinculativo. Por outro lado, as iniciativas empreendidas pela América Latina e Caribe não possuem uma coordenação regional uniforme. Isso se manifesta nas variações nos níveis de engajamento dos países e em suas respectivas estratégias de descarbonização. Esse cenário traz, simultaneamente, desafios e possibilidades para uma cooperação fortalecida entre as duas regiões.

A formulação de uma agenda climática conjunta que seja benéfica para ambas as partes pode abordar as seguintes áreas de colaboração:



Eletrificação do setor de transportes, englobando a fabricação de veículos elétricos e seus respectivos componentes na ALC. Na Europa, o plano “Meta 55” visa incrementar a produção de veículos elétricos (VEs) e baterias, amparado pelo Industrial Green Deal, enquanto que a América Latina avalia medidas para viabilizar essa mudança. A fim de contrabalancear a desvalorização de ativos, como plantas de manufatura de veículos movidos a combustão interna em países como Brasil, México, Argentina e Colômbia (notadamente aquelas de propriedade de montadoras europeias), são necessárias políticas proativas de transição, respaldadas pela Global Gateway da UE. A eletrificação do transporte público em cidades da América Latina também pode se beneficiar desse tipo de suporte. Em contrapartida, os países da ALC devem identificar oportunidades para avançar, tanto no âmbito tecnológico quanto na inserção na cadeia de valor global. A cooperação entre ambas as regiões proporciona à Europa a chance de assegurar minerais cruciais e minimizar

vulnerabilidades em suas cadeias produtivas, ao mesmo tempo em que evita uma repartição de tarefas desigual. Assim, uma meta primordial deveria ser fortalecer a capacidade industrial na ALC, gerando valor a partir de transições rumo à energia limpa e inovação tecnológica. É imperativo evitar intensificar o modelo de dependência nas exportações de matérias-primas, incentivando benefícios recíprocos e um crescimento sustentado.



Produção de hidrogênio sustentável e exploração de vantagens comparativas. A oferta de energia renovável coloca a ALC em vantagem para a produção de hidrogênio verde, presente tanto no plano Fit-for-55 da UE quanto nas estratégias de nações como Brasil, Chile, Colômbia e Costa Rica. A este respeito, na recente cúpula UE-CELAC, a Comissão Europeia anunciou propostas de investir 2 bilhões de euros no Brasil em prol da pesquisa e desenvolvimento de hidrogênio verde. Essa parceria poderia envolver o fornecimento de eletrolisadores de origem europeia e a

fabricação de produtos intensivos em hidrogênio na América Latina.



Produção e exportação de Gás Natural Liquefeito (GNL) pela ALC e ampliação na fabricação de fertilizantes para o mercado mundial. O GNL, com emissões 40% inferiores às do carvão e 30% menores que as do petróleo, representa uma opção atrativa para países com limitações energéticas. Ele surge como um combustível fóssil intermediário enquanto tecnologias renováveis ganham escala e se tornam mais viáveis. Considerando o interesse europeu em garantir um fornecimento estável e confiável de GNL, a ALC encontra-se estrategicamente posicionada para conceber projetos que amplifiquem seu potencial exportador de gás natural, inclusive na forma de fertilizantes.



Investimentos em energias renováveis alternativas. A ALC apresentam um potencial ímpar para serem parceiros estratégicos da UE, especialmente em virtude de seu

expressivo potencial em energia fotovoltaica e solar. Neste cenário, países como Chile e Uruguai destacam-se em sua implementação, e são seguidos de perto pelo Brasil. Tais avanços consolidam o perfil energético da ALC, que já detém a liderança mundial em participação de energias renováveis na geração de eletricidade (representando 61% em 2021). No âmbito da cúpula UE-CELAC, a UE intensificou sua cooperação energética com Argentina e Uruguai, focando em energias renováveis e na redução de emissões de metano, materializado através da assinatura de dois Memorandos de Entendimento. Uma colaboração notável refere-se à cadeia global da energia eólica. ALC e UE encontram-se em posições complementares, seja na expansão da capacidade instalada, na disponibilidade de minerais ou na produção de componentes para turbinas, delineando um cenário promissor para uma atuação conjunta no mercado global dessas tecnologias.



Acesso a financiamentos de longo prazo. O protagonismo

europeu enquanto fonte de capital e financiamento tem o potencial de atenuar os custos na ALC, especialmente através de uma participação mais ativa dos bancos de desenvolvimento europeus. Vale ressaltar a influência dos países membros da UE nas decisões das instituições financeiras multilaterais, as quais têm demandado mais capital para assistir países de renda média, indo além dos de baixa renda.



Há um foco compartilhado em planos para mitigar o desmatamento na ALC, com especial ênfase na região amazônica e demais florestas tropicais. A UE estabeleceu metas rigorosas para a proteção de ecossistemas com rica biodiversidade. Em sua visão estratégica, a UE almeja mobilizar no mínimo US\$ 200 bilhões anualmente até 2030, alinhada à iniciativa Kunming-Montreal. Tal compromisso é de suma importância para nações que abrigam florestas tropicais, como é o caso da floresta amazônica, El Chaco e a biosfera maia, situadas na América do Sul e Central. Neste panorama, capitalizar

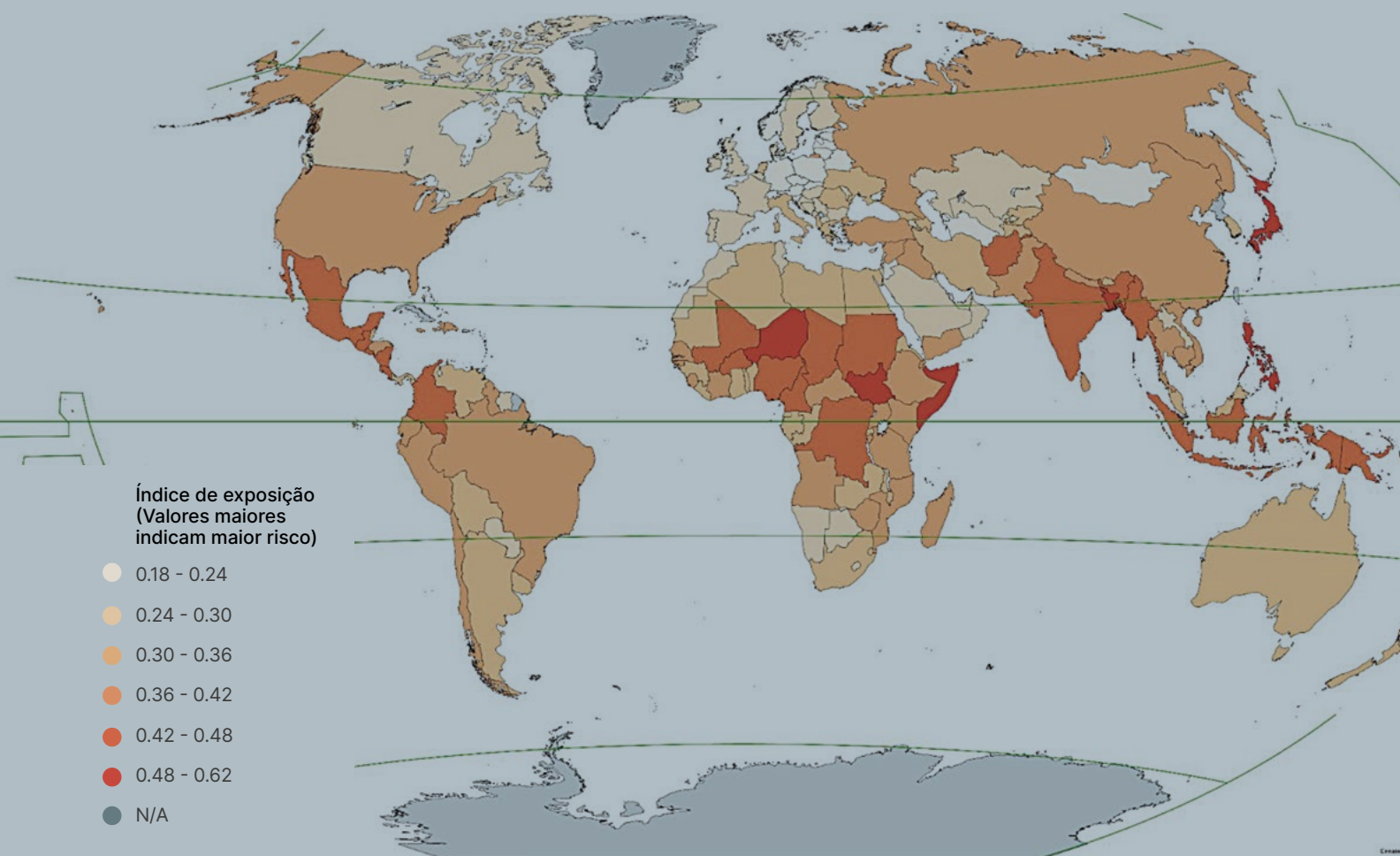
as oportunidades em gestão florestal sustentável e práticas de restauração natural é imperativo, dadas as demandas da ALC por capital e tecnologia e o comprometimento crescente da UE na luta contra as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade.



O - Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) tem sido um ator central na sinergia entre ALC e UE. Sua habilidade em catalisar recursos voltados para financiamentos verdes, incluindo mecanismos de cofinanciamento vantajosos, é notável. O CAF incentiva projetos que almejam um crescimento econômico mais equilibrado, pautados na conservação, valorização e uso sustentável da biodiversidade, e em ações climáticas assertivas. Atuando como elo de ligação entre a União Europeia e a América Latina e Caribe, o CAF tem a ambição de consolidar-se como o banco ecológico da região, com a previsão de que 40% de seu portfólio financeiro seja direcionado a iniciativas verdes até 2026. ■



Os países mais expostos situam-se próximos à Linha do Equador.

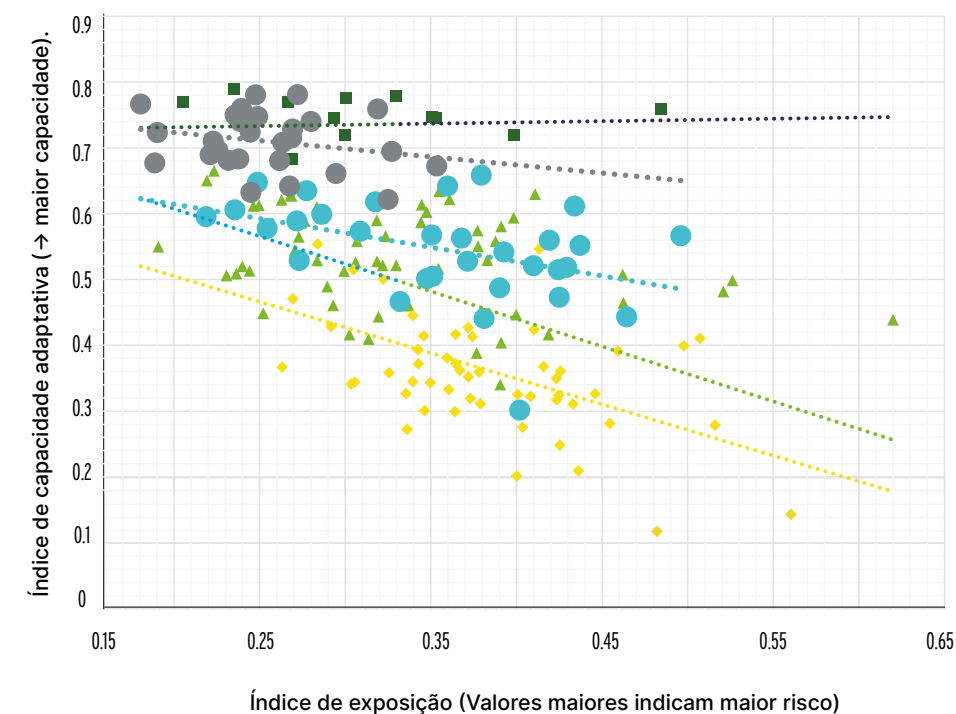


Fonte: Elaboração própria com base em dados do FMI. Nota: a figura refere-se ao Índice de Exposição de 186 países (com dados de 2022). Não há informações para os seguintes países: Cuba, Coreia do Norte, Hong Kong, Taiwan, San Marino, Kosovo, Cidade do Vaticano, Nauru e Mônaco.

Países mais expostos possuem menor capacidade adaptativa

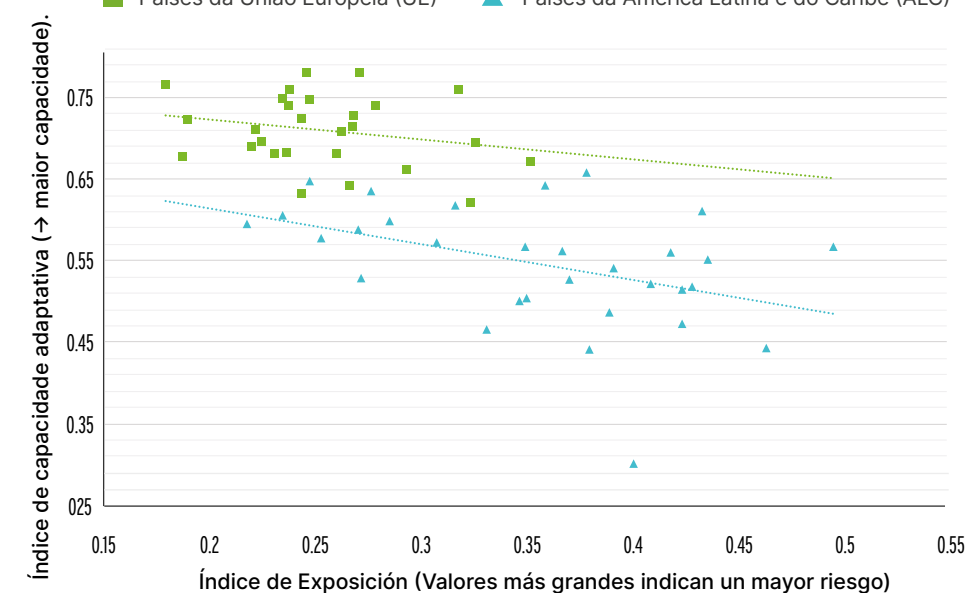
- Economias avançadas
- ▲ Mercados emergentes
- ◆ Países de baixa renda
- Países da América Latina e do Caribe (ALC)
- Países da União Europeia (UE)

Fonte: FMI (2020).
Informação em falta para o Suriname



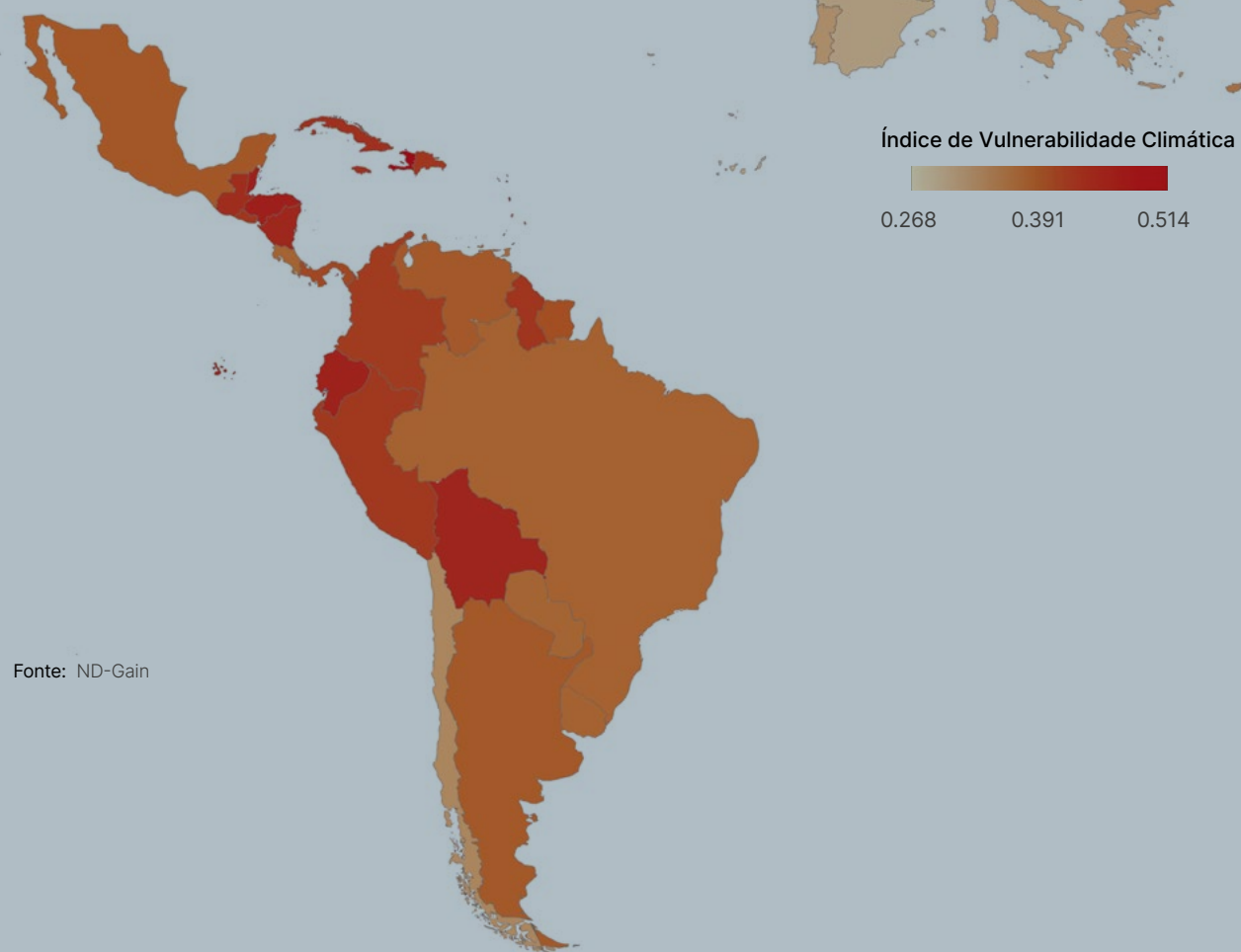
Índice de exposição vs. Índice de capacidade adaptativa para países da UE e da América Latina e do Caribe (ALC)

- Países da União Europeia (UE)
- ▲ Países da América Latina e do Caribe (ALC)





A ALC apresenta um Índice de Vulnerabilidade Climática consideravelmente mais elevado

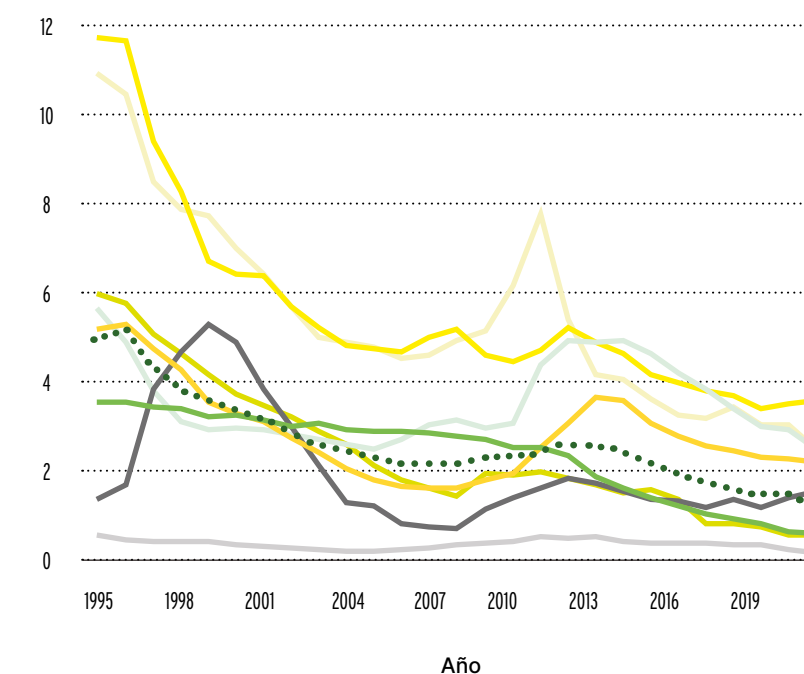


Fonte: ND-Gain

Percentual de juros pagos sobre a dívida pública por países da UE e principais economias latino-americanas em relação ao PIB

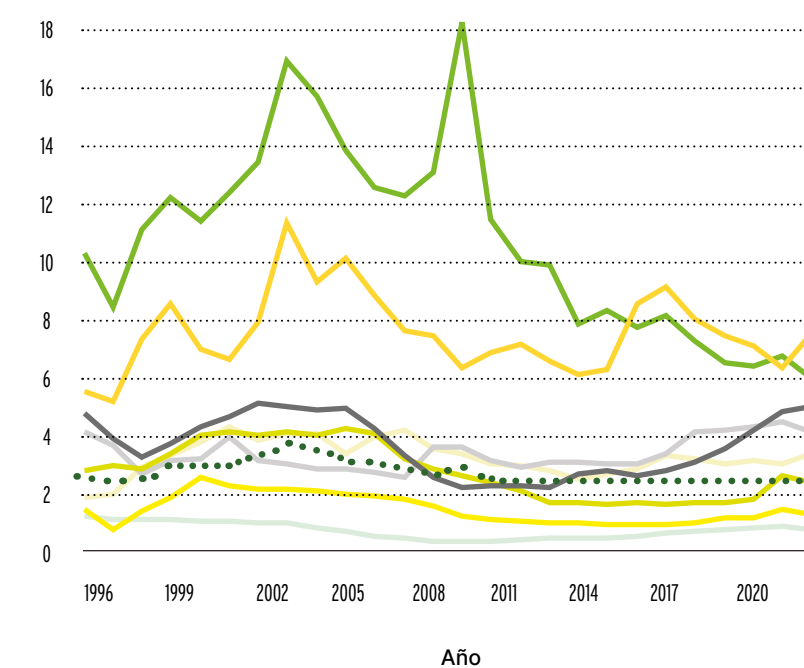
- Promedio da UE (União Europeia)
- Alemanha
- Itália
- Portugal
- Espanha
- Dinamarca
- Grécia
- Luxemburgo
- Romênia

Juros pagos sobre a dívida pública como percentagem do PIB



- Promedio LAC
- Jamaica
- Perú
- Chile
- Brasil
- Panamá
- Colômbia
- México
- Costa Rica

Juros pagos sobre a dívida pública como percentagem do PIB

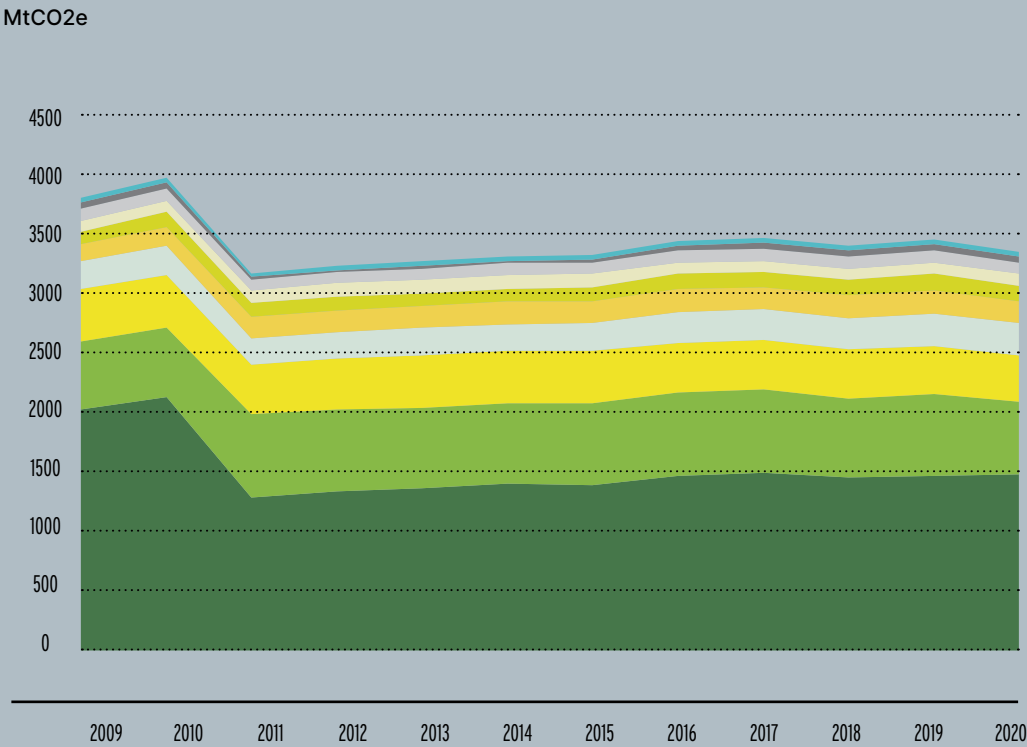


Fonte: FMI (2022).



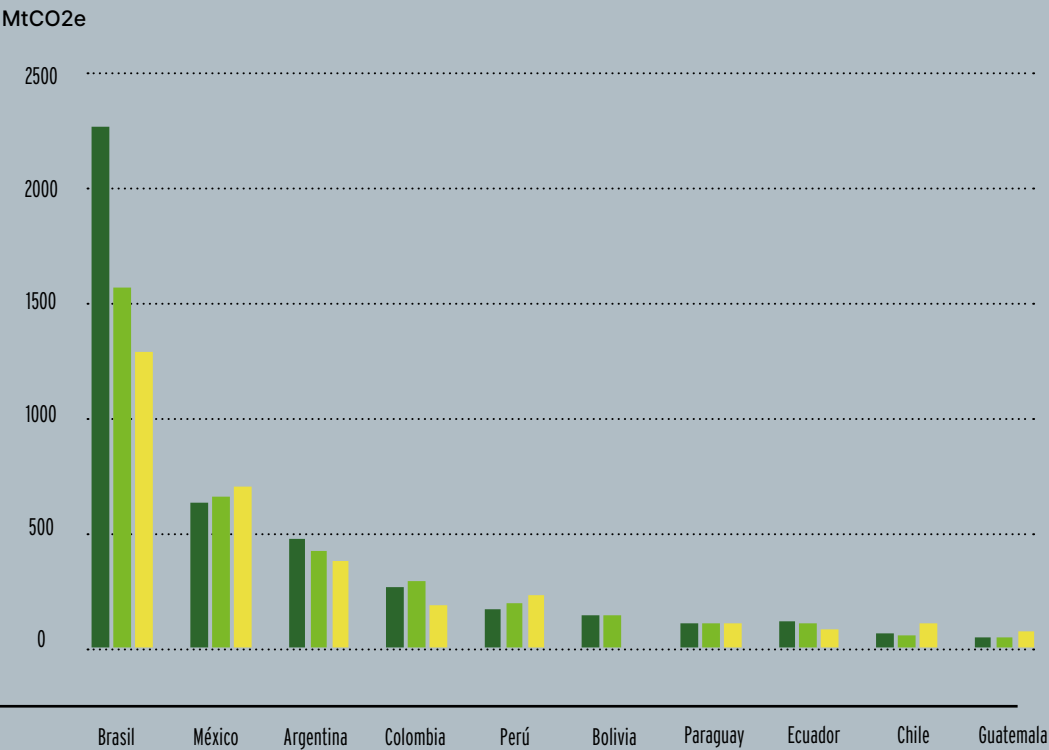
Países da ALC com as maiores emissões de gases de efeito estufa

- Brasil
- México
- Argentina
- Colômbia
- Perú
- Bolívia
- Paraguai
- Ecuador
- Chile
- Guatemala



Emissões projetadas através de compromissos não condicionados sobre as NDCs para os maiores países poluentes da América Latina e Caribe (ALC)

- 2010
- 2020
- 2030



Fonte: CDN específicas de cada país





Considerações finais

O relacionamento entre a UE e a ALC é pautado por um pragmatismo necessário. Dadas as marcantes disparidades econômicas e outros indicadores que mostram realidades contrastantes, o potencial de benefícios recíprocos é vasto, gerando fortes incentivos para estabelecer acordos bilaterais, sub-regionais e birregionais. A profunda marca deixada pela pandemia de COVID-19 globalmente, especialmente acentuada nos países da ALC (um retrocesso de 12 anos em relação à pobreza e 20 anos em pobreza extrema, conforme dados da CEPAL), somada às complexidades trazidas pela invasão da Ucrânia pela Rússia, impactando majoritariamente a UE (infringindo a Carta das Nações Unidas, perpetrando ataques a civis e gerando crises no fornecimento e valorização de energia e alimentos), evidencia oportunidades de cooperação transatlântica baseadas em interesses genuínos e alinhadas a uma comunidade de princípios.

Estamos falando de interesses e valores que equivalem a 25% do PIB global, a um terço dos membros da ONU e quase metade dos membros do G-20. Tais interesses foram cruciais para concretizar acordos multilaterais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Acordo de Paris. A liderança da Espanha no Conselho da União Europeia no segundo semestre de 2023, juntamente com a influência de Portugal, desempenha um papel vital nas relações UE-ALC. Esta conjuntura oferece uma janela de oportunidade para impulsionar agendas com foco em questões como a transição digital, ambiental e socioeconômica. Exemplos dessa direção são iniciativas



como a Red BiodiverCidades, apoiada pelo CAF - banco de desenvolvimento da América Latina, e a BELLA (Construindo a Conexão Europa-América Latina), que visa suprir demandas de longo prazo de interconexão entre comunidades acadêmicas e científicas europeias e latino-americanas.

Reconhecer as disparidades entre os dois blocos é vital para fomentar diálogos construtivos, deixando de lado abordagens paternalistas e priorizando as necessidades de todas as partes. O objetivo é avançar na cooperação, delineando políticas públicas mais inclusivas. Houve avanços significativos nesta questão; portanto, é fundamental construir com base no que já se alcançou. Um desafio incontornável é abordar as ações de países com interesses na ALC, mas que não alinham seus valores e interesses aos da UE. Neste contexto, a ampliação e aprimoramento do conteúdo das relações UE-ALC, bem como os princípios que as fundamentam, necessitam de uma perspectiva renovada para sua disseminação. O mundo se beneficia da aliança estratégica entre UE-ALC para incentivar sociedades mais equitativas e enfrentar pautas que não visam intrinsecamente o bem-estar coletivo.

Dado os interesses convergentes, os valores compartilhados e o

conhecimento adquirido nas esferas político-institucional e de cooperação ao desenvolvimento, bem como nas vertentes econômica e financeira, os líderes mais proeminentes da UE e da ALC têm vasto aprendizado a considerar ao renovar relações, priorizando o conceito de autonomia estratégica aberta. Assim, buscam evitar que ambas as regiões se vejam imersas em dinâmicas de bipolaridade ou em discursos de uma nova guerra fria que não beneficiem qualquer das partes. Neste cenário, tal autonomia sugere a habilidade de estabelecer e aplicar regras próprias em setores críticos, como os setores energético, social e digital, impulsionando a colaboração com outras nações, fortalecendo o regionalismo e a integração regional, bem como sua relevância para o multilateralismo. Esta proposta almeja uma cooperação voltada ao desenvolvimento com metas centradas em democracia, paz e combate às desigualdades, divergindo de objetivos puramente tecnocráticos ou economicistas. Isto reflete-se também no impacto geopolítico de tratados comerciais, vistos como estratégias de diversificação (Sanahuja, 2023).

O CAF emerge como instrumento essencial para potencializar as relações entre ALC e UE, em parte por ter, em seu quadro acionário, dois países europeus: Espanha e Portugal, exatamente as nações com laços mais estreitos com a região. ■

O MUNDO PRECISA DA ALIANÇA ESTRATÉGICA UE-ALC PARA PROMOVER SOCIEDADES MAIS JUSTAS E ENFRENTAR AGENDAS QUE NÃO NECESSARIAMENTE BUSCAM O BEM COMUM.

Anexo 1

Classificação da UE como parceiro comercial dos países da ALC

País	Comércio total com a UE		Exportações para a UE		Importações da UE	
	2001	2021	2001	2021	2001	2021
Argentina	2	3	2	2	2	3
Bolívia	4	5	5	4	4	5
Brasil	1	2	1	2	1	3
Chile	1	3	1	3	1	3
Colômbia	2	3	2	2	2	3
Costa Rica	2	2	2	2	2	3
Equador	2	3	2	3	3	3
El Salvador	3	7	6	6	3	5
Guatemala	4	5	5	4	3	4
Guiana	2	4	2	7	3	5
Haiti	5	2	2	2	5	2
Honduras	2	3	2	2	3	4
Jamaica	2	3	2	3	3	3
México	2	3	2	2	2	3
Nicarágua	3	2	2	4	6	2
Panamá	2	3	2	3	2	3
Paraguai	3	5	4	5	4	5
Peru	2	3	1	3	2	3
R. Dominicana	2	3	2	2	3	3
Suriname	1	1	2	3	1	2
Trinidad e Tobago	2	2	2	2	2	2
Uruguai	3	3	2	4	3	4

Fonte: International Trade Centre, Trademaps

Referências

Arbache, J (2022a). “¿Una nueva geografía de las inversiones?” Fonte: <https://www.caf.com/es/conocimiento/visiones/2022/10/nueva-geografia-de-las-inversiones/>

Arbache, J (2022b). “Powershoring”. Fonte: <https://www.caf.com/es/conocimiento/visiones/2022/11/powershoring/>

Atlantic Council (2022). “US-China Vaccine Diplomacy, Lessons from Latin America and the Caribbean”. Fonte: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/report/us-china-vaccine-diplomacy-lessons-from-latin-america-and-the-caribbean/>

Beaumont, N (2020). “EU and Latin American Relations: a return to multilateralism”. *Institute of European Democrats*. Fonte: <https://www.iedonline.eu/publications/2020/geopolitics-values/eu-and-latin-american-relations-a-return-to-multilateralism-beaumont>

Borrell, J (2022). “Intervención del Alto Representante de la Unión Europea para Asuntos Exteriores y Política de Seguridad, Josep Borrell en la III Reunión de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores CELAC – Unión Europea” el 27 de octubre de 2022. Fonte: https://www.eeas.europa.eu/eeas/%E2%80%9Croad-2023%E2%80%9D-paving-way-towards-european-union-latin-america-stronger-partnership_en

BID (2022). “Nearshoring can add annual USD 78 billion in exports from Latin America and Caribbean”. Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/nearshoring-can-add-annual-78-bln-exports-latin-america-and-caribbean>

CEPAL (2012). “La Unión Europea y América Latina y el Caribe: inversiones para el crecimiento, la inclusión social y la sostenibilidad”. Fonte: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/3083-la-union-europea-america-latina-caribe-inversiones-crecimiento-la-inclusion>

CEPAL (2018). “La Unión Europea y América Latina y el Caribe, estrategias convergentes y sostenibles ante la coyuntura global”. Fonte: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43740-la-union-europea-america-latina-caribe-estrategias-convergentes-sostenibles-la>

CIDOB (2021). “Claves para reactivar la asociación UE-CELAC y encauzar la globalización del futuro”. Fonte: https://www.cidob.org/ca/publicacions/series_de_publicacio/notes_internacionals/247/claves_para_reactivar_la_asociacion_ue_celac_y_encauzar_la_globalizacion_del_futuro

Dourado, L (2021). “China – Latin America and the Caribbean Relations: visits by state leaders from 1949-2020”. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/349668487_China_-_Latin_America_and_the_Caribbean_Relations_Visits_by_State_Leaders_from_1949_to_2020

European Commission (2021). “Global Gateway”. Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_es

European Commission (2022a). “Negotiations and agreements”. Fonte: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/negotiations-and-agreements_en

European Commission (2022b). “The Americas and the Caribbean Regional Multiannual Indicative Programme 2021-2027”. Fonte: https://international-partnerships.ec.europa.eu/countries/americas-and-caribbean_en

European Union External Action (2021a). “Europa y América Latina y el Caribe: juntos por un futuro más ecológico, seguro y justo”. Fonte: https://www.eeas.europa.eu/eeas/europa-y-am%C3%A9rica-latina-y-el-caribe-juntos-por-un-futuro-m%C3%A1s-ecol%C3%B3gico-seguro-y-justo_es

European Union External Action (2021b). “Road 2023: allanando el camino hacia una asociación más sólida entre la Unión Europea y América Latina”. Fonte: https://www.eeas.europa.eu/eeas/%E2%80%9Croad-2023%E2%80%9D-paving-way-towards-european-union-latin-america-stronger-partnership_en

Fierro, L (2022). “Economic relations between the European Union and Latin America and the Caribbean”. EU-LAC Policy Brief n0 3. EU-LAC Foundation & Institut des Amériques. Fonte: <https://eulacfoundation.org/en/economic-relations-between-european-union-and-latin-america-and-caribbean>

Gaya, R (2022). “EU-LAC Trade in Services. Apresentado na Conferência da CEPAL, Comércio de serviços entre a UE e a América Latina e o Caribe. Fonte: <https://www.cepal.org/es/eventos/comercio-servicios-la-ue-america-latina-caribe>

Hobbs, C e Torreblanca, J (2022). “Bything back: The EU’s digital alliance with Latin America and the Caribbean”. *Policy Brief*.

European Council on Foreign Relations. Fonte: <https://ecfr.eu/publication/byting-back-the-eus-digital-alliance-with-latin-america-and-the-caribbean/>

International Trade Centre. *Trade Maps Database 2022*. Fonte: https://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c068%7c%7c%7c-TOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%-7c1%7c2%7c1%7c1%7c1

Jung Altrogge, T (2021). “Un nuevo ciclo en la cooperación eurolatinoamericana: valores compartidos e intereses”. *Documentos de Trabalho 47/2021, parte do programa da Fundação Carolina, apoiado pela Fundação ICO, “Revigorar a cooperação entre América Latina e União Europeia: autonomia estratégica e retomada verde e social no contexto pós-pandêmico”*. Fonte: <https://www.fundacioncarolina.es/un-nuevo-ciclo-en-la-cooperacion-eurolatinoamericana-valores-compartidos-e-intereses/>

Malamud, C. Ruiz, J; Talvi, E (eds) (2023) ¿Por qué importa América Latina? Informe 32, Junio, Real Instituto. Elcano disponível em: <https://media.realinstitutoelcano.org/wp-content/uploads/2023/07/informe-elcano-32-por-que-importa-america-latina.pdf>

Mangas Martín, A (2010) *UE e Iberoamérica: fracaso del paternalismo*. El Mundo, 30-04-2010. Fonte: <http://www.agendadeprensa.org/2010/04/30/2479/>

Muñiz de Urquiza, M (1989). “Relaciones Europa – América Latina a partir de la integración de España en la Comunidad Europea”. *Revista Española de Investigaciones Socioeconómicas* n0 45. Fonte: <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO8989330041A>



Najera Ibañez, A (1986). *“Europa y América Latina, un lento proceso de acercamiento”*. *Revista de Estudios Internacionales* nO 7. Fonte: <https://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revista-de-estudios-internacionales/numero-7-abriljunio-1986/europa-y-america-latina-un-lento-proceso-de-acercamiento-1>

Pietikäinen, D (2020). *“EU-Latin America: reviving the other transatlantic relationship”*. *Friends of Europe*. Fonte: <https://www.friendsofeurope.org/insights/eu-latin-america-reviving-the-other-transatlantic-relationship/>

Poli, F (2020). El papel de los bancos regionales de desarrollo en América Latina en el mundo post COVID-19. ARI 126 Real Instituto Elcano. Fonte: <https://www.realinstitutoelcano.org/analisis/el-papel-de-los-bancos-regionales-de-desarrollo-en-america-latina-en-el-mundo-post-covid-19/>

Roy, D (2022). *“China´s growing influence in Latin America”*. Council on Foreign Relations. Fonte: <https://www.cfr.org/backgrounder/china-influence-latin-america-argentina-brazil-venezuela-security-energy-bri>

Sanahuja, J (2023). Diante da Cúpula UE-CELAC (Bruxelas, julho de 2023): La lógica renovada de las relaciones entre la UE y América Latina y el Caribe. Blog: Iberoamérica Global. Fundación Carolina. Disponível em: <https://www.fundacioncarolina.es/ante-la-cumbre-ue-celac-bruselas-julio-de-2023-la-logica-renovada-de-las-relaciones-entre-la-ue-y-america-latina-y-el-caribe-2/>

Schulz, M (2022). *“The EU has neglected Latin America for too long”*. Fonte: https://www.euractiv.com/section/global-europe/special_report/eu-latin-america-relations-shared-values-and-missed-opportunities/

The Dialogue (2022). *“China – Latin America Finance Databases”*. Fonte: https://www.thedialogue.org/map_list/

UNCTAD (2022). “Data Centre”. Fonte: <https://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/dimView.aspx>

Referências

Nota setorial sobre desenvolvimento humano.

Desafios da Política Social na América Latina e Caribe: Análise e Políticas

Aguirre, G., Arvay, I., Auricchio, B., Berniell, L., de la Mata, D., Fainstain, L., Lara, E., Mejía, D. e Palacios, A. (2022). Los desafíos para la igualdad de género en América Latina. Documento de trabalho. Caracas: CAF. <http://cafsciotea.azurewebsites.net/handle/123456789/1887>

BID (2020). La Crisis de la Desigualdad: América Latina y el Caribe en la Encrucijada, Washington, DC.

CAF (2016). RED 2016. Más habilidades para el trabajo y la vida: Los aportes de la familia, la escuela, el entorno y el mundo laboral. Caracas: CAF. <http://sciotea.caf.com/handle/123456789/936>

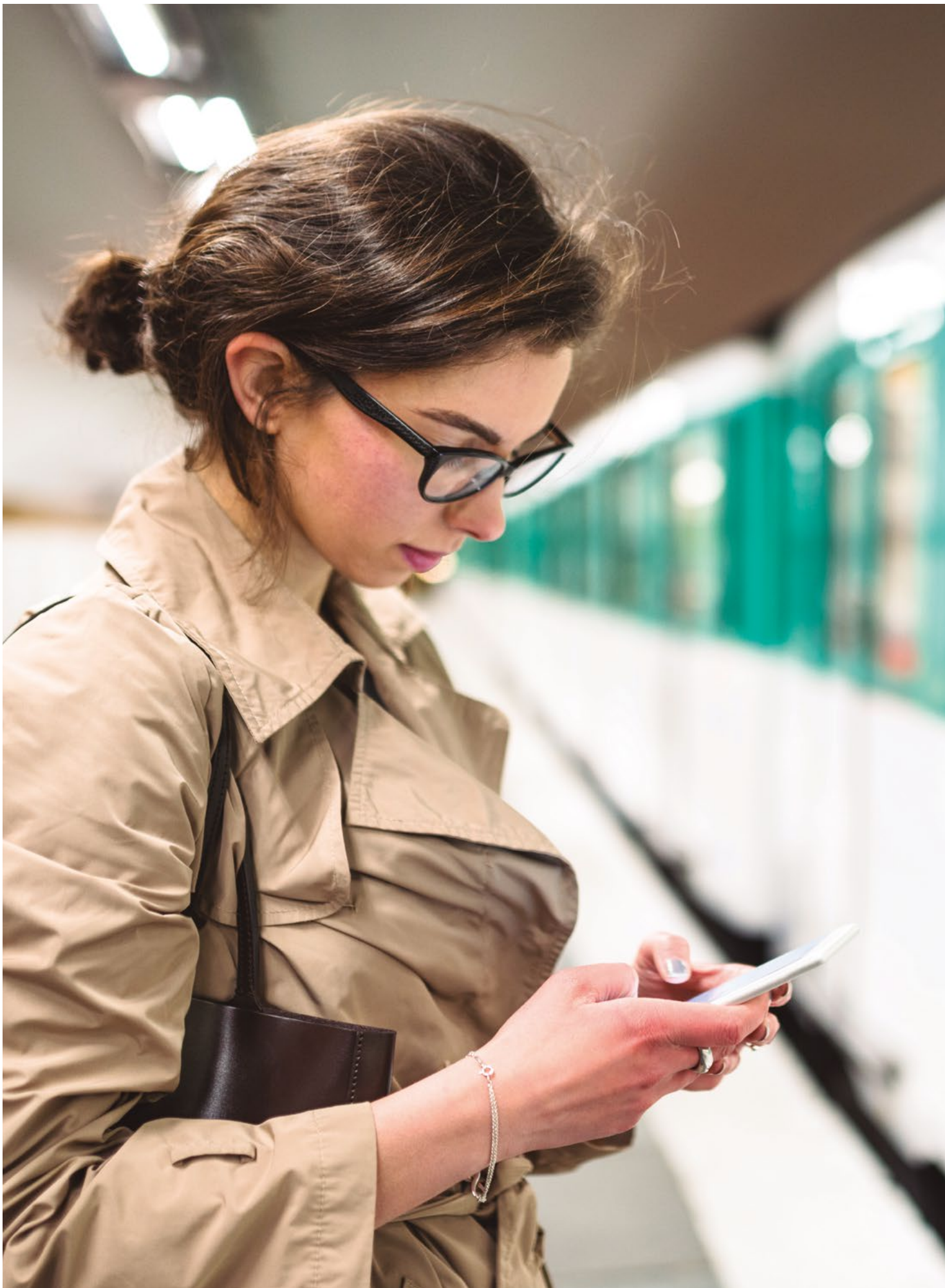
CAF (2017). RED 2017. Crecimiento urbano y acceso a oportunidades: Un desafío para América Latina. <https://sciotea.caf.com/handle/123456789/1090>

CAF (2018). RED 2018. Instituciones para la productividad: Hacia un mejor entorno empresarial. Caracas: CAF. <https://sciotea.caf.com/handle/123456789/1343>

CAF (2020). RED 2020: Los sistemas de pensiones y salud en América Latina. Desafios do envelhecimento, avanço tecnológico e informalidade. Caracas: CAF. <https://sciotea.caf.com/handle/123456789/1652>

CAF (2022). RED 2022: Desigualdades heredadas. El rol de las habilidades, el empleo y la riqueza en las oportunidades de las nuevas generaciones. Caracas: CAF. <https://sciotea.caf.com/handle/123456789/1981>

Levy, S. (2021) Informality – addressing the Achilles Heel of social protection in Latin America. Palestra Anual WIDER, 23. Helsinki: UNU-WIDER. <https://www.wider.unu.edu/publication/informality-%E2%80%93-addressing-achilles-heel-social-protection-latin-america>



Referências

Nota setorial sobre transformação digital.

Evolução e obstáculos da transformação digital na América Latina e Caribe

AlphaBeta (2020), *The digital sprinters: how to unlock a US\$3.4 trillion opportunity*. Preparado para o Google. <https://accesspartnership.com/digital-sprinters-unlock-3-trillion-opportunity>.

Angelidou, M. (2017), 'The role of smart city characteristics in the plans of fifteen cities', *Journal of Urban Technology*, 24 (4), pgs.3-28. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10630732.2017.1348880>.

Appendino, M., O. Bepalova, R. Bhattacharya, JF. Clevy, N. Geng, T. Komatsuzaki, J. Lesniak, W. Lian, S. Marcelino, M. Villafuerte e Y. Yakhshilikov (2023), 'Crypto assets and CBDCs in Latin America and the Caribbean: opportunities and risks', *IMF Working Paper* 23/37. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2023/02/17/Crypto-Assets-and-CBDCs-in-Latin-America-and-the-Caribbean-Opportunities-and-Risks-529717>.

Aracil, E., J. Jung e A. Melguizo (2023), 'Banking on mobiles to accelerate the uptake of financial services. Evidence from emerging economies worldwide', en revisão em *Research in International Business and Finance*. <https://www.dropbox.com/s/9a4ug9ep7ci3621/RIBAF-S-23-00765.pdf?dl=0>.

Azuara, O., L. Keller e S. González (2019), "¿Quiénes son los conductores que utilizan las plataformas de transporte en América Latina?: Perfil de los conductores de Uber en Brasil, Chile, Colombia y México", *Nota Técnica* IDB-TN-1779, División de Mercados de Trabajo, Banco Interamericano de Desenvolvimento. <http://dx.doi.org/10.18235/0001973>.

Bakker, B.B., B. García-Nunes, W. Lian, Y. Liu, C. Pérez Marulanda, A. Siddiq, M. Sumlinski, D. Vasilyev e Y. Yang (2023), 'The rise and impact of fintech in Latin America.' *IMF Fintech Note* 2023, <https://www.imf.org/en/Publications/fintech-notes/Issues/2023/03/28/The-Rise-and-Impact-of-Fintech-in-Latin-America-531055>.

Balmaseda, M. A. Melguizo e V. Muñoz (2023), "Cuarta Revolución Industrial: Verde y digital, la simbiosis del futuro", *América Futura/El País*. <https://elpais.com/america-futura/2022-12-20/verde-y-digital-la-simbiosis-del-futuro.html>.

Bazon, C. e G. McHenry (2015), *Mobile broadband spectrum: a vital resource for the U.S. Economy*, Brattle Group. https://api.ctia.org/docs/default-source/default-document-library/brattle_spectrum_051115.pdf.



Banco Mundial (2023), *La iniciativa de economía digital para ALC DE4LAC*. <https://www.bancomundial.org/es/programs/de4lac>.

Banco Mundial (2016), *World development report 2016: digital dividends*. <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2016>.

Bhatia, K. (2022), “A \$100 Billion Opportunity to Boost Digital Exports in Latin America”, *Google blog*. <https://blog.google/outreach-initiatives/public-policy/a-100-billion-opportunity-to-boost-digital-exports-in-latin-america>.

BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento e OEA, Organização dos Estados Americanos (2020), *Reporte ciberseguridad 2020: riesgos, avances y el camino a seguir en América Latina y el Caribe*. <https://publications.iadb.org/es/reporte-ciberseguridad-2020-riesgos-avances-y-el-camino-seguir-en-america-latina-y-el-caribe>.

Brichetti, J.P., L. Mastronardi, M.E. Rivas Amiassorho, T. Serebrisky e B. Solís (2021), *La brecha de infraestructura en América Latina y el Caribe: estimación de las necesidades de inversión hasta 2030 para progresar hacia el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible*. Washington DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://publications.iadb.org/es/node/31152>.

CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina (2023), ‘Govtech verde en Iberoamérica: Informe de políticas públicas sobre el uso y desarrollo de tecnologías verdes en la región’. *Policy Brief* 35. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1999>.

CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina (2022a). *Desigualdades transmitidas. O papel das competências, emprego e riqueza nas oportunidades das novas gerações*. Reporte de Economía y Desarrollo RED 2022. <https://www.caf.com/es/especiales/red/red-2022/>.

CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina (2022b), *DIGIntegridad: La transformación digital de la lucha contra la corrupción*. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1901>.

CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina (2021a), *RED 2021: Caminos para la integración: facilitación del comercio, infraestructura y cadenas globales de valor*. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1823>.

CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina (2021b), *Experiencia: datos e inteligencia artificial en el sector público*. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1793>.

CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina (2020a), *Govtech y el futuro del Gobierno 2020*. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1645>.

CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina (2020b), *Estrategia para la transformación digital de los sectores productivos en América Latina*. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1665>.

Cavallo, E., A. Powell e T. Serebrisky (2020), *De estructuras a servicios. El camino a una mejor infraestructura en América Latina y el Caribe. Desarrollo en las Américas 2020*. BID: Washington DC. <https://flagships.iadb.org/es/DIA2020/de-estructuras-a-servicios>.

Cet.la (2019), *Nuevo marco regulatorio para la convergencia*. Informe elaborado por Analysis Mason. <https://t.ly/kJbp>.

CEPAL (2023a), *Iberoamérica: espacio de oportunidades para el crecimiento, la colaboración y el desarrollo sostenible*. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48769-iberoamerica-espacio-oportunidades-crecimiento-la-colaboracion-desarrollo>.

CEPAL (2023b), *Agenda digital para ALC eLAC2024*. <https://www.cepal.org/es/agenda-digital-america-latina-caribe-elac2022/agenda-digital-2024>.

CEPAL (2022a), *La inversión extranjera directa en ALC 2022*. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48520-la-inversion-extranjera-directa-america-latina-caribe-2022>.

CEPAL (2022b), *Un camino digital para el desarrollo sostenible de América Latina y el Caribe*. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48460-un-camino-digital-desarrollo-sostenible-america-latina-caribe>.

CEPAL (2020), *Universalizar el acceso a las tecnologías digitales para enfrentar los efectos del COVID-19*. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45938-universalizar-acceso-tecnologias-digitales-enfrentar-efectos-covid-19>.

Comisión Europea (2023a), *La ley de ciberseguridad de la UE*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/es/policies/cybersecurity-act>.

Comisión Europea (2023b), *Joint communication to the European Parliament and the Council. A new agenda for relations between the EU and Latin America and the Caribbean*. https://www.eeas.europa.eu/eeas/joint-communication-european-parliament-and-council-new-agenda-relations-between-eu-and-latin_en.

Comisión Europea (2023c), *La Comisión presenta la Agenda de Inversiones de Global Gateway con América Latina y el Caribe*. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/es/ip_23_3863.

Comisión Europea (2022a), *Digital economy and society index 2022*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/digital-economy-and-society-index-desi-2022>.

Comisión Europea (2022b), *EU launches second edition of Women TechEU*. https://eisma.ec.europa.eu/news/eu-launches-second-edition-women-techeu-2022-06-21_en.

Comisión Europea (2022c), *Global Gateway in Latin America and the Caribbean: European Space Agency and the Commission join forces on Earth observation*’ https://international-partnerships.ec.europa.eu/news-and-events/news/global-gateway-latin-america-and-caribbean-european-space-agency-and-commission-join-forces-earth-2022-12-06_en.

Comisión Europea (2021a), *Global Gateway*. https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_en.

Comisión Europea (2021b), *BELLA programme completes cable construction connecting Europe and Latin America*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/news/bella-programme-completes-cable-construction-connecting-europe-and-latin-america>.

Comisión Europea, Parlamento Europeo y Consejo de Europa (2023), *Declaración europea sobre los derechos y principios digitales para la década digital*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/es/library/european-declaration-digital-rights-and-principles>.

Consejo de la Unión Europea (2023), *Declaration of the EU-CELAC Summit 2023*. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/statement_23_3924. 2023.

Consejo de la Unión Europea (2020), *Proyecto de Conclusiones del Consejo sobre la digitalización en beneficio del medio ambiente*. <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-13957-2020-INIT/es/pdf>.



Cont, W., C. Romero, G. Lleras, R. Unda, M. Celani, A. Gartner, L. Capelli, L. Zipitria, B. Besfamille, N. Figueroa, S. López Azurmendi e R. Fisher (2021), *IDEAL 2021: El impacto de la digitalización para reducir brechas y mejorar los servicios de infraestructura*. Caracas: CAF. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1762>.

Coursera (2022), *Global skills report 2022*. www.coursera.org/skills-reports/global.

Cristia, J. P. e R. Vlaicu (2022), 'Digitalizing Public Services Opportunities for Latin America and the Caribbean <https://www.iadb.org/en/events/digitalizing-public-services>'. *Latin American and Caribbean Microeconomic Report*. Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://flagships.iadb.org/en/MicroReport/digitalizing-public-services-opportunities-for-latin-america-and-the-caribbean>.

Dalio, M.A., A. García Zaballos, E. Iglesias, P. Puig, R. Martínez Garza (2023), 'Desarrollo de habilidades digitales en América Latina y el Caribe: ¿Como aumentar el uso significativo de la conectividad digital?', *Nota Técnica IDB-TN-2573*. Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://publications.iadb.org/es/desarrollo-de-habilidades-digitales-en-america-latina-y-el-caribe-como-aumentar-el-uso>.

Drees-Gross, F. e P. Zhang (2021), 'Poor digital access is holding Latin America and the Caribbean back. Here's how to change it'. *World Bank Blogs*, <https://blogs.worldbank.org/latinamerica/poor-digital-access-holding-latin-america-and-caribbean-back-heres-how-change-it>.

ENISA, European Union Agency for Cybersecurity. (2021), *ENISA threat landscape*. <https://www.enisa.europa.eu/publications/enisa-threat-landscape-2021>.

Fernández, C. e J. Benavides (2020), *Las plataformas digitales, la productividad y el empleo en Colombia*. Fedesarrollo. <https://www.repository.fedesarrollo.org.co/handle/11445/3962>.

FMI, Fondo Monetario Internacional (2023a), 'Global prospects and policies', *World economic outlook: a rocky recovery*. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/04/11/world-economic-outlook-april-2023>.

FMI, Fondo Monetario Internacional (2023b), 'Goeconomic fragmentation and foreign direct investment', *World economic outlook: a rocky recovery*. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/04/11/world-economic-outlook-april-2023>.

Foro Económico Mundial (2018), *The global gender gap report*. https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf.

Frost & Sullivan (2019), *Global security market analysis. Forecast to 2025*. <https://store.frost.com/global-security-market-analysis-forecast-to-2025.html>.

Gobierno de España (2023), *Programa UNICO de impulso a la banda ancha*, <https://planderecuperacion.gob.es/noticias/programa-unico-impulso-banda-ancha-prtr>.

Gobierno de España (2022), *Programa nacional de algoritmos verdes*. https://portal.mineco.gob.es/RecursosNoticia/mineco/prensa/noticias/2022/20221213_plan_algoritmos_verdes.pdf.

Gobierno de España (2021), *Carta de derechos digitales*. https://www.lamoncloa.gob.es/presidente/actividades/Documents/2021/140721-Carta_Derechos_Digitales_RedEs.pdf.

GSMA (2023a), *Connectivity gaps in Latin America. A roadmap for Argentina, Brazil, Colombia, Costa Rica and Ecuador*. <https://www.gsma.com/latinamerica/resources/connectivity-gaps-in-latin-america/>.

GSMA (2023b), *5G in Latin America, Unleashing the potential*. <https://www.gsma.com/latinamerica/wp-content/uploads/2023/07/290623-5G-in-Latam-ENG-1.pdf>.

GSMA (2022), *The state of mobile internet connectivity report 2022*. https://www.gsma.com/r/wp-content/uploads/2022/12/The-State-of-Mobile-Internet-Connectivity-Report-2022.pdf?utm_source=website&utm_medium=download-button&utm_campaign=somic22.

Gruffa, C., M. Barafani, D. Ros Roone e S. Cabello (2021), *Hacia una agenda integral de la adopción de tecnologías para el aprendizaje 4.0 en América Latina*. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1800>.

Handler, S. (2021), "The 5×5 -The state of cybersecurity in Latin America". *The 5X5 Atlantic Council*. www.atlanticcouncil.org/content-series/the-5x5/the-5x5-the-state-of-cybersecurity-in-latin-america.

Hobbs, C. e J.I. Torreblanca (2022), "Byting back: The EU's digital alliance with Latin America and the Caribbean", European Council on Foreign Relations *Policy Brief*. <https://ecfr.eu/publication/byting-back-the-eus-digital-alliance-with-latin-america-and-the-caribbean>.

IDC, International Data Corporation (2020), *Tendencias para cerrar la brecha de habilidades de TI en América Latina*. www.idclatin.com/imp/2020/hu/whpap/ES/IDC_LA_WP_brecha%20habilidades_TI_SP.pdf.

ISACA (2022), *State of cybersecurity 2022*. <https://www.isaca.org/go/state-of-cybersecurity-2022>.

Katz, R. e J. Jung (2022). *El papel de la economía digital en la recuperación de América Latina y el Caribe*. <https://www.millicom.com/katz-report>. Preparado para Tigo Millicom. Telecom Advisory Services.

KPMG (2023), *Taxation of the digitalized economy. Developments summary*. <https://tax.kpmg.us/content/dam/tax/en/pdfs/2023/digitalized-economy-taxation-developments-summary.pdf>.

Lebdioui, A. (2022), 'Nature-inspired innovation policy: biomimicry as a pathway to leverage biodiversity for economic development', *Ecological Economics, Ecological Economics*, 202 (107585). <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800922002476>.

McKinsey Global Institute (2015), *The power of parity. How advancing women's equality can add \$12 trillion to global growth*. <https://www.mckinsey.com/featured-insights/employment-and-growth/how-advancing-womens-equality-can-add-12-trillion-to-global-growth>.

Melguizo, A. e V. Muñoz (2022), *Infraestructuras, hardware & IoT: oportunidades clave en la industria de servicios*. Santander X e ESADE.

Nam, T. e T.A. Pardo (2011), 'Conceptualizing smart city with dimensions of technology, people, and institutions', *Proceedings of the 12th Annual International Digital Government Research Conference*. https://www.researchgate.net/publication/221585167_Conceptualizing_smart_city_with_dimensions_of_technology_people_and_institutions.

OCDE (2023), *2023 Progress report on tax co-operation for the 21st Century: OECD Report for the G7 Finance Ministers and Central Bank Governors*. <https://www.oecd.org/publications/2023-progress-report-on-tax-co-operation-for-the-21st-century-d29d0872-en.htm>.



OCDE (2020), *Making the most of technology for learning and training in Latin America*. www.oecd-ilibrary.org/education/making-the-most-of-technology-for-learning-and-training-in-latin-america_ce2b1a62-en.

OCDE (2019a), *Going digital: shaping policies, improving lives*. <https://www.oecd.org/sti/going-digital-shaping-policies-improving-lives-9789264312012-en.htm>.

OCDE (2019b), *Recommendation of the Council on artificial intelligence*. <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0449>.

OCDE (2018), *Bridging the digital gender divide: include, upskill, innovate*. <https://www.oecd.org/digital/more-needs-to-be-done-to-bridge-the-digital-gender-divide.htm>.

OCDE, CAF, CEPAL e UE (2022), *Perspectivas económicas de América Latina 2022: hacia una transición verde y justa*. https://www.oecd-ilibrary.org/development/perspectivas-economicas-de-america-latina-2022_f2f0c189-es.

OCDE, CAF, CEPAL e UE (2020), *Perspectivas económicas de América Latina 2020: transformación digital para una mejor reconstrucción*. https://www.oecd-ilibrary.org/development/perspectivas-economicas-de-america-latina-2020_f2fdced2-es.

OCDE, CAF, CEPAL e UE (2019), *Perspectivas económicas de América Latina 2019: desarrollo en transición*. https://www.oecd-ilibrary.org/development/perspectivas-economicas-de-america-latina-2019_g2g9ff1a-es.

OCDE, CAF, CEPAL e UE (2018), *Perspectivas económicas de América Latina 2018: repensando las instituciones para el desarrollo*. https://www.oecd-ilibrary.org/development/perspectivas-economicas-de-america-latina-2018_leo-2018-es.

OCDE, Manpower e ANDI (2018), *Hacia una ALC 4.0. Cerrando la brecha de habilidades*. Centro de Desarrollo de la OCDE. Mimeo.

OEA e CISCO (2022), *Reporte sobre el desarrollo de la fuerza laboral de ciberseguridad en una era de escasez de talento y habilidades*. https://www.oas.org/es/sms/cicte/docs/Reporte_sobre_el_desarrollo_de_la_fuerza_laboral_de_ciberseguridad_en_una_era_de_escasez_de_talento_y_habilidades.pdf.

OEA e GPD (2022), 'National cybersecurity strategies: Lessons learned and reflections from the Americas and other regions'. <https://www.oas.org/en/sms/cicte/docs/National-Cybersecurity-Strategies-Lessons-learned-and-reflections-ENG.pdf>.

O'Hara, K e W. Hall (2018), 'Four Internets: the geopolitics of digital governance', *Center for International Governance Innovation Papers* 206. <https://www.cigionline.org/publications/four-internets-geopolitics-digital-governance>.

Oookla (2023), 'Latency is the next frontier of consumer experience. Are you ready?', *Ookla Insights Articles*, February. <https://www.ookla.com/articles/latency-the-next-frontier-of-consumer-experience>.

Porrúa, M., M. Lafuente, B. Roseth, L. Ripani, E. Mosqueira, A. Reyes, J., Fuenzalida, F. Suarez e R. Salas (2021), *Transformación digital y empleo público: El futuro del trabajo del gobierno. Banco Interamericano de Desarrollo*. <https://publications.iadb.org/es/transformacion-digital-y-empleo-publico-el-futuro-del-trabajo-del-gobierno>.

Roseth, B., A. Reyes, P. Farias, M. Porrúa, H. Villalba, S. Acevedo, N. Peña, E. Estévez, Elsa, S. Linares Lejarraga e P. Fillottrani (2018), *El fin del trámite eterno: Ciudadanos, burocracia y gobierno digital*. <https://publications.iadb.org/es/el-fin-del-tramite-eterno-ciudadanos-burocracia-y-gobierno-digital>.

Schwab, K. (2017), *The Fourth industrial*

revolution. World Economic Forum. <https://www.weforum.org/about/the-fourth-industrial-revolution-by-klaus-schwab>.

SEGB (2023), *Carta iberoamericana de principios y derechos en los entornos digitales*. <https://www.segib.org/?document=carta-iberoamericana-de-principios-y-derechos-en-entornos-digitales>.

Suominen, K. (2022), *Implications of the European Union's digital regulations on U.S. and EU economic and strategic interests*. <https://www.csis.org/analysis/implications-european-unions-digital-regulations-us-and-eu-economic-and-strategic>.

Suominen, K. (2017), 'Accelerating digital trade in Latin America and the Caribbean'. *Banco Interamericano de Desenvolvimento Working Paper Series* 790. <https://publications.iadb.org/handle/11319/8166>.

Telecom Advisory Services (2022), *La transformación digital de ALC 2004 -2021*. Apresentação desenvolvida para o CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina. Mimeo.

UNESCO (2022), *Recomendación sobre la ética de la inteligencia artificial*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137_spa.

UIT, Unión Internacional de Telecomunicaciones (2023), *Global cybersecurity index 2020*. <https://www.itu.int/epublications/publication/D-STR-GCI.01-2021-HTML-E>.

UIT, Unión Internacional de Telecomunicaciones (2020), *Connecting humanity. Assessing investment needs of connecting humanity to the Internet by 2030*. <https://www.itu.int/hub/publication/d-gen-invest-con-2020>.

UNCTAD (2021), *Technology and innovation report 2021. Catching technological waves: innovation with equity*. <https://unctad.org/publication/technology-and-innovation-report-2021>.

UNWTO (2023), *Tourism and digital transformation*. <https://www.unwto.org/digital-transformation>.

von der Leyen, U. (2023), *Opening speech at the EU-LAC 2023 Business Round Table*. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/speech_23_3888.

Worman, C., M. Huerta e H. Mujica (2020), 'Here's how Latin American communities are bridging the skills gap', *World Economic Forum blog*. www.weforum.org/agenda/2020/01/civil-society-skills-gap-digital-transformation.

Ziegler, S., J. Arias, M. Bosio e K. Camacho (2020), *Conectividad rural en América Latina y el Caribe. Un puente al desarrollo sostenible en tiempos de pandemia*. <https://repositorio.iica.int/handle/11324/12896>. IICA, BID e Microsoft.



Referências

**Nota setorial sobre
transição verde.**

Um plano estratégico para colaboração em sustentabilidade e meio ambiente entre ALC e UE

Bellon, Matthieu e Emanuele Massetti. 2022. Economic Principles for Integrating Adaptation to Climate Change into Fiscal Policy. *IMF Staff Climate Note* 2022/001, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

BlackRock. 2021. How to finance the net-zero transition in emerging markets. BlackRock *Investment Institute*. Outubro de 2021.

Cardenas, Mauricio e Sebastian Orozco. 2023. The challenges of climate mitigation in Latin America and the Caribbean: Some proposals for action. *UNDP*. Série de documentos de política da América Latina.

Cazzola, Pierpaolo, Gerard, Frank, Gorner, Marine, Gibbs, Mark e Katrina Young. (2023). Pesquisa para o Comitê TRAN: Assessment of the potential of sustainable fuels in transport. *Think Tank do Parlamento Europeu*. Março de 2023.

Cevik, Serhan e João Tovar Jalles. 2020. An Apocalypse Foretold: Climate Shocks and Sovereign Defaults. *IMF Working Papers* 2020/231, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

Clean Hydrogen Partnership. 2022. Accelerating the hydrogen economy: additional funding of €200 million available for the Clean Hydrogen Partnership through Repower EU. Comissão Europeia. Maio de 2022.

Climate Watch Data. 2022. The PRIMAP-hist national historical emissions time series v2.4 (1750-2021). zenodo. doi:10.5281/zenodo.7179775. *Earth Syst. Sci. Data*, 8, 571-603, doi:10.5194/essd-8-571-2016.

Conselho de Relações Exteriores. 2021. The Climate Challenge and China's Belt and Road Initiative. *CFR*. Março de 2021.

Ember. 2023a. Global Electricity Review 2023. *Ember*. Abril de 2023.

Ember. 2023b. Electricity Data Explorer. *Ember*. Abril de 2023.

European Bank for Reconstruction and Development (ERBD). 2023a. Transition Report 2022-23. ERBD.

European Bank for Reconstruction and Development (ERBD). 2023b. Green Value Chain: The Facility. ERBD.



Comissão Europeia. 2018. Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2018 sobre a promoção do uso de energia de fontes renováveis. *Parlamento Europeu*. Dezembro de 2018.

Comissão Europeia. 2019. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÔMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Intensificando a Ação da UE para Proteger e Restaurar as Florestas do Mundo. *Parlamento Europeu*. Julho 2019.

Comissão Europeia. 2021. Questions and Answers on Global Gateway. Comissão Europeia. 1 de dezembro de 2021

Comissão Europeia. 2022a. Green Deal: EU agrees new law on more sustainable and circular batteries to support EU's energy transition and competitive industry. Comissão Europeia. 9 de dezembro de 2022

Comissão Europeia. 2023a. WTO appraises EU's trade policy and practices. Comissão Europeia. 5 de junho de 2023.

Comissão Europeia. 2023b. European Green Deal: ambitious new law agreed to deploy sufficient alternative fuels infrastructure. Comissão Europeia. 28 de março de 2023.

Comissão Europeia. 2023c. Renewable Energy Directive. Comissão Europeia. 2023.

Comissão Europeia. 2023d. The Green Deal Industrial Plan: putting Europe's net-zero industry in the lead. Comissão Europeia. Fevereiro de 2023.

Comissão Europeia. 2023e. Global Gateway: América Latina e Caribe. Comissão Europeia. Junho de 2023.

Comissão Europeia. 2023f. In Brazil, President von der Leyen announces EUR 10 billion of Global Gateway investments in Latin America and the Caribbean. Comissão Europeia. Junho de 2023.

Comissão Europeia. 2023g. A New Agenda for Relations between the EU and Latin America and the Caribbean. Comissão Europeia. Junho de 2023.

Comissão Europeia. 2023h. Commission outlines European Hydrogen Bank to boost renewable hydrogen. Comissão Europeia. Maio de 2023.

Comissão Europeia. 2023i. Liquefied natural gas. Comissão Europeia. 2023.

Comissão Europeia. 2023j. European Fund for Sustainable Development Plus (EFSD+). Comissão Europeia.

Comissão Europeia. 2023k. Nature restoration law. Comissão Europeia.

Comissão Europeia. 2023l. Regulation (EU) 2023/1115 of the European Parliament and of the Council of 31 May 2023 on the making available on the Union market and the export from the Union of certain commodities and products associated with deforestation and forest degradation and repealing Regulation (EU) No 995/2010. *Parlamento Europeu*. Maio de 2023.

Comissão Europeia. 2023m. Global Gateway Strategy. Comissão Europeia. Junho de 2023.

Comissão Europeia. 2023n. Carbon Border Adjustment Mechanism. Comissão Europeia. Agosto de 2023.

Conselho Europeu. 2023a. 'Fit for 55': Council adopts regulation on CO2 emissions for new cars and vans. *Conselho Europeu*. Março de 2023.

Agência Ambiental Europeia. 2023. Data viewer on greenhouse gas emissions and removals, sent by countries to UNFCCC and the EU Greenhouse Gas Monitoring Mechanism (EU Member States). *EEA*. Abril de 2023.

European External Action Service. 2022. Tapping the full potential of trade and investment links for stability and prosperity. *EEAS América Latina e Caribe*. Janeiro de 2022.

Parlamento Europeu. 2023. The EU Emissions Trading Scheme (ETS) and its reform in brief. *Parlamento Europeu*. Abril de 2023.

Parlamento Europeu, 2023. *Revisão da Diretiva de Energias Renováveis*, versão de 20 de agosto de 2023.

União Europeia. 2022. REPORT FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL Progress on competitiveness of clean energy technologies. Parlamento Europeu. Novembro de 2022.

União Europeia. 2023a. Fit for 55 - Pacote. *Conselho Europeu*. Julho 2023.

União Europeia. 2023b. Diretriz (UE) 2023/959 do Parlamento Europeu e do Conselho de 10 de maio de 2023, modificando a Diretriz 2003/87/CE sobre o sistema de negociação de emissões de gases de efeito estufa na UE. *Diário Oficial da União Europeia*, 10 de maio de 2023.

União Europeia. 2023c. Regulamento (UE) 2023/956 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de maio de 2023, que estabelece um mecanismo de ajuste de carbono nas fronteiras (Texto relevante para efeitos de EEA).. *Diário Oficial da União Europeia*, 10 de maio de 2023.

Eurostat. 2023. Government debt down to 91.6% of GDP in euro area. Comissão Europeia. Abril de 2023.

Global Energy Monitor (GEM). 2023. Latin America can become a global renewable energy leader with potential 460% increase in wind and solar capacity. *GEM*. 9 de março de 2023.

G20. 2022. Boosting MDB's Investing Capacity. An Independent Review of Multilateral Development Banks' Capital Adequacy Frameworks. *G20*

International Council on Clean Transportation (ICCT). 2022. Zero-Emission Vehicle Deployment: Latin America. ICCT. 20 de abril de 2022.

Agência Internacional de Energia (IEA). 2021. Hydrogen in Latin America. *IEA*. Agosto de 2021.

Agência Internacional de Energia (IEA). 2022. IEA and partners launch Cost of Capital Observatory to improve transparency over higher borrowing costs for energy projects in developing world. *IEA*. Setembro de 2022.

Agência Internacional de Energia (IEA) 2023. Baseline European Union gas demand and supply in 2023. *IEA*. Paris.

Inter-American Development Bank (IDB). 2023. Unlocking Green and Just Hydrogen in Latin America and the Caribbean. *IDB*. Junho de 2023.

International Food Policy Research Institute (IFPRI). 2021. ALC and the Global Food System. IFPRI.

International Gas Union (IGU). 2022. World LNG Report. *IGU World LNG Report 2022 Study Group*. Julho, 2022.

International Organization of Motor Vehicle Manufacturers (OICA). 2022. World Motor Vehicle Production by Country/Region and Type. *OICA*.

IPCC. 2023. Summary for Policymakers. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee e J. Romero (eds.)]. *IPCC*, Genebra, Suíça, pp. 1-34, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001

Kneebone, James e Andris Piebalgs. 2023. Are pipelines and ships an 'either or' decision for Europe's hydrogen economy? Planning import lines for hydrogen and derivatives. *Robert Schuman Centre for Advanced Studies Florence School of Regulation*. Março de 2023.

McKinsey & Company. 2021. A blueprint for scaling voluntary carbon markets to meet the climate challenge. *McKinsey's Public Sector Practice*. Janeiro de 2021.



Moreau, Vincent, Amarant de Oliveira Neves, Catarina e François Vuille. 2019. Is decoupling a red herring? The role of structural effects and energy policies in Europe. *Energy Policy*, Volume 128, 2019, Páginas 243-252, ISSN 0301-4215, <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2018.12.028>.

Nolte, Detlef. 2023. The European Union and Latin America: Renewing the Partnership after Drifting Apart. *Leibniz-Institut für Globale und regionale Studien*. Janeiro de 2023.

Iniciativa de Adaptação Global da Notre Dame. 2023. Country Index Technical Report. *University of Notre Dame*.

Observatory of Economic Complexity (OEC). 2023a. Iron and Steel Statistics. *OEC*.

Observatory of Economic Complexity (OEC). 2023b. Costa Rica Trade Profile .*OEC*.

Observatory of Economic Complexity (OEC). 2023c. Fertilizers Statistics .*OEC*.

OECD, Comissão Europeia e CAF. 2022. Latin American Economic Outlook 2022: Towards a Green and Just Transition, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/3d5554fc-en>.

Reuters. 2022. G7 establishes Climate Club to support green transition. *Reuters*. Dezembro de 2022.

Steele, Paul, Ducros, Anna, Patel, Sejal e Emilé Newman. 2023. Opportunities and Challenges for Biodiversity-Positive Carbon Credits and Nature Certificates. *Global Environment Facility*. Fevereiro de 2023.

Trading Economics. 2023. EU Carbon Permits. *Trading Economics*. Agosto de 2023.

United Nations Convention on Biological Diversity. 2022. Kunming-Montreal Global biodiversity framework. *UN Environment Programme*. Dezembro de 2022.

UNDP. 2022. NDC Status Guatemala. *UNDP Climate Promise*.

Banco Mundial. 2019. Going Global: Expanding Offshore Wind to Emerging Markets. Washington, DC: *Banco Mundial*.

Banco Mundial. 2020. Global Photovoltaic Power Potential by Country. Washington, DC: *Banco Mundial*

Banco Mundial. 2023. State and Trends of Carbon Pricing. <http://hdl.handle.net/10986/39796>. Washington, D.C: *Banco Mundial*

Banco Mundial. 2022. Country Climate and Development Report. Washington, D.C: Banco Mundial. Novembro de 2022.

World Economic Forum. 2021. What is green hydrogen and why do we need it? *WEO Forum*. Dezembro de 2021.

World Inequality Database. 2020. Global Inequality Data 2020 Update. *World Inequality Lab*.

Wood, Richard, Neuhoff, Karsten, Moran, Dan, Simas, Moana, Grubb, Michael, Stadler e Konstantin Stadler. 2019. The structure, drivers and policy implications of the European carbon footprint. *Climate Policy*, 20:sup1, S39-S57, DOI: 10.1080/14693062.2019.1639489



